

expediente

REVISTA ADVIR

Publicação da Associação
de Docentes da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro – Asduerj.
Registro ISSN 1518-3769
Rua São Francisco Xavier, 524,
1º andar, Bloco D, Sala 1026,
Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - Cep 20550-013.
Telefones: 22649314 (Geral) / 8698-0512 (Secretaria)
8698-0513 (Imprensa) / 8698-0514 (Diretoria)
Página na internet: www.asduerj.org.br
Endereço eletrônico: advir@asduerj.org.br

DIRETORIA BIÊNIO 2009/2011

Presidente: Cleier Marconsin (FSS)
I Vice-Presidente: Luiz Claudio de Santa Maria (IQ)
II Vice-Presidente: Ademir de Assis Figueiredo (FCM)
I Tesoureiro: Guilherme Locks Guimarães (IEFD)
II Tesoureiro: Guilherme Lúcio Abelha Mota (IME)
I Secretário: Inalda Pimentel (FFP)
II Secretário: Antonio Braga Coscarelli (Aposentado)

CONSELHO EDITORIAL

Decio Orlando Soares da Rocha
Deise Mancebo
Denise Brasil Alvarenga Aguiar
Inalda Alice Pimentel do Couto
João Pedro Dias Vieira
João Araujo Ribeiro
Luiz Claudio de Santa Maria

Errata: O atual Conselho Editorial também foi responsável pelo número 23 da Advir

EDITOR RESPONSÁVEL

Luiz Claudio de Santa Maria

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Carlos da Silva (Biologia)
Antonio Celso Pereira (Direito)
Carlos Alberto Mandarim (Biologia)
Décio Orlando (CAP-Uerj)
Eurico Zimbres (Geologia)
Gustavo Bernardo Krause (Letras)
Heliana Conde (Psicologia)
Jader Benuzzi Martins (Física)
José Augusto Quadra (Medicina)
Lená Medeiros (Ciências Sociais)
Lilian Nabuco (Comunicação)
Luiz Sebastião Costa (Engenharia)
Maria Beatriz de Albuquerque David (Economia)
Pedro Luiz Pereira de Souza (Desenho Industrial)
Rose Mary Serra (Serviço Social)

FICHA TÉCNICA

Jornalistas responsáveis: Sérgio Franklin e Elisa Monteiro
Estagiário de Jornalismo: Átilas Campos
Edição Visual: Leila Braille
Tiragem: 2.500 exemplares

SECRETARIA DA ASDUERJ

Secretária: Arlete Cândido

Auxiliares Administrativos:

Marcello Teixeira, Erick Cândido e Zita Alves

DISTRIBUIÇÃO (GRATUITA)

Aos filiados da Asduerj; Associações Docentes filiadas ao
Andes-SN; Institutos de Pesquisa e Ensino Superior;
Bibliotecas Públicas; Câmara de Vereadores do Rio de
Janeiro; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

orientação aos colaboradores

REVISTA ADVIR

É uma revista semestral e publicará, preferencialmente, artigos de professores da Uerj que abordem temas relacionados à Universidade em todos os seus aspectos: político, administrativo, acadêmico, científico e cultural. Por ser uma publicação que se propõe a atingir um público abrangente, ADVIR **não publicará** artigos científicos especializados. Contudo, **serão aceitos** artigos de divulgação científica, que deverão ser escritos de forma a permitir o entendimento por leitores de outras áreas do conhecimento.

ENTREVISTA

Os Conselhos Editorial e Consultivo definirão o tema desta seção e indicarão nomes dos possíveis entrevistados. No entanto, serão aceitas sugestões de temas e nomes.

PONTO DE VISTA

Serão publicados artigos assinados, com pontos de vista diferenciados acerca do tema central, previamente definido e divulgado.

ACADEMIA

Publicará artigos não-especializados de tema livre, objetivando, com isso, apresentar um demonstrativo da produção acadêmica dos professores da Uerj. A cada número, ADVIR procurará contemplar diferentes áreas do conhecimento.

ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO

Publicará textos que analisem e divulguem projetos e experiências de interesse nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

ARTE & CULTURA

Publicará textos sob as formas de resenha, crítica ou artigo, sobre temas relacionados aos campos da arte e da cultura.

OPINIÃO

Publicará textos que expressem a opinião pessoal do autor sobre tema de livre escolha.

CÁ ENTRE NÓS

Publicará cartas recebidas, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial.

DOCUMENTO

Publicará material de caráter histórico e documental, no todo ou em parte, preferencialmente relacionado ao tema central da revista.

CRITÉRIOS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Artigos de alunos de graduação devem, **necessariamente**, ser acompanhados de parecer de um docente com formação na área de conhecimento do texto.
2. Notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas ao final do texto, conforme padrão da ABNT.
3. Todo artigo recebido será submetido ao Conselho Consultivo, que decidirá, em caráter definitivo e com base em critérios científicos, sobre sua publicação ou não, ficando a critério do Conselho Editorial definir em que edição da revista isto ocorrerá, tendo em vista apenas critérios de adequação editorial.
4. Fotos e ilustrações serão aceitas como contribuição **espontânea**, mesmo que não se façam acompanhar de artigos. As fotos e ilustrações que vierem a ser utilizadas trarão os créditos de seus autores. ADVIR **não se responsabiliza** pela devolução do material recebido.
5. Os artigos deverão, **necessariamente**, ser enviados já digitados e acompanhados do(s) crédito(s) do(s) autor(es).
6. A dimensão total dos textos não poderá ultrapassar o limite de 08 (oito) laudas, incluindo-se referências bibliográficas, notas, gráficos, etc.
7. O texto deverá vir, necessariamente, acompanhado do nome completo de seu autor, instituição e setor onde trabalha, última titulação, telefone e endereço completos.
8. Independentemente dos prazos divulgados nos editais de convocação de artigos, os textos enviados, desde que aprovados pelo Conselho Consultivo, passam a fazer parte do Banco de Artigos da revista, aguardando publicação no número subsequente.

IMPORTANTE

Os artigos que não obedecerem aos critérios aqui divulgados não serão recebidos pela assessoria editorial da Asduerj.

índice

Editorial 4

PONTO DE VISTA (30 ANOS DE ASDUERJ) 5

30 ANOS DE ASDUERJ - DEPOIMENTOS 6

Ronaldo Lauria (Presidente da Asduerj no biênio 1979-1980) 6

Ricardo Santos (Presidente da ASDUERJ na sua fundação, em 1979; e na sua reativação, no biênio 1982-1984) 8

José Eustachio Bruno (Presidente da Asduerj no biênio 1985-1987) 14

Roberto Abreu (Presidente da Asduerj nos biênios 1987-1989, 1989-1991 e 1995-1997) 18

Nilda Alves (Presidente da Asduerj no biênio 2005-2007) 20

Inalda Pimentel (Presidente da Asduerj no biênio 2007-2009) 22

Cleier Marconsin (Presidente da Asduerj para o biênio 2009-2011) 26

30 ANOS DE ASDUERJ - ARTIGO 30

O movimento docente e os desafios do sindicalismo brasileiro 30

Marcelo Badaró Mattos

ACADEMIA 42

A sociologia encantada de Max Weber 42

Valter Duarte Ferreira Filho

A utopia republicana de Darcy Ribeiro 58

Lia Ciomar Macedo de Faria e Silvio Claudio Souza

Entre a Pesquisa e o Ensino 68

Helmuth Krüger

Enchentes Urbanas: Gestão Sustentável das Águas Pluviais e o desenvolvimento e desenho urbanístico de baixo impacto 80

Luciene Pimentel da Silva

A contribuição das universidades fluminenses nas publicações da revista *Química Nova* na escola 86

Pedro Ivo Canesso Guimarães e Carlos Magno Rocha Ribeiro

Avaliação das condições ambientais e de segurança de cantinas da Uerj 94

Ana Lucia Lopes de Lacerda e Elmo Rodrigues da Silva

ARTE E CULTURA 102

"Noel Rosa, poeta da cidade" (Entrevista com João Máximo) 102

OPINIÃO 110

A criminalização dos movimentos sociais e sindicais e a campanha pela verdade e pela memória histórica 102

Marcelo Chalréo

editorial

Os 30 anos da ASDUERJ não é apenas um aniversário com data redonda, mas uma soma de desaniversários, utilizando as palavras do Chapeleiro Maluco, de Alice no país das Maravilhas. Foram muitos desaniversários que solidificaram o caminho da democracia e o fortalecimento das conquistas dos docentes no período.

Nos diversos artigos e depoimentos de ex-dirigentes, e da atual presidenta de nossa associação, é possível entender o respeito à ASDUERJ. Ela tem história, ela faz parte da história. Até porque surgiu no momento em que a sociedade fazia pressão pelo fim de um regime ditatorial com reflexos nas universidades. A UERJ não era exceção.

Podemos perceber que, ao longo do tempo, conquistas são obtidas, possibilitando o fortalecimento dos interesses dos professores e de uma universidade pública. São 30 anos de conquistas que não poderiam ficar sem registro.

Acreditar que a UERJ mudou sem considerar que a ASDUERJ foi, e é, uma importante variável para os avanços obtidos no período, é querer escrever a história a lápis com mão direita e apagar fatos importantes com a esquerda.

Relacionados com o sindicalismo, temos dois artigos: um sobre movimento docente e outro sobre a criminalização de movimentos sindicais, com referência à criminalização desses movimentos e a importância de sua memória histórica.

Mas a ADVIR não poderia deixar de trazer outros importantes assuntos. Por este motivo, temos um artigo acerca do movimento docente e sua vertente sindical. Em relação às questões acadêmicas, trazemos artigos relacionados à revista de química, ao Darcy Ribeiro, às cantinas da UERJ, Ensino e Pesquisa, Max Weber e enchentes nas cidades.

Na seção de Arte e Cultura temos uma entrevista de João Máximo, um dos autores de uma bibliografia de referência sobre Noel Rosa, que faria 100 anos, se vivo estivesse.

João Pedro Dias Vieira
Conselho Editorial Advir





30 ANOS DE AS DUERJ

30 ANOS DE AS DUERJ

pontodevista

RONALDO MARTINS LAURIA

Professor da Faculdade de Ciências Médicas da Uerj
e PRESIDENTE DA ASDUERJ NOS ANOS DE 1979 E 1980

À GUISA DE ES

No dia 07 de maio de 1979, os professores realizavam uma assembléia na ABI, visando a criação da Asduerj, quando fui convocado pelo Prof. João Regazzi Gerk, por telefone, pelo menos para contribuir para o corum. Dessa assembléia sai como Vice-Presidente da diretoria provisória, presidida pelo Prof. Ricardo Santos.

Nos reuníamos na sua casa, em Laranjeiras com o objetivo de estruturar a entidade e promover o processo eleitoral que elegeria a primeira diretoria. Por algumas vezes, questões que ficaram pendentes nas reuniões, foram resolvidas no botequim da esquina onde, eventualmente, parávamos para uma cerveja.

Era uma época dura. Eu fui o primeiro Presidente eleito da Asduerj. A entidade não possuía uma sede pois a Uerj não cedia uma sala alegando que não reconhecia a Asduerj, porque havia outra associação, a Apuerj, fundada por iniciativa da Reitoria e de Diretores de Unidades, para impedir a criação de uma associação independente, que realmente representasse os docentes e que

lutasse pela democratização da universidade. Era um tempo que permitia que um professor ou qualquer servidor fosse demitido por uma simples iniciativa do seu chefe imediato. Nossos boletins e documentos eram impressos no mimeógrafo a álcool do Prof. Ferrão e distribuídos de forma precária pelos membros da diretoria e por alguns amigos. Contávamos com o excelente texto dos Profs. Nelson Rodrigues Filho e Luiz Fernando Magalhães Couto. Um desses documentos, "À Guisa de Esclarecimentos", dá nome a este artigo.

Lembro-me que solicitamos a cessão de um auditório ao Prof. Caio Machado, Prefeito do Campus, para a realização de uma assembléia docente e na resposta, que autorizava, ele se referia a mim como presidente da Asduerj. Munido desse documento procurei o Magnífico reitor, Prof. Ney Cidade Palmeiro, mostrado a ele o reconhecimento da entidade por um membro da administração central, argumentando não haver, portanto, razão para que não nos fosse cedida uma sala.

A resposta, acompanhada por um sorriso, foi "de agora em diante só lhe responderemos verbalmente". A sala não foi cedida.

A demissão de um professor, sem uma razão aparente, levou a entidade a eclodir um movimento contra a atitude arbitrária de um diretor de Unidade e assumida pela Administração Central. O professor, temendo ser demitido de seu outro emprego, fora da Uerj, pediu-nos que deixássemos de citá-lo, o que fizemos, porém sem deixarmos de protestar quanto ao fato de ser possível a ocorrência de fatos como esse. No entanto, outras demissões ocorreram e muito pouco pudemos fazer.

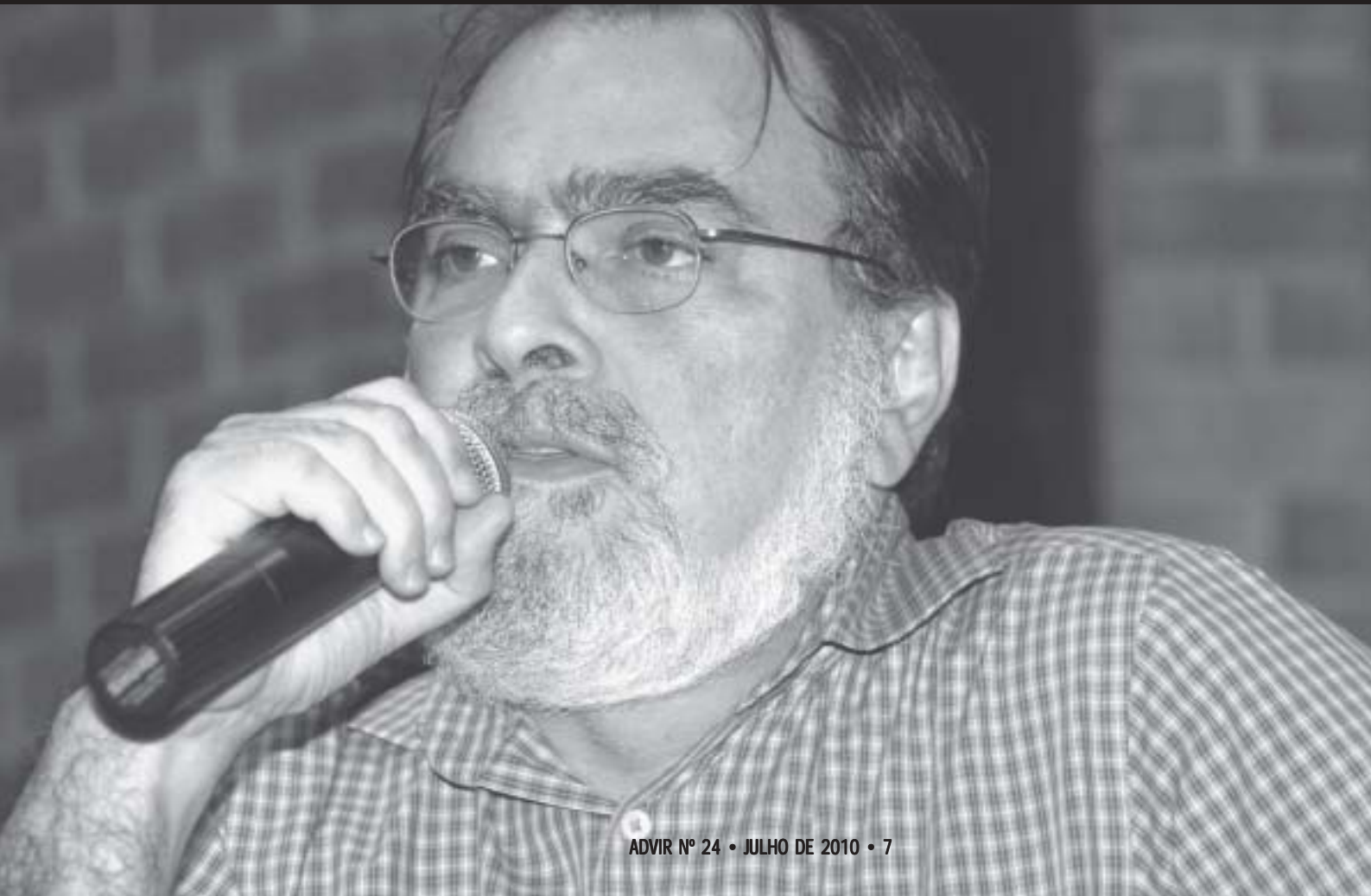
Em dezembro de 1980 fui obrigado a afastar-me da universidade por 1 ano e cinco meses, por motivo de doença, o que levou a Asduerj quase a extinção. Graças ao trabalho do Prof. Ricardo

Era uma época dura. EU FUI
O PRIMEIRO PRESIDENTE
ELEITO DA ASDUERJ.
A entidade não possuía uma
sede, pois a Uerj não cedia
uma sala, alegando que não
reconhecia a Asduerj.

Santos, que retornou ao Rio, após afastamento para a realização de curso de pós-graduação, foi realizada a eleição da nova diretoria, que, apesar totalmente de fora do prazo, possibilitou o ressurgimento da nossa entidade.

Foto: Acervo Asduerj

CLARECIMENTOS



RICARDO SANTOS

Professor Adjunto aposentado em março de 2008.
PRESIDENTE DA ASDUERJ NA SUA FUNDAÇÃO, EM 1979; E NA SUA REATIVAÇÃO,
EM 1982-1984; Diretor da ANDES - Gestão de 1982.

A fundação da ASDUERJ, ocorreu em 07 de maio de 1979, em um auditório alugado no espaço de lutas democráticas da ABI, quatro dias após a Reitoria fundar a APUERJ (A. de Prof. da UERJ), no Auditório 71 da UERJ. A Reitoria da época era composta pelo Prof. Cáio Tácito, que delegou ao seu Vice-Reitor e também candidato à sua sucessão, Fernando Sgarbi Lima, com quem nossa Comissão de Organização (COAPUERJ) manteve inúmeros e infrutíferos contatos. A então COAPUERJ (apropriaram-se do nosso Edital, modificando a data e também do nosso nome original) em diversas oportunidades, tentou um espaço na UERJ; uma sala para fundar uma Associação democrática e independente - questão central. Encontramos as dificuldades e os medos da sucessão do Reitor, cuja visão de uma Associação Docente era a de linha auxiliar do poder. Sentiram também uma 'ameaça à ordem interna' e à linha de sucessão já traçada pelas lideranças do poder vigente. Este é um corte do contexto específico

em que ocorreu a fundação da sobrevivente ASDUERJ, pois a APUERJ foi extinta em outro momento.

O contexto social foi o principal fator. A ditadura militar governava o país enquanto o processo de luta procurava reorganizar inúmeras entidades, havia lutas da sociedade, pela anistia ampla geral e irrestrita, por uma constituinte livre e soberana e pelas eleições diretas para Presidência da República. A ASDUERJ integrou-se as lutas sociais e surgiu do seu desenvolvimento. Logo após sua fundação, ainda no início de 1979, o Sindicato dos Professores do RJ (SINPRO) levantava a bandeira do primeiro dissídio coletivo do terceiro grau, ao qual nos integramos. Deste movimento houve a primeira greve do terceiro grau, onde as duas Associações sentaram-se lado a lado, na direção das Assembléias na UERJ. Esta dualidade na direção da luta fortaleceu a ASDUERJ e caracterizou a APUERJ como linha auxiliar da Reitoria, condenando-a a extinção no nascedouro. A luta concreta, que paralisou toda a UERJ e ou-

ASDUERJ: FUNDAÇÃO

tras Universidades, mostrou quem defendia os docentes e quem vinha para dissuadi-los das lutas específicas e gerais da época. Na ocasião, não tínhamos representação autêntica dos funcionários, era baixíssimo o nível de organização estudantil, não existindo a ASUERJ e entidades estudantis expressivas, que se organizaram posteriormente, principalmente a partir de 1982.

Tivemos a oportunidade de liderar o processo coletivo de fundação da ASDUERJ e de constituir a Diretoria Provisória, com a nossa função na

Presidência e a tarefa de encaminhar a luta durante nove meses. Convocamos eleições para a primeira Diretoria com mandato de dois anos (1980 - 1981), em novembro de 1979 e que naturalmente deveria convocar eleições para a segunda Diretoria e o Conselho de Representantes em out/novembro de 1981 (mandato de 1982-1983), o que lastimavelmente não ocorreu.

A ASDUERJ foi desativada na primeira gestão eleita em chapa e eleição organizada pela Diretoria Provisória. Não fiz parte desta Diretoria, as-

Foto: Acervo Asduerj

ÃO E REATIVAÇÃO

Uma das grandes lutas deste período foi a das eleições diretas para Reitor. Levantamos esta bandeira, discutida no primeiro encontro de ADs (que viria depois a constituir a ANDES).

sumindo outro integrante da Diretoria de Fundação e tendo em vista compromisso acertado previamente, antes de assumir a Presidência da ASDUERJ, na EPM, para fazer Doutorado. O período de 1980 até meados de 1982 nos apresentou duas entidades desativadas, sem encaminhamento concreto de lutas, Assembléias, etc. Na tripla da desativação das duas entidades, a APUERJ se autodissolveu legalmente por iniciativa de um dos seus Diretores, acatada pelos demais e que, junto com o que ocorria com a ASDUERJ, tornou-se conveniente ao poder de então. De São Paulo, tendo tomado conhecimento desta situação, me comuniquéi com alguns Diretores, escrevi ao Prof. Luiz Fernando M. Couto pedindo: "Não deixem a ASDUERJ morrer".

Nosso retorno de São Paulo, ainda com a Tese sendo redigida, ocorreu em agosto de 2002, quando já deveria estar ativa a segunda Diretoria regular. Diante do quadro de inatividade da ASDUERJ e com o relato da extinção da APUERJ, por um dos integrantes da sua Diretoria, em posição muito digna, a condição exigia ação. Espalhamos cartazes por toda a UERJ com a simples frase "A ASDUERJ vive - Viva a ASDUERJ". Foi o sinal suficiente para reaglutinar. Constituímos uma Comissão de reativação. Redigi um documento, em condições precárias de tempo e pesquisa, mas com permissão e ajuda do Vice-Reitor, Roberto A. Gomes e do Sub-Reitor Ítalo Suassuna, para consultar as fichas de cadastramento de carga horária contratual dos docentes de todas as Uni-

dades da UERJ. Tabulei manualmente muitos resultados apresentados e que foram coletados pelo Vice e Sub-Reitor citados. O resultado foi a publicação mimeografada e distribuída nas secretarias de todas as Unidades da UERJ, em outubro de 1982, do documento: UERJ e ASDUERJ - Elementos para uma análise crítica da UERJ. Pela reestruturação da vida Universitária. Neste documento formulamos as linhas principais do processo de reativação da entidade e de transformação da UERJ.

Convocamos eleições e tomamos posse em 1983 e tivemos a oportunidade de formar e conduzir nossa entidade com nova Diretoria, com alguns antigos Diretores da fundação e gente nova, como a Professora Regina Weissmann, o Prof. Paulo Márcio e o sócio Fundador José Eustáquio Bruno. Foi um período de grandes mudanças e que contribuíram sobremaneira, para todo o processo de reestruturação que teria sequência na UERJ e onde a ASDUERJ consolidou-se enquanto entidade, ajudou a fundar outras entidades, como a ASUERJ e conduziu diversas e importantes lutas; a salarial, a do primeiro atrasadão, o Plano de Carreira Docente (encaminhado junto com a estrutura acadêmica dos Departamentos aos Conselhos Superiores), com mudança substancial na carga horária da maioria dos professores da UERJ. Ocorreu o primeiro Congresso Interno da UERJ e neste período passei a Presidência ao Professor Luiz Fernando, que representou nossa ASDUERJ enquanto eu escre-

A fundação das entidades, como a ASDUERJ, e a bandeira das eleições diretas, com dirigentes efetivamente eleitos, indiscutivelmente mudou o panorama político na Universidade.

via a Tese e defendia o Doutorado em SP. Nossa Diretoria inaugurou a sede da ASDUERJ, com uma Secretária contratada, corpo de associados multiplicado inúmeras vezes e o desconto em folha da contribuição instituído.

Uma das grandes lutas deste período foi a das eleições diretas para Reitor. Levantamos esta bandeira, discutida no primeiro encontro de ADs (que viria depois a constituir a ANDES). O então deputado estadual Luiz Alfredo Salomão elaborou projeto de lei, considerado inconstitucional pelo STF na véspera da realização das eleições - a primeira experiência do tipo no país. Realizamos assembléias com mais de duas mil pessoas indignadas com a decisão do STF. Fomos para as ruas protestar e decidimos transformar a eleição em consulta. Nesta consulta foram eleitos Hésio Cordeiro e Ivo Barbieri (ambos sócios fundadores da ASDUERJ) e com ampla vantagem sobre o segundo colocado. O governador Brizola escolheu seu nome de confiança e não um dos eleitos. Rasgamos sua carta-compromisso assumida durante a campanha e houve novo protesto e mobilização. Ivo Barbieri foi nomeado Vice-Reitor de Charley Fayal. Posteriormente, com a Constituinte de 1988, a eleição direta para Reitor se tornou legal. Os dois primeiros Reitores da UERJ eleitos pelo voto direto foram Ivo Barbieri e depois Hésio Cordeiro. Tive a oportunidade de participar deste rico e proficiente processo histórico.

A partir de 1985, estiveram à frente da ASDUERJ mais de dez gestões e segundo dife-

rentes orientações políticas. A entidade, consolidada após a reativação, firmou-se ainda mais na medida em que acumulou experiência. Muitas novas lutas foram travadas e chegamos a várias novas conquistas. A trajetória da entidade, desde então, foi incorporada pela maioria dos docentes e é digna do respeito de suas co-irmãs. Não obstante, nunca paramos com a devida abertura, para apreciar de um ponto de vista crítico, os aspectos da(s) entidade(s) que ainda carecem de aperfeiçoamento, para a universidade em geral e a UERJ em particular. Em determinados momentos observamos grandes divergências que causam desgaste desnecessário à universidade e sua estrutura acadêmica. Fragmentam e enfraquecem os Conselhos e o poder e o mérito acadêmico em geral.

Não considero que houve uma boa solução para a contradição representada de um lado pelo novo poder que passou a ser exercido pelas entidades representativas, agora incluindo o grande poder do SINTUPERJ, e de outro lado pelas vias acadêmicas institucionais, indo do Departamento aos Conselhos Superiores e à própria Reitoria. O caminhar das lutas das entidades colocou nas mãos da comunidade universitária, de um lado, a eleição direta para os dirigentes Universitários, democratizamos os departamentos, os Conselhos Superiores, e, no papel, mais até do que eles efetivamente foram capazes de realizar pelas novas regras democráticas estabelecidas; por outro lado, passamos a ter

Não considero que exista nada definitivo, imutável e cada solução deve se adequar à realidade e aos problemas de seu tempo, mormente na universidade que tem uma dinâmica veloz em alguns aspectos e de imobilidade em outros.

também uma Reitoria e Diretores eleitos pelos três segmentos, legitimando este poder institucional. Estabeleceu-se uma contradição e uma unidade entre o poder das entidades e o poder dos dirigentes eleitos e que não creio insolúvel como de fato é encarada, embora seja, de fato, principal. Eleger-se dirigente passou a ser objetivo e conflito com o poder das entidades; isto sem considerar dirigentes potenciais que não se dispõem a disputar uma eleição no que ela acabou se transformando - uma guerra complexa, envolvendo partidos políticos, financiamento de campanha e um jogo de alto desgaste, que alguns não se dispõem a enfrentar.

Nas entidades, acabou-se a preocupação básica com "representar sua categoria" sem fazer o jogo do e/ou para o outro poder. Do poder que tenho nas entidades para o poder que desejo ter na administração, tornando-me automaticamente alvo e, portanto tendo que preservar meu poder anterior para me resguardar, nem que tenha que "aparelhar" ou fazer o poder lançar uma chapa branca, oficial, para tentar controlar a entidade - como já foi feito pela "esquerda" no poder, tanto no segmento dos docentes como no dos funcionários, esquecendo nossas origens, coerência e história. Uma visão de transformação (?) que usa a entidade para alcançar cargos e de "cargos" que querem controlar as entidades para se reeleger. Geram o conflito, a fragmentação, como se já não tivéssemos o bastante, pois o "eleitor" passa a ser o grande e mesmo elemento de decisão, tanto para eleger as entidades como os dirigentes universitários, que muitas vezes se fecham, aparelham, sectarizam ou radicalizam artificialmente a questão política, muitas vezes

esquecendo que são antes de tudo representantes e o poder esquece que adquiriu representação. Representantes se tornaram os dirigentes eleitos e aí reside uma contradição a ser equacionada pelas mentes jovens da universidade no futuro: Deve-se mudar alguma coisa nas entidades e/ou na forma de escolha dos dirigentes universitários?

A fundação das entidades, como a ASDUERJ, e a bandeira das eleições diretas, com dirigentes efetivamente eleitos, indiscutivelmente mudou o panorama político na Universidade, com aspectos positivos e negativos. Assim, o processo aqui enfocado carece ainda de uma análise coletiva mais aprofundada sobre seus possíveis efeitos colaterais e parece que as entidades e mesmo a ocupada e refratária academia, não desejam enfrentar este problema principal. Do ponto de vista da entidade encontramos aqui aqueles que se desvinculam, se afastam ou simplesmente não se integram, ou se o fazem, não participam, até por estarem muito envolvidos com o trabalho. A mudança na universidade levou a outro compromisso com o trabalho que precisaria ser analisado. A pesquisa que antes era inexistente, hoje exige dedicação, novos cursos de pós-graduação idem; projetos para financiamentos nem se fala. Numa competição devidamente estimulada e de causar inveja aos mais bem sucedidos empresários capitalistas, com a diferença que estes dispõem da ociosidade para pensar e frequentar suas entidades de classe.

Não considero que exista nada definitivo, imutável e cada solução deve se adequar à realidade e aos problemas de seu tempo, mormente na universidade que tem uma dinâmica veloz em al-

Os noventa e dois Professores que se deslocaram para a ABI por nossa convocação no dia 7 de maio de 1979 certamente devem se sentir orgulhosos daquele dia.

guns aspectos e de imobilidade em outros, sendo muitas vezes cruel com seus profissionais sempre sem tempo. Mas uma questão talvez mereça a atenção dos docentes, funcionários, estudantes e numa avaliação deste processo histórico que vivemos: não haverá avanços significativos se a universidade não resolver certas contradições. Principalmente aquelas que levam à fragmentação política e ao enfraquecimento real da universidade considerada na sua totalidade. É preciso identificar as contradições e resolvê-las.

Não existem dúvidas de que nos defrontamos com um grande e inequívoco processo de mudança da universidade, para melhor, que não desmerece nem um pouco os que nos precederam, ao contrário, se soma ao que já encontramos construído. Os que fundaram a UERJ, os que a engrandeceram em todos os anos de sua construção; os que antes de nós, criaram algo sólido no Campus de uma verdadeira Universidade sempre em evolução. Todos estes períodos, talvez, distintamente, representem diferentes legados. Talvez o nosso legado, participativo - o dos fundadores e refundadores da ASDUERJ e das coirmãs - tenha muito ainda por ser feito, analisado, revisto. Ao criar novas formas de poder ou simplesmente mudar a forma deste poder ser exercido, criamos novas contradições que precisam ser enfrentadas e a visão da história nos ajuda a compreender o que merece continuar e o que tem que ser revisto e refeito após tantos anos de experiência. Um período histórico a ser revisitado com o olhar crítico e dialético, voltado principalmente para o processo incessante e indissociável de reestruturação da universidade

e da sociedade. A sociedade muda constantemente e a universidade tem por dever analisar e acompanhar esta mudança, quiçá estar à frente dela. Por outro lado, a universidade em geral e a UERJ em particular também mudaram substancialmente e estão a reclamar novas mudanças.

Lembro Phekhanov, numa de suas obras admiradas por Lênin - O Papel do Indivíduo na História - e que a par de considerar a importância do movimento social sobre o indivíduo, valorizou sobremaneira, numa visão dialética, o papel do indivíduo sobre o social, seja numa pequena ou grande tarefa. Os noventa e dois Professores que se deslocaram para a ABI por nossa convocação no dia 7 de maio de 1979 certamente devem se sentir orgulhosos daquele dia, com tudo, aparentemente, para sermos derrotados naquelas circunstâncias, lutando contra forças poderosas no papel negativo. Mas vencemos e transformamos, em pouco tempo, 92 em 920 associados. Transformamos um pouco que seja, uma Universidade que continua a se transformar e certamente, devem existir jovens funcionários que vivenciaram aquele período histórico, jovens estudantes que abraçaram a carreira docente e contribuíram naquele movimento da universidade, e que hoje, talvez, estão a desempenhar seus papéis em diversos níveis de direção da UERJ e fora da UERJ. Parabéns a todos aqueles que fundaram a ASDUERJ e as entidades irmãs. Foram movimentos pensados e organizados coletivamente. Fazem parte do passado, mas refletidos no hoje. Valeu o esforço coletivo! Nossa alma se expande e agradece. Mas não se esqueça: algo precisa mudar novamente!

JOSÉ EUSTACHIO BRUNO

Professor aposentado da Faculdade de Ciências Médicas da Uerj
e PRESIDENTE DA ASDUERJ NO BIÊNIO 1985/1987

AVAL

Dirigimos a Asduerj no período 85 e 87. Quando falamos dirigimos não é por plural de modéstia mas sim porque tivemos uma gestão da qual todos os diretores participaram ativamente da administração com ideias e atos. Talvez isto explique o sucesso que tivemos tanto no campo econômico quanto no campo acadêmico.

Uma coisa que sempre me causou desconforto é ouvir dizer que a Asduerj é uma entidade unicamente sindical - o que já seria muito bom, porque defende os interesses dos professores da Uerj -, mas ela nunca foi só isso. Foi também uma entidade que teve lutas importantíssimas sob o ponto de vista acadêmico. Teve grandes participações nos avanços acadêmicos-científicos da universidade. Quando começamos a gestão, os professores da Uerj tinham um dos piores salários do Brasil. E nós conseguimos, com muita luta, através daquilo que à época se chamava Plano de Carga Horária, uma vitória com a chamada "proporcionalidade de salário". Até então era uma babel a carga horária na universidade. Um pro-

fessor que tivesse 20 horas semanais não ganhava o dobro do de 10h, nem o de 40h ganhava o dobro do de 20h. E havia pessoas com carga horária de 16h ou 15h. Conseguimos regularizar isso. Foi uma decisão do Conselho Universitário na qual a Asduerj teve uma importância muito grande, na mobilização dos professores e para negociação com a Reitoria e os Conselhos.

A remuneração melhorou não só por conta da proporcionalidade, mas também porque triênios e outras vantagens começaram a ser calculados sobre o salário-base, o que não ocorria até então. E foi através desta luta que conseguimos isto. A partir daí também conseguimos com que só se contratasse professores em regime de trabalho de 20h ou 40h.

Naquela época nem se falava em plano de carreira, falava-se em plano de carga horária. Quando perguntados como conseguimos isso, respondemos que as lutas e as conquistas nasceram da vontade do conjunto das pessoas que você representa. Qualquer membro de uma diretoria,

de uma direção, tem que ter sensibilidade para cativar o sentimento das pessoas que o elegeram para dirigir determinada estrutura. O movimento pela proporcionalidade surgiu porque era um anseio da comunidade. Chegava-se na sala de aula, no corredor e as pessoas falavam: "não posso ter 40h e receber 20% a mais do que alguém que tem 10h". Era uma injustiça muito flagrante. Os diretores desta gestão captaram esta ansiedade da comunidade e, a partir daí, fizemos um movimento, que logicamente tinha seus picos nos momentos de ascensão do movimento por reajuste salarial.

Foi um marco na nossa gestão a luta pela proporcionalidade de salário. Com as campanhas por reajustes, que permaneceram nas gestões posteriores, o salário da Uerj transformou-se num dos melhores salários do ensino superior do Brasil. Infelizmente, agora ele volta a ser achatado,

Chegava-se na sala de aula,
no corredor e as pessoas
falavam: "não posso ter 40h
e receber 20% a mais do
que alguém que tem 10h".
**ERA UMA INJUSTIÇA MUITO
FLAGRANTE.**

cai para patamares ruins.

Nesta época a mobilização era muito grande. Havia nas assembleia um grande número de pessoas. Os movimentos em que saíamos para mostrar para a sociedade os nossos problemas tinham uma participação muito grande. Eram pas-

E LEGITIMIDADE

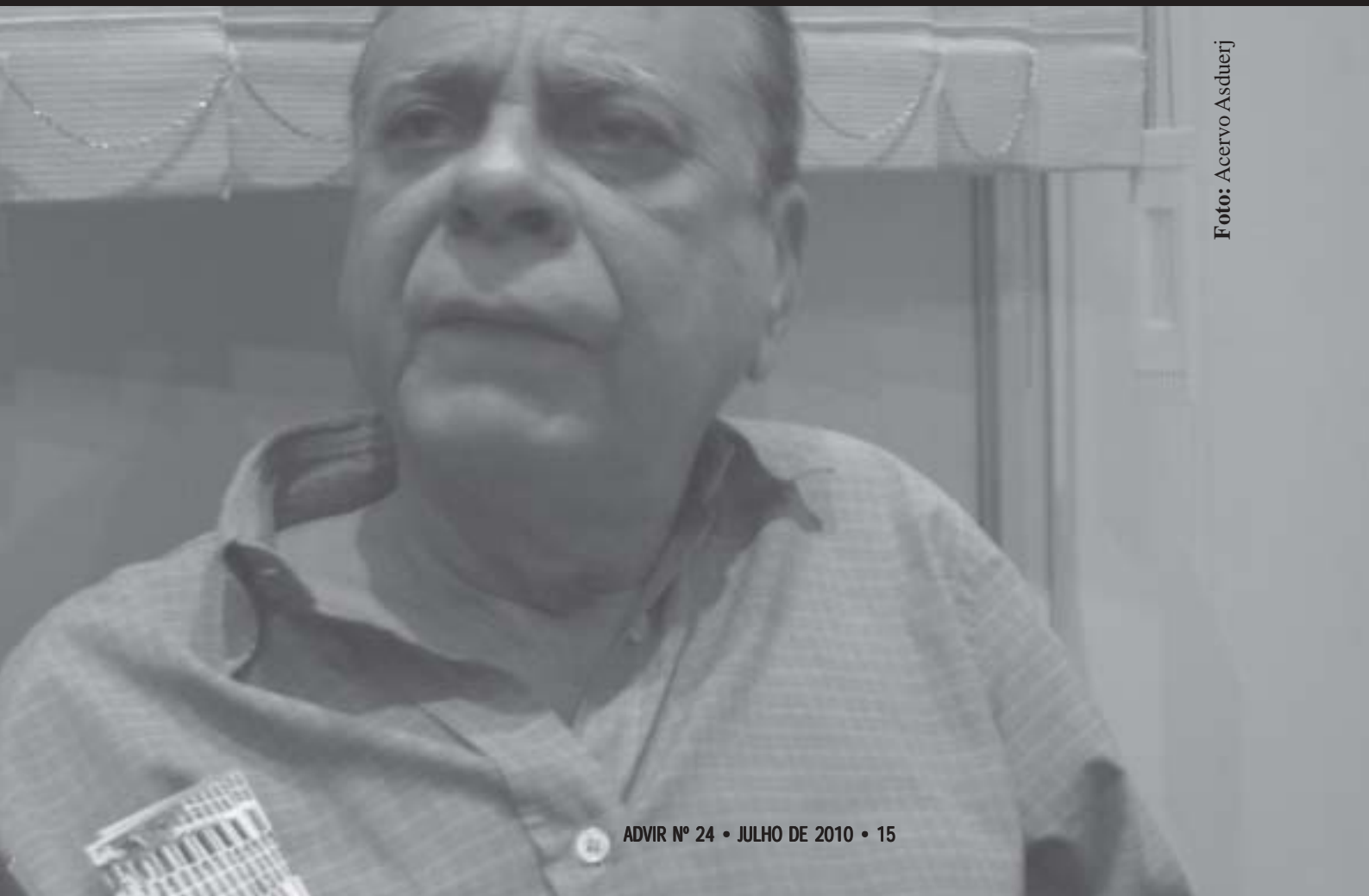


Foto: Acervo Asduerj

Quando perguntados como conseguimos, respondemos que as lutas e as conquistas nascem da vontade do conjunto das pessoas.

seatas, atos de rua e já havia essa aliança, que nunca deixou de existir na universidade, entre professores, funcionários e estudantes. Esses movimentos eram sempre feitos em comum, o que é fundamental para qualquer vitória de movimento dentro da universidade.

Agora, afora a questão salarial, tivemos muitas batalhas pela qualidade da educação e da pesquisa aqui na universidade. O SOS Uerj foi um movimento que durou muito tempo. Havia um sucateamento muito grande, principalmente na área biomédica. Ficamos uns dois meses com aulas paradas, não por greve, mas por impossibilidade de funcionamento. Este movimento SOS Uerj teve muitas edições em outras gestões, com grandes vitórias para a universidade.

Algo de que tenho muito orgulho é que durante nossa gestão produzimos a I Mostra de Produção Científica da Uerj, que foi promovida pela Asduerj. O raciocínio que norteou a feitura desta mostra foi muito simples. Já que a universidade, enquanto instituição, não demonstrava para a sociedade a sua produção científica e cultural, então a Asduerj resolveu fazer isto. Foi em outubro de 1985, com vários trabalhos expostos neste "campus", com todas as áreas de conhecimento participando. A mostra demonstrou o quanto a Asduerj estava inserida e preocupada com o avanço acadêmico dentro da Uerj. Não tem preocupações apenas salariais ou de interesses da categoria, mas também com os destinos da universidade.

Outra coisa que devo destacar é que contribuímos muito para o fortalecimento do Andes-SN. Esta entidade tão importante não somente para os professores do Brasil todo, mas também para toda a universidade brasileira. Na nossa gestão sempre participamos dos congressos da

entidade, sempre deixamos as portas da associação abertas ao Sindicato Nacional, que na época era apenas Associação.

Tínhamos uma direção colegiada de pessoas muito sérias, de amplo espectro ideológico. Nunca houve atestado ideológico para participar de nossa diretoria e creio que de nenhuma outra diretoria da Asduerj. Tínhamos pessoas com mais diferentes visões de mundo, era uma diretoria plural. Gostaria de citar nominalmente todos os diretores que fizeram parte da diretoria da qual fui presidente. A Uerj não deve jamais esquecer estes que, entre muitos outros, sempre lutaram por ela: o I Vice-Presidente era o professor Paulo Sérgio Sgarbi Goulart; o II Vice-Presidente era o professor João Pedro Dias Vieira; o I Secretário professor Antonio Carlos Ferrão; o II Secretário, o professor Paulo Ernani Gadelha Vieira; a I Tesoureira Maria da Conceição de Lima e o II Tesoureiro, que para nossa tristeza faleceu, o professor Carlos Alberto Torres. Foram estas seis pessoas que compuseram comigo a direção do biênio 85-87.

Era uma diretoria que trabalhou conjuntamente. Obviamente, havia divergências, mas que eram resolvidas da forma mais desinteressada possível. A Uerj sempre esteve acima das poucas queelas que existiram.

Naquela época (85), num processo de redemocratização, a capacidade de mobilização que tínhamos era muito grande. Tanto que as conquistas que tivemos surgiram em cima de movimentos grevistas, de passeatas nas ruas, idas à assembleia legislativa, isto sem a estrutura que, felizmente, a entidade tem hoje. Por exemplo, a divulgação da I Mostra Científica foi feita com material bastante rudimentar. Não havia nem

Nunca vi aqui na Asduerj movimentos que não fossem feitos de forma responsável. Nunca existiram na Asduerj soluções de cima para baixo. As decisões nunca foram feitas em gabinetes.

computador, era na base de mimeógrafo.

Naquela época também não havia liberação de parte da carga horária para participar da direção da entidade. Isto foi uma justa conquista, mas que ocorreu tempos depois. Quem está de fora, às vezes não mede o sacrifício que se tem de fazer para se estar na direção da entidade e o estresse também. Na realidade, embora não se queira, às vezes tem que se entrar em embates contra colegas nossos. Todos sabem dos embates que a entidade já teve com as reitorias. Eu, por exemplo, já fiz parte de uma das administrações da universidade, fiquei do outro lado. Sei que as pessoas reivindicam e demandam com toda a razão e, às vezes, se quer responder e não pode. E isto cria uma atmosfera de estresse, porque se está lidando muitas vezes com pessoas que são amigas, pessoas com quem se convive o dia todo, pessoas que você admira, e muitas vezes tem que se fazer um enfrentamento ideológico com elas.

AS ASSEMBLEIAS

O auditório 13 é uma espécie de santuário do movimento social na Uerj. A maioria das coisas importantes que ocorreram neste período e nos subsequentes foram neste espaço. A sala da Asduerj era ali naquele corredor próximo ao auditório. Não tinha ar-condicionado, nenhum conforto e as pessoas iam. Todas as conquistas do movimento desde a proporcionalidade da carga horária até o atual Plano de Carreira, que não era o que desejávamos mas ajudou a recompor o salário dos professores, só ocorreram a partir de mobilizações. Qualquer estudioso que pegar a cronologia e, mais do que a cronologia, a sincronia da história da universidade verificará que tive-

mos vitórias aqui nos momentos em que se foi para a rua ou se parou a universidade. Eu até gostaria que a história me desmentisse, mas, infelizmente, de umas décadas para cá tem sido assim. Infelizmente porque ninguém faz greves por gostar mas sim por não lhe restar alternativa. O melhor exemplo disto foi o Plano de Cargos e Salários dos funcionários - o PCC. Lógico que ele tem vários problemas, mas foi uma grande conquista dos funcionários. Foi um avanço porque os funcionários nunca tiveram plano e quanto tempo lutamos por isto aqui, e não saía? Se formos buscar na sincronia da história quando ele apareceu constataremos que foi no momento de uma greve. Foi, também, uma resposta do governo ao reajuste. Como ele não queria dar reajuste, ele deu o plano. Não estou defendendo plano como substituto de reajuste, mas foi um avanço. Quando conseguimos na minha gestão a proporcionalidade, foi também durante uma greve por reajuste.

Nunca vi aqui na Asduerj movimentos que não fossem feitos de forma responsável. Nunca existiram na Asduerj soluções de cima para baixo. As decisões sobre paralisações, movimentos, luta acadêmicas nunca foram feitas em gabinetes. Foram feitas em assembleias abertas a todo mundo. E aqueles que não concordavam, não devem criticar porque não vinham para as assembleias dizer que não concordavam.

Todas as decisões, todas as lutas, mas também os momentos de descontração, como eventos culturais, lúdicos e de confraternização, tudo sempre foram decisões feitas pelo conjunto de professores. Falo das decisões que tinham que ter o aval e a legitimidade da decisão dos professores.

ROBERTO ABREU

Professor aposentado do Instituto de Matemática e Estatística da Uerj
e PRESIDENTE DA ASDUERJ NOS BIÊNIOS 1987/1989, 1989/1991 E 1995/1997

Desde sua fundação em 1979, a ASDUERJ desempenha um papel relevante na construção da UERJ como uma Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, de Qualidade e socialmente referenciada.

Tendo surgido como estratégia de setores dos mais atrasados política e academicamente, que a queriam atrelada à estrutura de poder e como seu braço sindical, a ASDUERJ soube se impor como entidade representativa dos professores da UERJ referenciada ao Projeto político-acadêmico de transformação da Universidade.

Já em 1985 (?) a ASDUERJ teve atuação decisiva na efetivação da primeira eleição direta para Reitor da UERJ e uma das primeiras, se não a primeira no país. Ainda que o resultado das eleições não tenha sido respeitado pelo então Governador que nomeou o quinto colocado, constituiu o embrião do processo que temos hoje e que foi consolidado na Constituição Estadual em 1989.

Devemos recordar que até 1989 a UERJ era uma instituição de direito privado, ainda que subsidiada pelo Estado. Nesse ano, logo após a promulgação da Constituição Federal, a ASDUERJ organizou e coordenou um Movimento memorável que dotou a Constituição Estadual do Capítulo da Educação mais avançado do país. Conquistamos na Carta Magna Estadual a exclusividade para a UERJ da oferta do Ensino Superior Público Estadual no Rio de Janeiro e em sua Região Metropolitana, conquistamos a proibição do Estado conceder bolsa de estudo em instituição de ensino básico da Rede privada. Elevamos para 30% o

percentual mínimo do orçamento vinculado à Educação, entre muitas outras conquistas.

Devemos recordar, também, que até 1987, com exceção de poucos apaniguados, os professores da UERJ eram todos "Auxiliares de Ensino"; assinavam contrato precário de trabalho pelo prazo de um ano - que podia ser renovado ou não - para ministrar 10 aulas semanais com salário-aula que perfazia um total menor do que os já irrisórios vencimentos dos professores da Rede Pública do Estado. A maioria dos "Auxiliares de Ensino" assinavam contratos aditivos para ministrar um certo número adicional de aulas cuja remuneração era decrescente em relação à carga horária do contrato original, de modo que o valor recebido por 40 aulas ministradas correspondia a apenas 60% do quádruplo do salário referente às 10 aulas originais. Não havia Regime de trabalho nem tempo destinado à preparação e ao planejamento.

Em 1987, a ASDUERJ organizou e conduziu memorável luta que culminou com a criação de um sistema precursor do Regime de Trabalho que vigora até hoje. A denominação do cargo passou de "Auxiliar de Ensino" para "Professor Auxiliar" e os contratos eram assinados para ministrar 10, 20, 30 ou 40 aulas semanais, sem aditivo e com o salário de 40 aulas correspondendo a 4 vezes o valor de 10 aulas. Sob a ótica de hoje, não parece muito, porém, à época foi uma "revolução".

A partir daí, a ASDUERJ organizou e coordenou uma luta não menos memorável que culminou, em 1993, com a aprovação pelo Conselho Universitário de uma Resolução instituindo um

CONQUISTA E

excelente Plano de Carreira Docente que vigorou até pouco tempo. Esse Plano de Carreira Docente propiciou as condições para que a UERJ alcançasse o estágio que hoje ostenta, colocando-a entre as melhores Universidades do País.

Durante todo esse período, a ASDUERJ conduziu no interior da Universidade, e em articulação com o Governo estadual, um processo de permanente recomposição salarial, o que na maioria das vezes constituiu tarefa das mais difíceis.

A ASDUERJ conduziu a luta de modo integrado com as representações dos Servidores Técnico-Administrativos e a dos Estudantes, inclusive realizando memoráveis Assembléias na Concha Acústica e no Teatrão. A entidade, juntamente com as co-irmãs, promoveu Greves também memoráveis, com enfrentamentos físicos com a Polícia Militar e, mesmo, com a segurança da Universi-

Durante todo esse período, a ASDUERJ conduziu no interior da Universidade, e em articulação com o Governo estadual, um **PROCESSO DE PERMANENTE RECOMPOSIÇÃO SALARIAL.**

dade, resultando na conquista e na consolidação de avanços - por muitos esquecidos, hoje - os quais asseguraram as condições para que chegássemos ao que somos hoje.

Foto: Acervo Asduerj



CONSOLIDAÇÃO

NILDA ALVES Professora da Faculdade de Educação da Uerj e PRESIDENTE DA ASDUERJ NO BIÊNIO 2005/2007

Estamos festejando os 30 anos da ASDUERJ. Muitos já me perguntaram: o que festejar? Tenho, para estes, sempre, uma resposta: em um país e em uma sociedade que primam pelo individualismo, termos uma associação-sindicato que articula forças, já é para festejar. E MUITO! E fazendo 30 anos de lutas, então...

Mas o que festejar particularmente em relação a uma gestão? Em primeiro lugar, a existência de um coletivo de organização e trabalho. Tenho convicção que são a Diretoria, o Conselho de representantes e alguns convictos apoiadores e a presença de muitos professores e professoras nas assembléias o que faz uma gestão acontecer.

Nesse sentido, começo por lembrar que a Diretoria, na gestão que presidi era formada por: Denise Brasil, 1ª vice-presidente, que dirigia os momentos de votação em assembléias e redigia notas como ninguém; Iná Meirelles, 2ª vice-presidente, que nos dava enorme tranquilidade quando o "tempo" esquentava; Inalda Pimentel do Couto, 1ª secretaria, que conseguia interpretar os acontecimentos como poucos e que presidiu a diretoria seguinte; Antonio Coscarelli, 2º secretário, que ajudava sempre com o conhecimento que tinha de fatos e pessoas da UERJ e que "ajudava" sempre a "esquentar" o tal tempo; Arnaldo Noronha Filho, 1º tesoureiro, que conseguia estabelecer a tranquilidade na gestão financeira; Domenico Mandarino, que organizava tabelas e fazia cálculos para que conseguíssemos enxergar o quanto estávamos perdendo - a UERJ e cada um de nós, em verbas subtraídas pelo governo e em salário, respectivamente... O Conselho de representantes, como não está mais na página da ASDUERJ, não consegui recuperar os nomes que dele faziam parte - lembro de alguns, mas seria injusto com os outros. Quantos aos apoiadores convictos, cito dois que me ajudaram muito a entender alguns fatos e pessoas, no período: Cezinha e Terezinha, assim mesmo, no diminutivo. E, sem esquecer, nunca, a existência de uma Secretária, com Arlete coordenando, e uma Assessoria de imprensa que "torciam" por nós.



Quanto às assembléias, nós as tivemos sempre cheias, no período, para discutirmos: formas de luta; a decretação, manutenção e saída da greve; as atividades culturais e políticas realizadas... Essas atividades sempre contaram com muita gente, eram inventivas e recebiam apoios crescentes das comunidades interna e externa. Só algumas para lembrar: o abraço a UERJ; as marchas em defesa da UERJ durante as quais a população, em torno das diversas unidades, nos aplaudia e dizia para continuarmos lutando; os lindos cartazes que a cada semana eram criados por Leila Braille para divulgar o que fazíamos; o material de divulgação produzido por Sérgio e Paula, nossos apoios de imprensa... Em uma das assembléias, tomamos a decisão de recorrermos ao judiciário quando o governo quis quebrar a espinha dorsal do movimento, informando que ia cortar salários em razão da greve, e pondo por terra a determinação constitucional de autonomia universitária, ao querer que fossem os diretores de unidades que enviassem o ponto dos servidores e não o Reitor como deve ser e tem sido sempre.

Quero re-contar este acontecimento, porque vejo que ele caracteriza o período, melhor que qualquer outro talvez, e porque não pode ser esquecido, nunca. Eu o faço, reproduzindo parte do texto do ato jurídico.

Terminada a crise que isto gerou, a ASDUERJ publicou um caderno (imagem acima): **GREVE - um direito fundamental** que, reproduzido aos milhares e distribuído por todo o Brasil, mostrou o processo em que se pode ter o pronunciamento do judiciário sobre essa prática, para além de leis ocasionais e oportunistas, para além mesmo de um direito constitucional, como um DIREITO HUMANO. Com parte do pronunciamento do relatório do desembargador Rogério de Oliveira Souza que com ele obteve a unanimidade da junta formada pelos desembargadores Fabrício Bandeira Filho (presidente), Raul Celso Lins e Silva e Lindolpho Marinho termino este texto em que tentei mostrar porque devemos comemorar os 30 anos da ASDUERJ. Diz o texto:

não existe fundamento legal ou jurídico para se determinar o corte de salários dos trabalhadores que se encontram em greve.

O ato da Autoridade Impetrada foge da atuação segundo os ditames da lei, porquanto o servidor em greve, técnica e socialmente, não está cometendo falta funcional ou de falta ao serviço, encontra-se, apenas e tão somente, no exercício de um direito fundamental do ser humano e qualificador de sua cidadania. A greve não significa ausência do trabalho, mas o exercício do direito ao trabalho e decorrente do trabalho.

O direito de greve somente pode ser exercido, somente tem existência na vida real através do direito ao trabalho; somente faz greve quem tem trabalho; para corporificar o direito de greve, exige-se o direito ao trabalho e a representação real do direito de greve é o não exercício cotidiano das atividades laborativas. Se, para dar existência prática e real ao direito de greve, o trabalhador tem cortado o seu salário, o direito se revela um algoz e não um direito.

A ameaça de corte de pagamento de salários, através do expediente de não transferir recursos à Universidade para pagamento dos salários traduz a ilegalidade do ato da Autoridade Impetrada, atingindo, por via transversa, o exercício de direito universal, fundamental e de cidadania do trabalhador e do servidor público - o direito à greve. A consequência imediata é suprir a fonte de remuneração dos docentes, implicando em contas não pagas, acumulação de débitos etc, etc.

O mais grave na conduta do Impetrado é retirar do docente a paz de

Em um país e em uma sociedade que primam pelo individualismo, TERMOS UMA ASSOCIAÇÃO-SINDICATO QUE ARTICULA FORÇAS, JÁ É PARA FESTEJAR.

espírito necessária e imprescindível da mente científica voltada para a produção e criação de novas riquezas em prol de toda a sociedade. Ao cortar a remuneração, a Autoridade Impetrada desferiu golpe fatal no exercício do direito de greve, porquanto retira do trabalhador os próprios meios para continuar a exercê-lo. (p. 62-63).

Foto: Acervo Asduerij



O QUE FESTEJAR?

INALDA PIMENTEL

Professora da Faculdade de Formação de Professores da Uerj
e PRESIDENTE DA ASDUERJ NO BIÊNIO 2007/2009

A LUTA PELO PLANO E A QUEBRA DA AUTONOMIA

Iniciamos a gestão do biênio 2007/2009 com muitos desafios, entre eles a política dos governos do PMDB que, no caso, incluiu os governos de Garotinho, logo depois o de Rosinha Garotinho, e o primeiro ano de Sérgio Cabral, onde deliberadamente visavam o desmonte do serviço público do Estado do Rio de Janeiro, implementando a ausência de diálogo e um total desprezo pelos movimentos dos servidores, nos impuseram a realidade de vivermos a sete anos sem qualquer reajuste salarial.

Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2007, um Grupo de Trabalho elaborou na ASDUERJ um novo plano de carreira docente e, no segundo semestre, o Conselho Universitário iniciou os debates sobre o mesmo, só o concluindo ao final do ano, coincidindo, desta forma, com a finalização de gestão da Reitoria.

Estas foram as duas principais questões que marcaram a trajetória da diretoria da ASDUERJ neste biênio, e, como as mesmas acabaram se

entrelaçando, cabe começar a história pelos trâmites do PCD.

Há muito, devido às alterações na realidade da UERJ, os docentes vinham questionando a estagnação nas carreiras da universidade. O ingresso dos mesmos, nos últimos anos, apresentava uma característica específica: uma grande parte dos concursos já solicitava o doutorado como formação e, a Resolução 03/91, no que dizia respeito aos cargos, não previa qualquer ascensão horizontal - dentro da carreira - somente era possível a mudança através da formação (ascensão vertical), ou a mudança de cargo através de concurso, no caso de Titular.

Desta forma, no segundo semestre de 2006, ainda na gestão da Professora Nilda Alves, foi criado um Grupo de Trabalho com vistas à construção de um Plano de Carreira Docente que contemplasse a possibilidade de movimentação dos docentes, ao longo de sua carreira, em patamares financeiros ascendentes.

Somente no primeiro semestre de 2007 o grupo tomou corpo e conseguiu elaborar um documento a ser debatido pelos demais docentes. Neste mesmo período, também devido à política de governo que incluía como essencial a reorganização das categorias através de planos de carreira, a Reitoria montou um grupo para estudar um novo PCD para UERJ, com a participação, inclusive, de membros da ASDUERJ.

Nesta mesma época, já estava sendo implantado um plano de carreira para os Técnicos Administrativos, que, apesar de ter surgido de debates dentro do CONSUN, foi alterado pelo governo, e votado pela ALERJ no apagar das luzes do governo Rosinha. Este plano possui várias questões que não foram resolvidas até hoje.

O GT da Reitoria, após pequenas alterações, optou por levar ao CONSUN a proposta elaborada e aprovada pelos docentes em assembleia da ASDUERJ, e os debates começaram em agosto de

O GT da Reitoria, após pequenas alterações, optou por levar ao CONSUN a proposta elaborada e aprovada pelos docentes em assembleia da ASDUERJ, e os debates começaram em agosto de 2007.

2007. Mas, neste mesmo período, ocorriam às eleições para os cargos administrativos da Universidade, inclusive o de Reitor.

Neste reboiço também ocorreram às eleições da ASDUERJ para o biênio 2007/2009, quando a nova diretoria acompanhou as últimas votações do PCD no Consum, lutando para que o plano se

DE CARREIRA DOCENTE IA DA UERJ PELO GOVERNO DO ESTADO

Foto: Acervo Asdteirj



O Consun só conseguiu concluir os debates no mês de dezembro, aprovando um novo PCD que, no mesmo mês, foi enviado ao governo. Talvez este tenha sido o último ato do Reitor antes de passar o cargo.

mantivesse com sua lógica de universalidade e de valorização de toda e qualquer atividade docente.

O Consun só conseguiu concluir os debates no mês de dezembro, aprovando um novo PCD que, no mesmo mês, foi enviado ao governo. Talvez este tenha sido o último ato do Reitor antes de passar o cargo.

Iniciamos 2008 com uma nova Reitoria e a mesma realidade: nenhum reajuste salarial no primeiro ano de governo Sérgio Cabral.

Nos primeiros encontros da diretoria da ASDUERJ com o Reitor, o mesmo se comprometeu em acompanhar o andamento do PCD aprovado por nossos Conselhos Superiores, pois o mesmo já se encontrava na SEPLAG, como também buscar a possibilidade de negociação com o atual governo do estado quanto à situação salarial dos docentes de nossa universidade.

Mantivemos as tentativas de negociação em reuniões com a SECT e com a SEPLAG, porém, todas às vezes, nos solicitavam nossas reivindicações e o impacto que causaria nas folhas de pagamento do governo.

Qual foi nossa surpresa quando em junho daquele ano o Secretário de Ciência e Tecnologia Alexandre Cardoso nos informou não haver nenhum plano de carreira docente da UERJ tramitando no Governo.

Buscamos informações com a reitoria, e a mesma sequer nos recebeu.

Nossa Assembléia em julho de 2008 foi tensa. Nós, docentes da UERJ não podíamos tomar outra decisão que não fosse o "estado de greve". Tínhamos que, de alguma forma, pressionar o governo. O abandono de professores era muito elevado naquele momento e nossas perdas já acumulavam mais de 60% pelos índices oficiais.

No dia da assembléia docente de agosto, quando

então decidiríamos à greve, é distribuído um documento da reitoria onde constava a proposta de um plano de carreira, que viria do governo, mas não dizia quando, e que continha uma tabela aquém de nossa expectativa e contrária aos nossos princípios, pois propunha reajuste diferenciado entre as categorias.

Revoltados, entramos em greve. Dois dias depois o reitor adoece e se licencia. Não tivemos, com isto, nenhum negociador interno. O governo, mantendo sua política de ausência de diálogo, continua a não nos receber.

Em outubro tivemos acesso ao Projeto de Lei do Governador Sérgio Cabral que instituiu o Plano de Carreira dos Docentes da UERJ. O plano propunha aqueles mesmos patamares anunciados no documento do reitor, porém os mesmos só ocorreriam nos salários de dezembro de 2011. Além deste absurdo o PCD do Governo não propunha a Dedicção Exclusiva - reivindicada há muito pelos docentes.

Denunciamos a forma arbitrária com que nos foi apresentado o PL. Segundo a própria LBB 9394/89, todo e qualquer plano de carreira de docentes de universidades deve, primeiramente, ser aprovado nos Conselhos Superiores das mesmas e depois serem enviados às Assembléias Legislativas. O governo Sérgio Cabral, com a atitude que tomou, quebrou por completo a autonomia desta universidade e nem sequer ouviu o que seus docentes tinham por expectativa.

Ocorreram duas audiências públicas promovidas pela Comissão de Educação da ALERJ, uma dentro das dependências da UERJ, outra na própria Assembléia para debatermos o PCD do Governo. Todos os pontos que estávamos em desacordo foram alertados, e solicitamos - já que o governo havia pedido caráter de

Denunciamos a forma arbitrária com que nos foi apresentado o PL. Segundo a própria LBB 9394/89, todo plano de carreira de docentes de universidades deve ser aprovado nos Conselhos Superiores.

urgência e que, o possível de ser feito, era lutar por emendas ao projeto - a inclusão da Dedicção Exclusiva, a diminuição do prazo das parcelas e a tentativa de se manter uma paridade entre as categorias.

Um grupo de docentes, talvez com medo de não conseguirmos nada, iniciou um movimento pelo "PCD Sem Emendas". Isto acabou por deflagrar uma divisão profunda na categoria docente. O poder conseguia novamente mostrar suas garras, afinal "dividir para governar" sempre foi uma forma perfeita de governos chegarem aos seus objetivos sem nenhuma perturbação.

Conseguimos que, no dia marcado para a votação, um grupo de deputados apresentasse emendas ao projeto do governador. Estávamos em uma das galerias pedindo, juntamente com os Técnicos Administrativos e os alunos, que as emendas fossem aprovadas. Em outra galeria estavam os docentes que não queriam emendas. Situação inusitada na história da UERJ, que confundiu, inclusive, a cabeça dos deputados presentes.

Esta situação ocasionou o adiamento da votação final, e provocou uma reunião dos membros da UERJ, Asduerj e representantes do "PCD sem emendas" com os líderes da ALERJ. Nesta conseguimos negociar duas emendas aditivas que continham das nossas reivindicações: a inclusão da DE como regime de trabalho a ser implantada ao final do plano; e a possibilidade de o governo adiantar as parcelas. As demais propostas que apresentamos foram negadas e atribuímos isto à divisão do movimento docente.

Em final de novembro, já com a votação do PCD marcada pela ALERJ para o dia 05/12/2010, suspendemos a greve.

Foi interessante o dia da votação. Convidamos os

docentes para participarem e lá estávamos novamente divididos. Mas neste dia, como as negociações já estavam feitas, o PCD foi aprovado com as emendas alcançadas pelo movimento.

No ano de 2009 acompanhamos a implantação do plano, continuamos a lutar por reajuste e procuramos abrir o debate sobre a Dedicção Exclusiva na ALERJ.

Esta história deve ser contada e repetida, para que nunca seja esquecida. Hoje alguns docentes que participaram do movimento contrário às emendas compreendem que nossa luta estava correta. O PCD não resolveu os problemas salariais dos docentes da UERJ, o abandono de professores só se aprofunda e a situação de achatamento salarial que nos é imposta há nove anos só demonstra o descaso destes governos para com o serviço público em geral, a universidade em particular, como também para com toda a população do Estado do Rio de Janeiro.

Concordo que devemos construir novas formas de luta, já que o "poder" vêm conseguindo cada vez mais alcançar seus objetivos em detrimento da luta dos trabalhadores. Não sei ainda qual caminho teremos que trilhar para modificarmos esta situação.

Somente tenho a certeza, e continuo afirmando que não podemos parar nossa luta, pois conseguimos alcançar algo. Muitos acham que foi pouco, naquela situação avalio que foi o possível. Mas, no todo, este "possível" se tornou grandioso, na medida em que impediu que o governo, juntamente com outros algozes que estão aqui dentro e se dizem defensores da UERJ, conseguissem destruir definitivamente este patrimônio que não é nosso, é de todos que construíram esta universidade e, também, de toda a população de nosso estado.

CLEIER MARCONSIN

Professora da Faculdade de Serviço Social da Uerj
e PRESIDENTE DA ASDUERJ PARA O BIÊNIO 2009/2011

A HISTÓRIA

Vivemos um momento de refluxo das lutas, em geral. Resultado da crise do capital da última década e da ofensiva na retirada de direitos. Além de um momento de retirada de direitos, vivemos também um momento de resistência. Há uma desmobilização do conjunto dos trabalhadores e não somos uma ilha de tranquilidade, num mar revolto, também sofremos, somos parte desta história.

Quando a Asduerj foi fundada, em 1979, vivíamos um momento oposto, de grande efervescência política. Um momento fundamental das lutas do nosso país, a luta pela democracia, contra a ditadura, no qual se avançava na conquista de direitos. Era um ressurgimento das lutas. Momento das greves do operariado no ABC paulista.

Os professores da Uerj não ficaram fora deste movimento. Souberam ser protagonistas nesse processo com a fundação de uma associação docente, uma organização de lutas por direitos dos professores e da universidade. Com esta perspectiva, também, organizou-se, neste mesmo processo, um sindicato nacional que foi o Andes.

De lá para cá, foram momentos diferenciados. Até final da década de 90, percebo que os professores da Uerj viveram momentos de grande participação juntamente com os técnico-administrativos. Hoje, vivemos esse momento de refluxo, que se inicia no início do século XXI, nos anos 2000, mas que neste momento se aprofunda. Embora, em alguns lugares, vemos que pontualmente a luta vem despertando, mas são situações pontuais, mesmo em termos internacionais. Apesar da Grécia ser um exemplo de que a história não acabou, de que a luta de classes não acabou, de que os trabalhadores permanecem lutando por direitos na Grécia, na França e mesmo em alguns setores no Brasil.

Na Uerj, estamos num momento de desmobilização. Como nada é definitivo, este também é um momento provisório. E temos trabalhado no sentido de resgatar a mobilização dos professores.

Concordo com Ricardo Antunes quando afirma que vivemos uma metamorfose da classe trabalhadora em escala mundial e uma crise do sindicalismo também mundial. Crise esta decorrente de elementos econômicos como o aumento

do desemprego, mas não só. São também elementos políticos e ideológicos que engendram esta crise. Na verdade não são apenas elementos objetivos, mesmo porque eles não se separam dos subjetivos.

O grande número de desempregados em termos mundiais faz com que a classe trabalhadora não tenha condições de ter sua representatividade, os que estão empregados ficam mais sujeitos a pressões dos donos do capital, por outro lado os sindicatos perdem mais a força para a conquista de direitos. Aí, passa-se a viver uma fase de resistir para não se perder o que já exis-

Estamos num momento de desmobilização. Como nada é definitivo, este também é um momento provisório. E TEMOS TRABALHADO NO SENTIDO DE RESGATAR A MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES.

RIA NÃO ACABOU

Foto: Átilas Campos



A CUT é uma prova desta adaptação à ordem instituída. Passou de uma central combativa a uma central de conciliação. Isto é inegável. Estamos, inclusive, no momento de construir uma outra central que seja combativa.

te. E se está perdendo. Ao mesmo tempo muito do movimento sindical não só no Brasil, mas internacionalmente, passou pelo que o Gramsci chamava de transformismo. Deixaram de defender o interesse de sua classe e passaram a defender os interesses da burguesia. Trazer para dentro do movimento dos trabalhadores a verdade da burguesia, como se fosse verdade para todos, defendendo interesses institucionais ou burgueses propriamente ditos.

Entre os intelectuais de um modo geral e entre os docentes, em particular, muitos passaram a acreditar que não existem outras verdades que não as institucionais, que não existem outros elementos na sociedade que não aqueles que a classe dominante coloca como verdade. Amplos setores dos professores, infelizmente, adaptaram-se. A CUT – Central Única dos Trabalhadores – é uma prova desta adaptação à ordem instituída. Passou de uma central combativa a uma central de conciliação. Isto é inegável. Estamos, inclusi-

ve, no momento de construir uma outra central que seja combativa.

Não sei se os sindicatos estão superados, porque ainda não conseguiram construir nada.

ESVAZIAMENTO DAS LUTAS COLETIVAS

É uma ação deliberada do governo quebrar o formato de organização dos trabalhadores. Há dentro da Uerj, entre os professores, uma naturalização deste processo de competição entre os professores, há uma naturalização da hierarquização das atividades docentes, e uma naturalização do discurso de que “eu farei a minha parte”. Outro lado disto, é a perda de confiança na representação coletiva. Não separo isto dos outros fatores que citei anteriormente, tudo faz parte deste conjunto. A perda dos direitos sociais e esta campanha ideológica de que o mérito está no indivíduo. E é um mérito descolado das possibilidades de ter o mérito. Exijo o mérito mas não

Aos 30 anos, a Asduerj é uma das protagonistas deste processo de unificação das universidades estaduais com o objetivo de conquistar a autonomia de fato.

dou condições para o indivíduo ter o mérito. Está no indivíduo e apenas nele e não nas condições em que ele vive. Toda a ideia de que o meio interfere na construção do sujeito social ou seu próprio meio imediato e as condições do mundo que vivemos. Essa concepção só existe no discurso, estamos regredindo a uma condição liberal imbecilizante. Toda a contribuição dos iluministas, veja bem, como Rousseau, por exemplo, está sendo desconsiderado. Não falamos nem de Marx, estamos falando de Rousseau, que falava que uma sociedade desigual só pode levar a uma desigualdade entre os sujeitos desta sociedade.

Aqui na Uerj não estamos livres disto. Trazem para dentro de um plano de carreira um reajuste salarial, para não dar reajuste para outros segmentos. E um conjunto de professores acha isto natural e defendeu como verdade. Trata de maneira desigual os desiguais. mas para favorecer os que já estão no topo. Não é para possibilitar a chegada ao topo aos que lá não estão.

Nos 30 anos da Asduerj é esta a realidade. Mas estamos com um proposta diferente: tratar de maneira desigual os desiguais e isto não significa jogar para baixar os que estão no topo, mas, sim, buscar, por exemplo, com que os Auxiliares tenham condições justas de progredir na carreira. Não queremos nivelar por baixo. É o contrário queremos nivelar por cima todos os professores.

Por outro lado, apostamos na contracorrente da individualização. Enquanto a palavra de ordem é individualizar, estamos nos unificando com as universidades estaduais. Aos 30 anos, a Asduerj é uma das protagonistas deste processo de unificação das universidades estaduais com o objetivo de conquistar a autonomia de fato das universidades do Estado e melhorias nos salários. Caminhamos no lado oposto ao governo.

Estamos continuando a luta, porque a história não acabou. Fukuyama estava errado.

MARCELO BADARÓ MATTOS

Professor de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFF

O MOVIMENTO
E OS DESAFIOS DO SINDICALISMO

Em 19 de fevereiro de 1981, reunidos no Congresso Nacional de Docentes Universitários, em Campinas, 287 representantes de 60 Associações Docentes (ADs) de Instituições de Ensino Superior (IESS) brasileiras fundaram a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES). A fundação da ANDES era consequência de articulações entre ADs que vinham se dando nos três anos anteriores. A caracterização desta nova entidade se faria, naquele Congresso de fundação, como sendo “uma Associação Nacional, autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômico, social, cultural e político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares.”¹

Naquela conjuntura, as lutas dos docentes

universitários se somavam a uma retomada muito mais ampla das mobilizações sindicais brasileiras, sensível particularmente a partir das greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1978. A dinâmica deste processo levou os sindicalistas e os analistas do movimento operário a cunharem uma expressão – “novo sindicalismo” – que se generalizaria como adequada para definir a fase posterior do movimento sindical no país.²

As bases do novo sindicalismo não surgiram da noite para o dia. Nos anos 1970, na fase mais repressiva da ditadura militar, lutas pontuais e pouco divulgadas foram travadas, no interior dos locais de trabalho e dos sindicatos. Nestas lutas formaram-se oposições sindicais dispostas a organizar os trabalhadores pelas bases – em comissões de empresa – de forma a contornar os limites impostos pela ditadura e pelos pelegos a

mobilização dos trabalhadores. A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo seria o exemplo mais famoso deste tipo de atuação. Mas, formaram-se também, no interior das próprias direções sindicais, gerações jovens de dirigentes, mais próximos aos interesses de suas bases e menos dispostos a tolerar a política de arrocho salarial imposta pela ditadura. De São Bernardo do Campo, com as gestões da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos presididas por Luís Inácio Lula da Silva viria o exemplo mais conhecido desta outra face da resistência sindical à ditadura.

Mas, por que Novo Sindicalismo? Novo, porque diferente do praticado pelos pelegos, alçados à direção dos sindicatos pela ditadura como interventores (ou eleitos com seu apoio). Diferente também da imagem consagrada do movi-

Reivindicações de natureza econômica sempre predominaram, mas, na fase final da ditadura, significavam uma crítica direta à política do ARROCHO SALARIAL, BASE IMPORTANTE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS MILITARES.

quase 4.000 paralisações em 1989.⁴

Além de fazer greves, o novo sindicalismo distinguia-se também por suas demandas. Reivindicações de natureza econômica sempre predomi-

MENTO DOCENTE DICALISMO BRASILEIRO

mento sindical anterior ao golpe militar de 1964, identificado genericamente como “sindicalismo populista”, embora este contraste tenha sido exagerado.³ A “novidade” se assentava na proposta de uma relação mais direta entre bases e lideranças, marcada pela presença de organizações por local de trabalho e pela mobilização das categorias para decidirem e encaminharem as lutas do sindicato (como nas Assembléias dos Metalúrgicos de São Bernardo, que lotavam o estádio de futebol da cidade). Novas seriam também as formas de luta dos sindicatos. Resgatava-se, em especial, a importância das greves. Foram mais de 130 greves em 1978, 430 no ano seguinte e, após certo refluxo na conjuntura recessiva da virada da década, um crescimento vertiginoso no número de paralisações, iniciado com cerca de 400 greves em 1983 para atingir

naram, mas na fase final da ditadura, significavam uma crítica direta à política do arrocho salarial, base importante das políticas econômicas dos militares. Daí que o potencial político dessas reivindicações fosse muito maior que o de outras situações de greves por salários. Demandas econômicas, mas que ganhavam uma enorme dimensão política, abalando um dos pilares da ditadura.

O que se manifestava também na crítica que, os novos sindicalistas dirigiam ao que consideraram ser o principal obstáculo às mobilizações da classe trabalhadora brasileira: a estrutura sindical. Criada nos anos 1930, como estratégia de um Estado que procurou, ao mesmo tempo, reconhecer e controlar as associações representativas dos trabalhadores, a estrutura sindical oficial baseava-se nos seguintes princípios: unicidade sindical (sindicato único por categoria e região);

A CUT não era uma unanimidade. Nos encontros intersindicais que precederam a criação da CUT – em especial na Conclat de 1981 e na Comissão Pró-CUT que aquele encontro elegeu – ficou nítida a divisão entre dois blocos.

monopólio da representação (o sindicato representa todos os trabalhadores da categoria independentemente de serem a ele filiados ou não); estrutura vertical (federações regionais de categoria e confederações nacionais de ramos reuniam os sindicatos, mas intersindicais de base local ou nacional não eram permitidas) e poder de intervenção do Ministério do Trabalho (que aprovava a criação dos sindicatos, definia o modelo de estruturação, através do Estatuto Padrão e fiscalizava as formas de arrecadação e a natureza das despesas, contando ainda com o poder de intervir nas organizações sindicais, destituindo dirigentes eleitos e nomeando interventores). Numa concepção corporativista, os sindicatos passaram a ser vistos como órgãos auxiliares do poder público, quase repartições do Ministério do Trabalho, fato comprovado por arrecadarem um imposto – o imposto sindical – cobrado de todos os trabalhadores, independentemente de serem filiados ou não aos sindicatos.

Em muitos pontos, em especial com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, estas lutas contra a estrutura sindical foram fundamentais para a ampliação do espaço social e político da classe trabalhadora brasileira nos anos 1980.

Mas a CUT não era uma unanimidade. Nos encontros intersindicais que precederam a criação da CUT – em especial na Conclat de 1981 e na Comissão Pró-CUT que aquele encontro elegeu – ficou nítida a divisão entre dois blocos de

sindicalistas que se apresentavam como oposição à ditadura militar. De um lado, a “unidade sindical”, constituída pelos sindicalistas identificados com o PCB, e da qual se aproximavam os militantes do PC do B e do MR8, que defendiam um processo de articulação intersindical a partir da estrutura sindical oficial e entendiam que as reivindicações e lutas sindicais eram secundárias face a necessidade de garantir-se a transição democrática. De outro, os militantes ligados às direções sindicais “autênticas”, aliados às Oposições Sindicais, que defendiam a construção da CUT “pela base”. Diante dos impasses colocados no interior da Comissão Pró-CUT, o segundo grupo convocou o Conclat de 1983, em S. Bernardo do Campo, que acabou por fundar a Central.

Também na ANDES, as disputas políticas se fizeram presentes. O debate que se fazia no interior do movimento docente mesclava a polêmica em torno das concepções políticas e sindicais que marcaram a construção das centrais, com uma discussão mais específica sobre as particularidades dos professores universitários e as especificidades de seu ativismo. Distinguiam-se, por isso mesmo, os grupos atuantes no interior da ANDES tanto pela sua identificação político-partidária/sindical, quanto pela discussão sobre se a Associação deveria pautar-se por uma postura mais propriamente sindical ou manter-se como organização “para-acadêmica”, voltada para a discussão exclusivamente das políticas educacionais e científico/tecnológicas. Tais dispu-

Mas as lutas pela melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido pelas Universidades passavam também pela defesa de salários dignos, planos de carreira estáveis e garantias para o exercício profissional.

tas, entretanto, foram secundarizadas nos primeiros processos eleitorais da entidade, entre 1981 e 1984.⁵ Em 1986, deu-se o primeiro processo eleitoral da Associação em que duas chapas disputaram as eleições. A constituição de uma maioria vitoriosa naquele pleito se fez duradoura o suficiente para que apenas dez anos mais tarde outra disputa eleitoral apresentasse disputa de chapas.

Esta particularidade explica, em grande parte, o lento processo de discussão que desaguou na filiação da ANDES à CUT. Apesar de ter participado da Conclat de Praia Grande (em 1981), da Comissão Pró-CUT, a partir de 1982, e do Conclat de São Bernardo de 1983, que fundou a CUT, a ANDES só se filiará à Central em 1989. Argumentava-se que era preciso superar com cuidado as resistências tanto dos que se alinhavam às propostas da CONCLAT/CGT, quanto dos que entendiam que uma organização de professores universitários não deveria estar filiada a uma central sindical.

Quando, nos anos 1990, a polarização política no interior da entidade gerou novas disputas eleitorais, novamente se colocaram distinções que mesclavam opções político/sindicais com posições sobre as “especificidades” dos professores universitários e de suas formas de associação. Na década de 1990, entretanto, a ANDES como tal já não mais existia, tendo sido substituída pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), criado pelo Con-

gresso Extraordinário de 1989, realizado no Rio de Janeiro.

Ao longo daqueles anos, a ANDES havia avançado bastante na organização das Associações Docentes, contando com mais de 90 ADs filiadas em meados dos anos 90. Intervindo no debate das políticas educacionais e científico-tecnológicas desde a época da ditadura, a Associação havia formulado, inclusive, em 1982, uma Proposta para a Universidade Brasileira (Caderno 2), que viria a ser mais tarde atualizada. A defesa da autonomia universitária e de um padrão unitário de qualidade para as Universidades – que implicava na defesa de processos democráticos de escolha de dirigentes, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, autonomia didático-científica, compromisso social da produção acadêmica, garantia de verbas públicas, ingresso de professores por concurso público, política de qualificação docente, entre muitos outros pontos – foi uma das características mais marcantes da trajetória da entidade. Não foram poucos os avanços neste campo. Mas as lutas pela melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido pelas Universidades passavam também pela defesa de salários dignos, planos de carreira estáveis e garantias para o exercício profissional.

Colocando-se à frente de diversas lutas para garantir propostas e pautas desta natureza, a ANDES conquistou, nos anos 1980, uma série de avanços. De um lado, obstruiu e evitou a implantação de uma série de propostas de cunho

Os anos 1990 não permitem um balanço muito positivo sobre o sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos 1980 foi interrompida logo no início da nova década.

privatizante para as Universidades, como as propostas do governo Figueiredo (em especial quando Esther de Figueiredo Ferraz esteve à frente do MEC) de reestruturação das Universidades, regulamentação da autonomia, criação de Centros de Excelência, entre outras e os projetos do governo Sarney, com Marco Maciel no MEC, propostos pelo GERES. Por outro lado, fez avançar o projeto de um padrão unitário de qualidade, com a unificação das carreiras nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs) fundacionais e, em 1987, conquista a isonomia entre fundações e autarquias, com o Plano Único da carreira docente (PUCRECE). Inscreve-se também na Constituição de 1988, em grande parte por pressão do MD, o princípio da autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a garantia das verbas públicas para a educação, entre outras conquistas. Tais avanços se fizeram graças a lutas históricas e grandes jornadas de mobilização, em especial nas greves nacionais, desde 1981 (primeiramente nas IFESs autárquicas e a partir de 1987 das fundacionais e autárquicas) e nas greves de IEESs, como as paulistas.

O surgimento do Sindicato Nacional, possibilitado pela conquista do direito de organização sindical dos funcionários públicos – embora ainda nos marcos de um sindicato oficial - na Constituição de 1988, dá-se, no entanto, em uma conjuntura de refluxo das mobilizações sindicais brasileiras em geral.

O sindicalismo brasileiro e o ANDES-SN no refluxo dos anos 1990

De fato, os anos 1990 não permitem um balanço muito positivo sobre o sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1034 greves em 1994, 1056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, 1258 greves, que se reduziram, em 1997, para 630 (dados do DIEESE). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior foi grande, também pelo fato de o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas ter apresentado uma queda bastante significativa.

No interior dos sindicatos, a queda nos indicadores de sindicalização (e em muitas categorias no tamanho de suas bases), as dificuldades das direções em mobilizarem suas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções político-sindicais das lideranças, são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passaram a ser vivenciados por diversas categorias, muitas das quais na ponta das lutas da década anterior.

Os motivos do refluxo são múltiplos e tem diversas origens. De forma muito resumida, podemos dizer que se relacionam a três níveis de problemas: as transformações no mundo do trabalho decorrentes da chamada reestruturação pro-

Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical também se fazem sentir no cotidiano.

dutiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista e as opções políticas das lideranças sindicais da CUT num quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores.

Quanto ao processo de transformações no mundo do trabalho identificado como reestruturação produtiva, o acúmulo de análises recentes tornaria repetitivas, para o intuito deste artigo, considerações mais gerais.⁶ De outro lado, em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos 1980, o projeto de uma mudança da estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização foi frustrado. A Constituição de 1988, garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de Centrais Sindicais e, conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Os limites impostos por essa permanência do sindicalismo oficial são sensíveis, por exemplo, nos momentos em que apesar das estratégias variadas de pressão que os sindicatos possam vir a empregar, os resultados da negociação coletiva acabam por ser impostos pela Justiça do Trabalho. Da mesma forma, as organizações sin-

dicais efetivamente representativas dos trabalhadores esbarram em antigos e novos sindicatos “de carimbo” (entidades sem representatividade que adquirem registro sindical e se apresentam a assinar acordos e a recolher imposto sindical) e em federações e confederações pelegas, cuja garantia de existência não está numa adesão das bases ou numa tradição de lutas, mas na legislação que atribui o monopólio da representação aos sindicatos reconhecidos pelo poder público. A permanência do imposto sindical é o fermento ideal para essas organizações sindicais que, se dependessem apenas da contribuição espontânea dos pouquíssimos trabalhadores a elas filiados, tenderiam a desaparecer.

Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical também se fazem sentir no cotidiano. Décadas de sindicalismo controlado pelo Estado e de estímulo a um sindicalismo voltado apenas a prestação de serviços assistenciais acabaram por gerar grandes e dispendiosas estruturas de serviços médicos, espaços recreativos e balcões de serviços, às quais recorrem diariamente milhares de trabalhadores que não encontram opção de atendimento em serviços públicos totalmente deteriorados.

Frente a esse quadro de condicionantes, não há porque supor que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. Possibilidades diferenciadas de resposta sempre exis-

Ao longo dos anos 1990, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade.

tem e os debates no interior da CUT demonstram que a “via única” foi questionada por setores significativos da central. Analisando, entretanto, a posição que dominou os encaminhamentos da CUT e de alguns dos sindicatos mais representativos a ela filiados, ao longo dos anos 1990, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade.

O ponto de inflexão, nesse sentido, foi o chamado “acordo das montadoras” negociado da câmara setorial do setor automotivo, em 1992 (1ª versão) e 1993, até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Aquele acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. A chave do acordo, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal e estadual), que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, arrecadado pelo governo federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais).

Em resultados numéricos, a comparação entre 1991 (antes do acordo das montadoras) e 1995 demonstra que, do ponto de vista da criação de novos empregos ou mesmo na perspecti-

va de manutenção dos postos, o acordo não fora bem sucedido. Ao mesmo tempo, a elevação da produtividade no setor foi muito expressiva. Dados dos fabricantes de veículos e autopeças, sistematizados pelo DIEESE, indicam que entre 1991 e 1995 as taxas de crescimento da produção, da produtividade e do emprego foram, respectivamente, de 70%, 78% e - 5%. Ou seja, enquanto a produtividade do trabalho quase dobrou, o emprego foi reduzido. O papel do governo foi claro: mesmo não tendo reduzido a arrecadação total (pelo ganho em escala), a redução dos impostos aumentou a margem de lucro dos empresários e, quando a câmara setorial foi desmobilizada, o governo manteve-se apoiando aquele setor do capital, através das facilidades do regime automotivo.

Outro episódio paradigmático foi o do chamado “acordo da Previdência”. Em inícios de 1996, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva - o Vicentinho - apresentou-se para negociar com o Executivo e líderes do Legislativo, um acordo em torno da reforma da previdência. O que estava em discussão era a proposta de reforma do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no 1º semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que devem trabalhar para poderem se aposentar. Vicentinho priorizou negociar os interesses imediatos dos

Com FHC, a postura do governo em relação à repressão sindical e às reformas neoliberais, ensaiadas por Collor, foi muito mais agressiva. As Universidades, o MD e o ANDES-SN acusaram o impacto da nova fase.

trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a “aposentadoria proporcional”, mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público e abandonando qualquer preocupação maior com o enorme contingente de trabalhadores precarizados ao aceitar a tese da aposentadoria por “tempo de contribuição”, em substituição ao modelo do “tempo de serviço”.

Chama a atenção o fato de Vicentinho ter se sentado a mesa para negociar um mês depois de na França uma grande greve nacional de trabalhadores da área de transporte e serviços públicos ter parado o país e sustado a discussão de um projeto semelhante de reforma da seguridade social.⁷

Quando a direção da CUT anunciou, já após dois meses de repercussão das negociações, que os termos do acordo não haviam sido respeitados no relatório da matéria no Legislativo, já era tarde para apagar completamente seu endosso à tramitação da reforma. O governo contabilizou várias vitórias: o projeto avançou no legislativo; difundiu-se a imagem do Presidente como um líder disposto ao diálogo e a CUT, principal obstáculo às reformas, dividiu-se ainda mais nas discussões internas sobre a validade e o conteúdo do acordo que se anunciou e sobre a forma de sua negociação. Quando, mais tarde, a reforma passou por mais uma etapa de votação no Congresso e Vicentinho comandou protestos, alguns articulistas da grande imprensa cobraram com sarcasmo a coerência do presidente da Central,

que dois anos antes havia endossado a essência do projeto.

No contexto dos anos 1990, extremamente negativo para os sindicatos, o ANDES-SN procurou articular-se aos demais segmentos do funcionalismo público em busca de uma unificação maior das lutas. Manteve-se na entidade a postura combativa e a disposição de luta, apesar dos maiores obstáculos da nova conjuntura. Foi assim que novas greves nacionais se fizeram, não apenas nas Universidades, mas na direção do conjunto do funcionalismo público federal. Ainda no gestão de Collor e no governo Itamar, tais lutas foram responsáveis pela contenção da reforma administrativa e das propostas de “nova política para o ensino superior” e “modelo de financiamento das IFES” que retomavam aspectos privatistas dos projetos ensaiados na ditadura e no governo Sarney. As agendas conquistadas pelas entidades no fim do governo Itamar para discutir a autonomia universitária, no plano específico, e a isonomia salarial, no plano mais amplo do funcionalismo, foram abortadas pelo governo FHC.

Com FHC, a postura do governo em relação à repressão sindical e às reformas neoliberais, ensaiadas por Collor, foi muito mais agressiva. As Universidades, o MD e o ANDES-SN acusaram o impacto da nova fase, tanto pelo viés das reformas do Estado (entendidas como desresponsabilização com a manutenção dos serviços públicos – educação superior aí incluída, vide LDB Darcy-

Os poucos ganhos econômicos vieram acompanhados de duras perdas em termos de projeto de universidade, como ocorreu com a criação de uma gratificação atrelada a contabilidades produtivistas de tarefas (a GED).

MEC e PECs para as Universidades) e privatizações, quanto pela agressividade em relação aos sindicatos. Isto não impediu, por exemplo, que em 1994 o MD estivesse ao lado dos Petroleiros na greve de 1995, que procurou-se construir como do conjunto dos servidores públicos e trabalhadores de estatais. Da mesma forma, em 1996, O ANDES-SN buscou o caminho do enfrentamento, paralisando atividades em conjunto com os servidores federais e, no desdobramento, numa greve dos docentes. Em 1998, nova greve dos docentes das IFESs, no momento em que também fizeram greve os técnico-administrativos e os estudantes, com a bandeira unificada da defesa da Universidade Pública. Os resultados de tais mobilizações foram, entretanto, pouco significativos quando comparados aos avanços da década anterior. Foi impossível conter a depreciação salarial e os poucos ganhos econômicos vieram acompanhados de duras perdas em termos de projeto de universidade, como ocorreu com a criação de uma gratificação atrelada a contabilidades produtivistas de tarefas (a GED) no setor das federais. O Sindicato manteve-se ativo, também nas lutas por uma política educacional comprometida com os trabalhadores, apresentando, por exemplo, uma proposta própria de LDB, que foi incluída no debate da legislação na Câmara dos Deputados, cujo resultado final, no entanto, foi desconsiderado no projeto finalmente aprovado. Na Segunda metade da década, a realização dos CONEDs e a proposta de Plano Nacional

de Educação que deles resultou manteve o MD ativo neste campo.

O ANDES-SN, neste novo momento, não estava descolado, como nunca esteve, do conjunto do movimento sindical brasileiro, ainda que tenha se constituído num espaço de resistência avançado ao puxar greves contra o governo FHC e seus projetos neoliberais para o Estado e as Universidades. Isto que ficou mais evidente quando, em 1998, a direção do sindicato foi conquistada por um setor que passou a defender a mesma postura de negociação pactuada que tem dominado a direção da CUT. É verdade que com especificidades, pois, assim como na construção da ANDES em inícios dos anos 1980, a composição que conquistou a direção do Sindicato se apresentou não apenas em torno da filiação a propostas partidário/sindicais, mas também em função de uma suposta representação da “maioria silenciosa” dos professores universitários no interior das Universidade, que estariam mais preocupados com as questões acadêmicas e menos dispostos à luta sindical.

Os anos 2000, a “Era Lula” e o Movimento Docente

A profunda mudança do sindicalismo da CUT se fez com a manutenção de um discurso e, em certos momentos, uma prática de mobilização, que apresentava a central como principal pólo de oposição às políticas neoliberais entre os tra-

Entre as várias medidas do governo para ampliar a “confiança dos mercados”, inscreveu-se a continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas por FHC.

balhadores urbanos sindicalizados. Uma caracterização que diferenciava a CUT de outras centrais, como a Força Sindical, que desde a origem, no início dos anos 1990, era identificada como neoliberal. Foi o que ficou evidente no posicionamento público da CUT contra a proposta de reforma trabalhista do governo Fernando Henrique – que estabelecia o predomínio das negociações coletivas sobre as leis trabalhistas (prevalência do negociado sobre o legislado) em fins de 2001, distinto do apoio anunciado pela Força Sindical.

A partir de alguns dos sindicatos de base filiados à CUT, a resistência ao processo de privatização e ao ajuste neoliberal ganhou contornos de enfrentamento mais aberto. Como na já comentada greve dos petroleiros em 1995. Justamente por isso, chamou a atenção que a trajetória mais lenta de adaptação à ordem do sindicalismo cutista tenha sofrido uma rápida aceleração após a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2003.

As eleições presidenciais de 2002, que levaram Lula da Silva e a aliança política por ele comandada ao governo brasileiro, foram saudadas interna e externamente como um marco do desgaste das políticas neoliberais, aplicadas cegamente pelos governantes brasileiros (com inspiração em outros casos internacionais) ao longo dos anos 1990. Afinal, Lula, apesar de eleito por uma aliança com partidos conservadores e com declarações de campanha que reforçavam sua

disposição de “não romper contratos”, era o sindicalista que havia comandado greves em plena ditadura militar e fundado o Partido dos Trabalhadores a partir das forças acumuladas pelo “novo sindicalismo”. Porém, os que alimentaram expectativas de mudanças, ainda que limitadas ou progressivas, logo se viram frustrados, pois da escolha do ministério à aplicação das primeiras medidas de política econômica, Lula demonstrou que governaria com e para um bloco histórico do grande capital, capitaneado pelo setor financeiro (com o qual possuem ligação ativa todos os grandes capitalistas do setor dito “produtivo”) e apoiado pelos seus parceiros exportadores e latifundiários do agronegócio.

Entre as várias medidas do governo para ampliar a “confiança dos mercados”, inscreveu-se a continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas por FHC, destinadas a transferir setores antes dominados pela esfera pública para o controle privado, bem como a remover qualquer tipo de obstáculo à exploração do trabalho pelo capital, num contínuo processo de retirada de direitos da classe trabalhadora. Na agenda do governo Lula da Silva, 2003 foi o ano da (contra)reforma da previdência, produzida sem abertura real de discussão com os setores organizados da sociedade, mas apresentada a partir de uma proposta referendada por um fórum dito “tripartite” (o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES), em que, sintomaticamente, estavam representados todos os

grandes empresários devedores da previdência pública, assim como os sindicalistas cutistas.

Apesar de toda a perplexidade de boa parte dos trabalhadores do serviço público, que apoiaram a eleição de Lula confiando na perspectiva de mudança, a proposta de (contra)reforma previdenciária – que atingia mais diretamente os direitos do funcionalismo público – foi recebida com indignação e mobilização. Uma greve nacional dos servidores públicos federais foi deflagrada e as primeiras manifestações de massa contra as políticas do governo Lula (como uma marcha de 70 mil servidores a Brasília) foram realizadas.

Para vencer a resistência do movimento organizado, em especial do funcionalismo público, e aprovar sua proposta, o governo contou não apenas com a confiança de amplos setores nos primeiros meses após a vitória eleitoral e posse do candidato/presidente operário, mas usou também das relações clientelísticas tradicionais (compra de votos, com cargos no governo e nas estatais, ou mesmo com pagamento em dinheiro – no chamado escândalo do “mensalão”) para garantir a base de apoio e os votos no Congresso, fazendo ainda uso da violência policial contra as manifestações sociais que visavam influenciar os parlamentares.

O diferencial em relação às lutas contra as reformas do período FHC foi o posicionamento da CUT, cuja direção agora se apresentava publicamente em oposição à greve dos servidores e, embora apresentasse críticas pontuais à proposta do governo, afirmava apoiar sua concepção geral de instituir um teto dos proventos e criar o espaço das “aposentadorias complementares” para os fundos de pensão privados, em substituição ao direito dos servidores à aposentadoria integral. Afinal a CUT possuía acento no CDES, respaldando o espaço em que a proposta fora gestada.

Na mesma direção, seguiram o governo e a CUT em 2004, ano que foi anunciado como o das (contras)reformas sindical e universitária que, embora não concluídas de uma só vez, seguiam a mesma lógica política maior da retirada de direitos no campo da previdência. O espaço institucional em que foi formulada a proposta de

reforma sindical, que abriu claramente o caminho para a efetivação progressiva daquilo que ficara a meio caminho no governo Fernando Henrique – a flexibilização da legislação trabalhista – foi o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Também o FNT constituiu-se em espaço “tripartite”, em que a CUT teve acesso como fração da representação dos trabalhadores. Muito embora a proposta formatada pelo Fórum contrariasse frontalmente diversas das resoluções congressuais da central sobre a estrutura sindical, os representantes da CUT a assinaram e afirmaram que a apoiariam em sua tramitação no Congresso Nacional. Isso porque a proposta consolidava a perspectiva defendida pela maioria dos dirigentes da Central, na linha do que foi chamado em seu debate interno de modelo do sindicato orgânico, para transformar as centrais em “certificadoras” dos sindicatos filiados, que poderiam ser substituídos pela cúpula da central nas negociações coletivas. Embora o projeto em bloco nunca tenha chegado a tramitar, no segundo mandato de Lula, várias de suas propostas foram efetivadas, como a “legalização” das Centrais, que passaram a fazer parte da estrutura sindical oficial – com registro no Ministério do Trabalho – ampliando, inclusive, seu poder de arrecadar as contribuições compulsórias dos trabalhadores.

Tal postura da maioria da direção da CUT de não apenas defender uma política sindical de conformação à ordem, como também de definir-se como braço auxiliar de um governo que aplica reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, levou diversos setores a pautarem o debate sobre a desfiliação da central, desde 2004, em um processo que continua em andamento. Na esteira do processo de reorganização do movimento aberto nesta conjuntura, a maioria dos militantes e dirigentes comprometidos com as propostas que fundaram a central que acreditavam ser necessário resistir às (contra)reformas retiraram-se da CUT. Vários sindicatos desfiliam-se da central, com o objetivo de construir outros instrumentos de organização, menos comprometidos com a lógica de conciliação e colaboração que tomou conta da sua direção. A criação da Conlutas e da Intersindical se deu no bojo desse

processo e, no momento de conclusão desse artigo, as duas entidades são as principais forças a organizarem um Congresso da Classe Trabalhadora, Conclat, que deverá dar origem a uma nova central, em junho de 2010.

O movimento docente participou ativamente de todo o debate sobre a reorganização da classe. Em 2005, o ANDES aprovou sua desfiliação da CUT e em 2007 integrou-se à Conlutas, estando hoje envolvido na organização da nova central através da participação no Conclat de junho de 2010.

No interior das Universidades, porém, os desafios atuais se apresentam como de grandes dimensões. Os processos de privatização interna das Instituições Públicas de Ensino Superior, com o crescimento dos cursos pagos, das apropriações privadas de recursos públicos através das Fundações privadas ditas “de apoio”, da lógica do “empreendedorismo acadêmico” e da gestão empresarial das Universidades criaram um contexto extremamente adverso para o sentido de pertencimento a um coletivo e da defesa conjunta de interesses e projetos comuns entre os docentes.

O Sindicato Nacional continuou a desenvolver lutas intensas, participando da greve contra a contra-reforma previdenciária de Lula da Silva em 2003, realizando uma greve no setor das federais em 2005 e algumas greves no setor das estaduais nessa década. Nas federais, também foi forte a resistência à implantação do REUNI (projeto de expansão do governo federal, baseado na ampliação generalizada das vagas de acesso para estudantes, com contrapartida proporcionalmente muito pequena de novos recursos humanos e de investimento e forte direcionamento para a criação de cursos de graduação aligeirados). Ainda assim, é nítido que a frequência e intensidade das mobilizações do movimento docente decresceu, caracterizando uma situação sem precedentes em suas três décadas de história. Mas, três décadas de uma história tão rica em conquistas e projetos de uma outra Universidade, que com certeza nos servirá de apoio para uma retomada necessária das lutas coletivas dos professores.

NOTAS

1 Segundo Osvaldo de Oliveira Maciel. “Trabalhando a luta, construindo (a) História (I)”. In *Universidade e Sociedade*. Nº 1. Brasília, fev de 1991, p. 75.

2 Uma boa síntese sobre esta fase do movimento sindical brasileiro é feita por Antunes, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas, Pontes, 1992. Os debates acadêmicos e sindicais sobre o novo sindicalismo foram por mim resumidos no 2º capítulo do livro *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

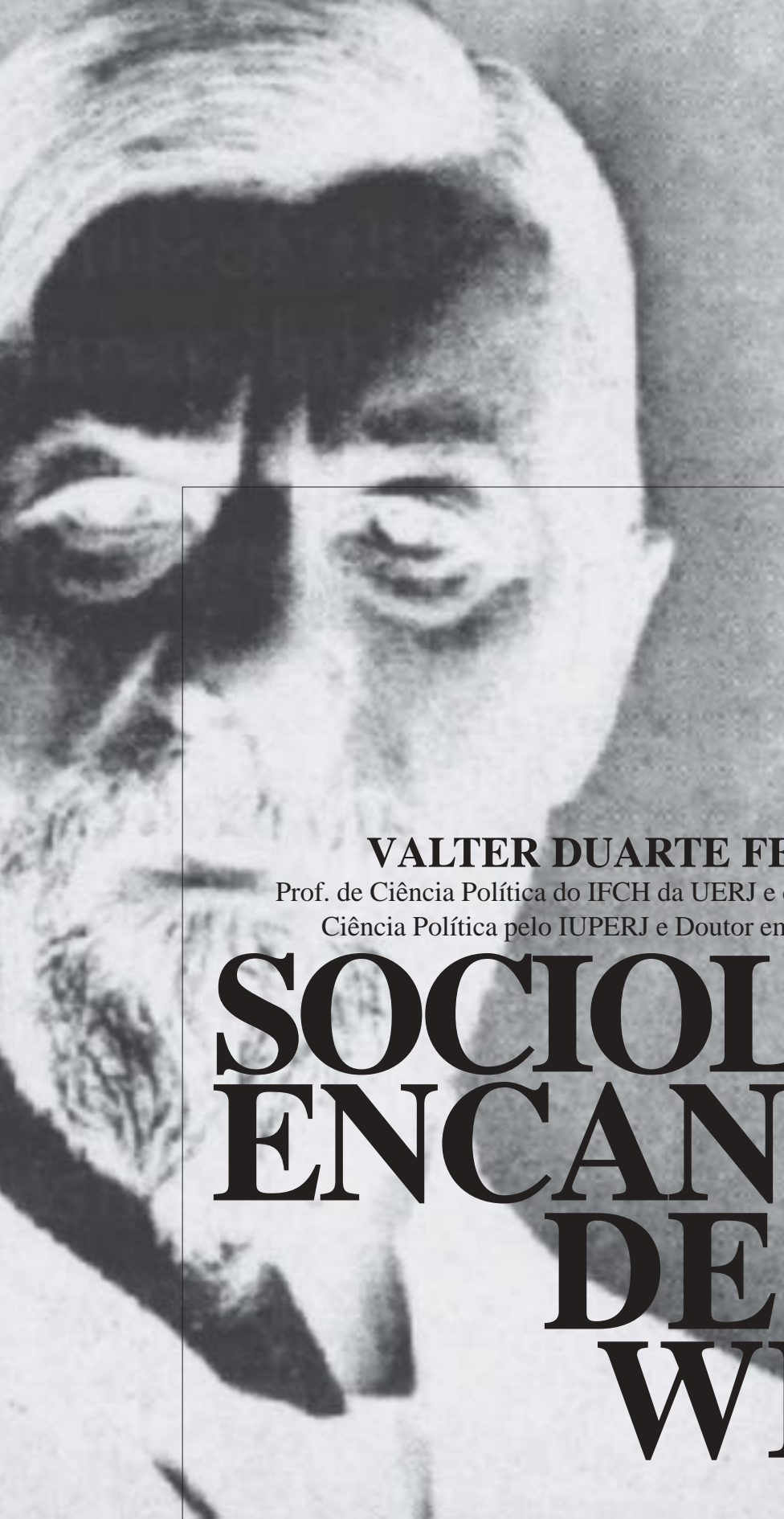
3 Os limites deste contraste com o sindicalismo do pré-64 foram objeto de análise em Mattos, M. B. *Novos e velhos...*, op. cit. A crítica à superficialidade das caracterizações tradicionais do “sindicalismo populista” tem sido feita por vários outros trabalhos recentes, entre os quais destacamos Costa, Hélio da. *Em busca da Memória*. São Paulo, Scritta, 1995. Silva, Fernando da. *A carga e a culpa*. São Paulo, Hucitec, 1995.

4 Sobre as greves neste período, ver Noronha, Eduardo. “Greves e estratégias sindicais no Brasil”. In Oliveira, Carlos A. De (e outros). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final de século*. São Paulo, Scritta, 1994.

5 A primeira diretoria, provisória, foi eleita por votação em Plenário do Congresso de Fundação. Os processos eleitorais seguintes (1982 e 1984) se fizeram através do voto direto dos docentes filiados às Ads, com apenas uma chapa formada.

6 Análises mais amplas deste processo podem ser encontradas numa vasta literatura internacional. Para citar apenas duas boas sínteses de autores brasileiros, mencionamos Antunes, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? (Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho)*. São Paulo, Cortez/edUnicamp, 1995 e Mattoso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995. Tratei de fazer essa discussão de forma mais aprofundada no artigo “Políticas nacionais e poder sindical: uma perspectiva comparada”, publicado em Mendonça, Sônia R. de e Motta, Márcia M. M. (orgs.). *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói, EdUFF, 1998.

7 As greves francesas de 1995/1996 foram discutidas intensamente nos periódicos acadêmicos europeus. No Brasil, foram traduzidos alguns artigos, como o de Morin, Edgar. “O futuro caminha para o passado”. In *Tempo*. Nº 1. Rio de Janeiro, UFF, abril 1996 e Broué, Pierre. “A greve na França segundo a imprensa”. In *O olho da história. Revista de História Contemporânea*. Salvador, jun. 1996. Aprofundi a comparação entre aquele momento na França e no Brasil em Mattos, Marcelo Badaró. “Os sindicatos e os dilemas das democracias contemporâneas: reações sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e no Brasil.” In *Universidade e Sociedade*. Nº 12. Brasília, fev. 1997.



VALTER DUARTE FERREIRA FILHO

Prof. de Ciência Política do IFCH da UERJ e do IFCS da UFRJ. Mestre em
Ciência Política pelo IUPERJ e Doutor em Economia pelo IE da UFRJ.

A SOCIOLOGIA ENCANTADA DE MAX WEBER

O fruto da árvore do conhecimento tão amargo para a nossa comunidade humana, mas ineludível, consiste precisamente na necessidade de tomar consciência de tais antagonismos (entre diferentes valores) e de compreender que toda ação individual e, em última análise a vida inteira – desde que não flua como um fenômeno da natureza, mas seja conduzida com plena consciência – apenas significa uma cadeia de decisões últimas, graças às quais a alma escolhe o seu próprio destino, tal como em Platão, o que significa escolher o sentido dos seus atos e do seu ser. (Max Weber, Sobre a teoria das Ciências Sociais)

Se Max Weber considerou o progresso científico a parte mais importante do processo de intelectualização que terá levado ao desencantamento do mundo, não quis dizer, todavia, que ele próprio tivesse assinado uma rendição incondicional à ciência de seu tempo, nem que tivesse perdido as esperanças de encontrar uma opção científica sob a qual, num diferente processo de encantamento, os homens pudessem ter direito aos ideais e valores que criassem sem atribuí-los a relações necessárias ou a obrigatórias determinações. De acordo com sua definição de Sociologia, se ideais e valores fossem objeto de ciência, deviam ser pensados como causas do desenvolvimento e dos efeitos da vida dos homens nas suas ações e relações sociais, e não como con-

seqüências de realidades absolutas e impessoais.

O século XIX concluía a luta entre ciência e religião com resultados muito bem resumidos, embora com exagero, na dramática reflexão de *Zaratustra*: - *Deus está morto!* (Nietzsche, sem data: 29) A própria Física newtoniana, então modelo para tudo que se pretendesse científico, nascida sob o signo da criação divina do universo, já o excluía de seus fundamentos e não lhe devia obediência em suas demonstrações. A realidade em si e a *razão* matemática para descrevê-la, ambas tratadas como ordens absolutas, serviam ao orgulho e à arrogância dos cientistas que, apesar de todos os erros e imperfeições, acreditavam continuar no processo de descoberta e demonstração das leis

impessoais que governavam as diversas ordens do mundo. Faltava-lhes, porém, descobri-las e demonstrá-las nas ordens políticas ou sociais, se é que existissem.

Não faltou quem se dispusesse a essa tarefa para justificar a criação de uma ciência social, cumprindo a exigência científica de neutralidade e objetividade que, é preciso lembrar, embora pareça um truísmo, dizia respeito tanto aos objetos quanto aos sujeitos do conhecimento. O fato é que, como resultado dos esforços de demonstração dos objetos de caráter social, à parte a qualidade dos resultados, aparecera e se alastrara a tendência de considerar nas ordens sociais a presença de fenômenos coletivos que, provavelmente por influência das chamadas *ciências naturais*, teriam sobre os sujeitos individuais a força imperativa dos fenômenos biológicos, químicos, astronômicos e físicos, especialmente a força da gravidade. Esses fenômenos seriam próprios de sujeitos coletivos acima e à margem dos indivíduos como nações, estados, partidos, clubes, empresas, seitas ou classes. Era como se a impessoalização da natureza tivesse a sua versão social que, afortunadamente para muitos, garantia aos fenômenos sociais a necessária impessoalidade para a investigação científica.

Desse modo, porém, esse imperativo para que os cientistas fossem neutros e objetivos foi dirigido ao conhecimento de objetos científicos que, ao contrário dos chamados fenômenos naturais, não eram desumanos. O resultado foi equivalente a excluir, tal como haviam sido excluídas as entidades sobrenaturais da regência dos fenômenos naturais, os próprios homens como sujeitos individuais dos fenômenos sociais, como sujeitos individuais das realidades socialmente significativas. Em rigor, deixavam de ser os regentes de seus povos, de suas sociedades, de suas histórias e deles próprios, os indivíduos, tornando-se vítimas do desencantamento científico, ou *pseudo-científico*, da própria existência, o que não escapou de um duro comentário de Weber:

O fato de homens na mesma situação de classe reagirem regularmente através de ações de massa...e reagirem no sentido dos interesses mais adequados à média deles é importante, e na verdade simples, para a compreensão dos acontecimentos históricos. Acima de tudo, esse fato não deve levar àquele tipo de uso pseudo científico dos conceitos de “classe” e “interesse de classe” observado com tanta freqüência, hoje em dia, e que encontra sua ex-

pressão mais clássica na afirmação de um autor talentoso, de que o indivíduo pode errar em relação aos seus interesses, mas que a “classe” é “infalível” em relação a esses interesses. (Weber, 1974: VII, 216)

Com efeito, para intervir nas realidades sociais em que viviam, sob exigências daquele espírito científico inevitavelmente exagerado em sua prática pelos seguidores dos grandes autores, os indivíduos teriam de agir de acordo com ideais e valores plenamente objetivos, que seriam os valores socialmente necessários e determinados. Assim, ao lado da crescente impessoalização da vida em sociedades, aquele ambiente científico contribuía para o processo de progressiva desconsideração da importância das ações sociais naquilo que pudessem ter de componentes puramente subjetivos, individuais. E para reforçar essa impessoalização, no que diz respeito aos sujeitos do conhecimento, o espírito científico que desencantara o mundo ao excluir todas as entidades sobrenaturais concebidas pelos homens da regência dos fenômenos da natureza acreditara ter estabelecido critérios objetivos de pensamento para julgar e validar os conhecimentos. Desse modo, contribuía para consolidar a idéia

de que existisse uma *razão* científica única. Em rigor, à parte suas raízes políticas e religiosas, essa *razão* única foi eleita condição necessária do processo de negação científica da subjetividade, corolário da exigência de objetividade naquilo que diz respeito aos sujeitos do conhecimento. Assim, sob esse radical objetivismo, até o ato de conhecer cientificamente nada teria em si de subjetivo no que isto fosse puramente individual.

Então, por motivos afetivos absolutamente seus, a respeito dos quais não nos cabe qualquer especulação, Weber reagiu em contrário. Sua reação foi a criação de uma Sociologia individualista quanto ao método, entre tantas coisas, uma tentativa de devolver aos homens a importância na condução de seus destinos, de falar da magia da vida e de recuperar o encantamento que a crescente e impessoalizante racionalização da ciência e da vida prática tendia a esmagar. Sociologia essa cujo ponto de partida proposto está em notável coerência com esse ideal: compreensão das ações sociais, definida como captação interpretativa do sentido, consciente ou não, mentalizado pelos indivíduos no decurso dessas ações, que somente serão definidas como sociais na medida em que seus sujeitos venham a levar em consideração a conduta de outros ne-

las envolvidos.

Sem dúvida, metódica radicalização individualista que procura chegar, idealmente, aos extremos subjetivos das partes envolvidas no conhecimento, dando-lhes individualidade, singularidade e importância, que não terão em forma pura na realidade, mas que serão partes dessa realidade prática e científica que insiste em lhes impor relações necessárias e determinações como se não lhes restasse mais do que serem reflexos ou representantes do que individualmente não seriam. A essas partes, em rigor, sujeitos das ações sociais e sociólogo, Weber deu o direito de serem portadores de componentes puramente individuais, ou até mesmo de serem puramente individuais no sentido de suas ações, como o ambiente científico de seu tempo não tendia a permitir. E é exatamente isso o que consideramos para dar o nome de Sociologia encantada.

Porém, para prosseguirmos, é necessário esclarecer o que se entende aqui como sujeito em Weber, como pessoa individual das ações, o seu caráter, a sua qualidade. Sabemos que empregou fartamente as palavras *ethos* e *cultura* em seus textos. De acordo com o espírito de sua época, seriam hábitos e partes componentes dos sujeitos em si por força do ambi-

ente cultural ou histórico em que viveriam; significado que em uma leitura descuidada poderia ser atribuído até mesmo a Weber, haja vista a seguinte passagem:

Com os meios de nossa ciência, nada poderemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas civilizações e não um dado da natureza. Mas o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a ciência naquilo que só ela pode fornecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido. (Weber, 1979: 108)

De fato, a idéia de que a crença no valor da verdade científica seja um produto de determinadas civilizações parece falar em favor de formação cultural dos sujeitos no sentido em que falavam as linhas sociológicas que consideravam os fenômenos coletivos como as realidades efetivamente representadas pelas ações individuais. Todavia, quando examinamos essa passagem à luz da passagem que destacamos em epígrafe, interpretamos num sentido completamente diverso. Tra-

ta-se de negação à pretensão universalista da verdade científica que impossibilita pensar na pura objetividade do conhecimento científico sem impossibilitar sua cientificidade e põe em outros termos a questão: em termos de valores em geral, destacando os valores do conhecimento científico como objeto de escolha; valores esses cujos fundamentos serão diferentes dos valores dos demais tipos de conhecimento, como, por exemplo, daqueles conhecimentos religiosos que encantavam o mundo.

Em rigor, afasta a idéia de que universalidade, objetividade e cientificidade tenham de estar necessariamente juntas e de que a ciência tenha autoridade garantida por sua conduta e seus resultados. Ela tem um valor em si mesma e pode ou não ser escolhida. Além disso, por dizer respeito a escolha de valores, essa passagem afasta as possibilidades de se pensar nos sujeitos como previamente formados pelo contexto social. Isso é constante nos trabalhos de Weber. Não há um ser social ou histórico formado por uma cultura, por um sistema de representação de valores, por qualquer realidade social exterior aos indivíduos. Para os sujeitos das ações sociais, os elementos culturais, como a ciência, serão objetos exteriores, sim, mas objetos de escolha. Não serão maneiras

de pensar e sentir socialmente adquiridas. Não serão traços de personalidade, portanto.

Em conseqüência, podemos falar de duas esferas da realidade cuja relação em Weber indica a posição que terá a subjetividade: a esfera da cultura e a da individualidade. As duas são humanas mas diferem porque a da cultura vem a ser a da realidade produzida pelos sujeitos e também aquela que tem os objetos de escolha, enquanto a esfera da individualidade é a dos sujeitos em si que podem escolher entre as realidades culturais ou, indo além, produzi-las, criá-las, renová-las. Desse modo, tudo que for social ou cultural, e não há porque nos preocuparmos no momento com a diferença, será produto de ações, condutas humanas dotadas de sentidos que não podem ser pensados senão como evidentes de fato ou, na perseguição da evidência, serem interpretados, caso este que terá em Weber um procedimento bem definido: a construção de tipos ideais. (Weber, 1977: 6)

Então, devido a esse caráter da cultura, de não ser um dado da natureza e sim um produto de ações humanas, Weber concedeu ao sociólogo o direito à interpretação, conduta subjetivamente individual, uma vez que em si não terá componentes culturais ou sociais do intérprete,

a princípio, apenas sua inspiração (Weber, 1974: V, 162). Mas para perseguir esse objetivo, condenado pelo objetivismo do tempo de Weber, não estará completamente livre de formas prévias de procedimento. Ele terá escolhido uma esfera de valores. Será necessário, então, porque será próprio dessa esfera, que esse intérprete tenha em sua mente conceitos e procedimentos que possam ser neutros em relação aos valores da realidade que irá interpretar. Sem dúvida, conceitos e procedimentos que não serão neutros em si, uma vez que a ciência não será neutra em relação às demais formas de pensar a realidade.

A neutralidade dos conceitos e procedimentos científicos será em relação às demais esferas de valores da realidade, o que terá suas raízes em Sócrates e na experimentação racional surgida durante a Renascença (Weber, 1974: V, 167), e quer dizer apenas que será possível referir-se, conceitualmente, a coisas neutras em relação a valores como: burocracia, disciplina, poder, dominação, estado, nação, estamentos, partidos, sociedade, ação comunitária, ação societária, a coisas, enfim, que podem existir a serviço ou por ações de sujeitos que não serão em si neutros. Afinal, estes agirão inevitavelmente de acordo com valores ao dominarem, ao

formarem nações, ao fundarem partidos e ao valerem-se da disciplina, por exemplo; mas os meios que usarem e as relações que estabelecerem jamais deixarão de ser em si, como realidades, apesar das diferenças entre seus eventuais objetos e valores, independentes destes e dos seus sujeitos.

Porque é evidente que no campo das ciências sociais qualquer demonstração científica metodologicamente correta, se pretende haver alcançado a sua finalidade, deverá ser reconhecida como correta mesmo por um chinês. Melhor dizendo, deve ter este objetivo, ainda que talvez não seja possível realizá-lo completamente, devido a uma insuficiência de ordem material. (Weber, 1979: 23) (destaque do autor)

Uma vez que saiba esses conceitos e procedimentos, o intérprete terá encontrado os meios específicos da ciência, que terão a ambição de serem objetivos, sem que isso implique neutralizar a subjetividade. Terá condições de por a realidade em ordem pelo pensamento, ordem que não pode pressupor que exista nos termos em que a constrói mentalmente utilizando esses meios específicos - posto que isso

já será interpretação -, mas da qual poderá falar como se assim existisse, o que lhe permitirá interpretar originalidades, semelhanças, diferenças e tudo da realidade que nessa ordem ideal puder incluir. Desse modo, enfim, ele será um sujeito específico: o sociólogo; não um intérprete qualquer, não um cientista qualquer. Como a verdade científica, ele não será um dado da natureza, será sujeito próprio de uma civilização, de uma cultura, embora não em relação necessária com ela, não como alguém determinado por ela, e sim como alguém que tem vocação para a ciência, para a sua ciência específica, *obedecendo ao demônio que controla os cordões de sua própria vida*. (Weber, 1974: V, 183)

Esse intérprete deverá ser, acima de tudo, uma *personalidade*, entendendo-se com isso alguém totalmente dedicado à sua *causa* científica, alguém que – eis o ponto crucial da discussão a respeito da idéia de “neutralidade axiológica” – não pode confundi-la com as demais causas de outras esferas de sua vida de cidadão, nas quais estará em jogo sua doutrina pessoal. Weber não admite que a ciência reivindique para si autoridade para dar a palavra final em termos de decisão, de escolha, nas questões sociais e individuais que disserem respeito a outras esferas

de valores. É o seu modo de dizer que diferentes esferas de valores, embora se influenciem pelas inevitáveis relações que possam ter, são possuidoras, cada uma, de um valor em si mesmo, de um valor que não se justifica nem se legitima por outros, e são objetos de escolha de cada sujeito. Como em todas as esferas, assim na esfera científica: assim os cientistas; assim os sociólogos.

A Sociologia compreensiva, tendo sempre em vista os sujeitos, buscará interpretar o significado de suas criações, de seus valores, de suas concepções de mundo e de suas rejeições do mundo que são causas de ações sociais, que podem explicá-las em seus desenvolvimentos e efeitos e não são explicadas por estes. Nesse ponto, o intérprete não precisa da consciência do sujeito; desconfia do seu depoimento por mais sincero que seja. Porém, interprete o que interpretar, irá atribuir o sentido, o significado da ação ao seu sujeito, e somente a ele. Este, para o sociólogo, é o dono exclusivo do sentido, mesmo quando numa ação comunitária de várias pessoas individuais, a partir da qual se construiu um tipo ideal para interpretá-la, esse tipo ideal não exista na realidade em forma pura em qualquer dessas várias pessoas individuais.

Porém, essa liberdade que tomou de

fazer dos sujeitos das ações sociais um só sujeito, sobretudo em comunidades como estado e nação, por exemplo, e, além disso, um sujeito típico ideal, não fez de Weber alguém que os despersonalizasse, que lhes retirasse o direito de serem os sujeitos de fato das ações sociais. Pelo contrário, seu recurso científico, apesar do seu caráter, não só não retirou de cada esfera o direito de possuir um valor em si mesmo como, indo mais longe, deu a cada homem o direito de também possuir um valor em si mesmo, um valor sem relação necessária, não determinado, um valor de sua criação ou escolha, um valor em forma pura que, ao contrário do tipo ideal, pode existir na realidade, haja vista consideração dada às palavras de Benjamin Franklin tomadas para esclarecer o que entendia por *espírito do capitalismo*.

Com esta finalidade, voltamo-nos para um documento deste espírito, que contém aquilo que procuramos numa pureza quase clássica e que, ao mesmo tempo, apresenta a vantagem de ser livre de qualquer relação direta com a religião, estando assim, para os nossos objetivos, livre de preconceitos. (Weber, 1983: 29)

Com efeito, *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo* pode ser considerado o primeiro exemplo bem sucedido desse projeto pessoal, talvez jamais confessado neste particular, de destacar a existência de valores em si mesmos como fundamento da liberdade de escolha dos sujeitos nos seus inesgotáveis limites culturais. É surpreendente e desconcertante que esse estudo, partindo de uma realidade capitalista fortemente marcada pelo sucesso de protestantes e que segue examinando as variações do protestantismo para encontrar uma bem definida e extrema conduta ascética que seja válida para explicar aquele sucesso, chegue ao final enfatizando o domínio dessa conduta ascética, mas sem o protestantismo no qual teria tido suas raízes, indicando assim que as práticas capitalistas que a adotaram haviam se convertido em um valor em si mesmo e não mais careciam do abrigo religioso. (Weber, 1983: 131)

É certo que o pessimismo dos parágrafos finais deixa a forte impressão de que, para Weber, o capitalismo como um valor em si mesmo será uma prisão, tal qual toda esfera de valor dominada pelo racionalismo ascético, e de que não haverá saída para o que for *humano, demasiado humano*. Mas essa conclusão, na

leitura do último parágrafo, revela o seu alvo principal: as interpretações materialistas dos fenômenos culturais. Desse modo, a prisão do espírito do capitalismo, que vem a ser a prisão do racionalismo ascético próprio das ações capitalistas tratadas como um valor em si mesmo, se contrapõe radicalmente, na esfera das explicações causais, às motivações materiais do capitalismo, que seriam, nessa esfera e na realidade, outros tipos de prisão: a da relação necessária e a da determinação. Quando Weber fala do ascetismo capitalista, fala de uma prisão na realidade prática resultante de um modo de vida criado pelos homens; quando fala do materialismo histórico, fala de uma concepção que aponta para uma prisão na realidade prática por necessidade material e que seria em si uma prisão intelectual.

A interpretação materialista da história não é um carro que se possa tomar à vontade; não pára antes dos promotores de revoluções. (Weber, 1974: IV, 149)

Portanto, apesar de tudo o que se possa falar daquela conclusão, ela terá sido também uma realização argumentativa de Weber no que diz respeito a libertar das

relações necessárias e das determinações as ações capitalistas levadas a efeito como um valor em si mesmo, de tal modo que essa argumentação lhe terá aberto o caminho intelectual para libertar outras esferas de valores de causas exógenas e lhes conceder o direito de produzirem valores em si mesmos com significados que se manifestarão no desenvolvimento e nos efeitos das ações. Se entre as esferas pode haver tensões, se umas podem influenciar ou se impor às outras, se é difícil encontrar um valor em forma pura, não importa: nenhuma esfera de valores, bem como nenhum valor, existirá sem sujeitos criadores, cujas criações não se explicam por nada que lhes seja exterior. E por isso devem ser compreendidas, interpretadas, uma vez que nessas criações está o sentido, a sua razão humana de ser, que não é determinada nem tem relação necessária. Nessas criações está o próprio caráter encantado das ações e das relações humanas, ainda que na realidade raramente seja encontrado em forma pura.

É provável que para a maior parte dos leitores da obra de Weber o exemplo mais significativo de sujeito livre de relações necessárias e determinações exteriores, uma vez que *só conhece a determinação interna e a contenção interna* (Weber, 1974: IX, 285), seja o líder carismático.

Mas esse sujeito típico ideal estará sempre sob o imperativo de cumprir a missão para a qual foi escolhido ou aceito. E embora possa até propor a missão, esta só será aceita se a comunidade considerar que vive momento extraordinário. Em rigor, a missão é definida e decidida pela comunidade, não pelo líder carismático. Se este falhar no seu cumprimento, a comunidade elegerá outro. Na hipótese contrária, no caso de cumprir a missão, esgotando-a, devolve à comunidade que o escolheu as condições que ela, como conduta de várias *pessoas individuais*, acredita serem as da sua existência normal, rotineira, na qual a ele, líder carismático, nada mais caberá como tal. Não se trata, por isso, apesar do encantamento de suas relações com os liderados, do sujeito que atenda ao ideal que atribuímos a Weber de encontrar meios de fugir da impessoalização da vida prática. Isso porque o ideal weberiano diz respeito a rotina diária, e não a momento extraordinário, que vem a ser o momento único da liderança carismática.

De qualquer modo, ainda que dependesse de momentos extraordinários e fosse mínima ou nenhuma a sua importância na rotina diária, o tipo ideal da liderança carismática contribuiu para destacar as qualidades individuais na Sociologia de Weber. É certo que ao usar a pala-

vra *carisma* o ponto de partida foi o significado básico de Santo Tomás de Aquino, de dons sobrenaturais não acessíveis a todos, que tem mais relações com o encantamento pré-científico do que com o mundo desencantado pela ciência. Talvez por isso e para fins de interpretação, em várias passagens de seus ensaios, Weber evitou consolidar a sobrenaturalização da palavra *carisma*, procurando lhe dar o significado de qualidades especificamente pessoais, independentemente de serem pensadas pelos seus sujeitos como naturais ou sobrenaturais (Weber, 1974: X, 292-305). Afinal, será por esse caminho que esses sujeitos poderão alcançar a sensação interior e mundana de fuga do mundo, e Weber terá encantado a esfera intelectual com uma ciência na qual os homens receberam o direito de serem individualmente subjetivos, sem que isso implicasse perda de cientificidade.

Então, para continuarmos nas indicações desse ideal de personalização individualista da Sociologia compreensiva, vamos nos concentrar brevemente no ensaio *Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções* que, para nós, melhor representa esse desejo de encantamento das ações sociais, destacando os ítems relativos às esferas estética e erótica por serem, segundo Weber, relativas a forças de vida deste mundo com caracteres essen-

cialmente não-rationais, ou basicamente anti-rationais (Weber, 1974: XIII, 390), por isso, esferas que, uma vez possuidoras de seus próprios valores e o mais possível afastadas dos valores de outras esferas que pretendam dominá-las, podem produzir sentimentos de fuga deste mundo, embora nele permanecendo. Sem dúvida, esferas que possibilitam enfrentamentos, e até vitórias individuais, ainda que parciais e temporárias, contra a crescente racionalização e impessoalização da vida prática.

Com efeito, a negação teórica e prática deste mundo, ao invés da tentativa de harmonização com suas funções, própria das religiões de divindades funcionais, das quais Weber não trata, será um tipo de racionalização iniciada na Índia que terá tomado caminho histórico pelo mundo em geral. Sem dúvida, racionalização de caráter completamente diferente daquela da qual Weber fala na conclusão de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, diferente, portanto, do racionalismo ascético capitalista, em que pese deste as possíveis raízes calvinistas. Compreender essa negação nos diferentes modos em que se apresenta é a tarefa proposta nesse ensaio. Por isso a indispensável e abrangente tipologia do ascetismo e do misticismo como ações

representativas dessa rejeição e a seqüência do tema em ítems relativos às esferas de valores deste mundo: econômica, política, estética, erótica e intelectual. Em consequência, as comparações, as eventuais combinações e as tensões entre as forças da vida, os valores religiosos em si mesmos e os valores em si mesmos das demais esferas, racionalmente construídos ou não.

Porém, a idéia de salvação derivada da negação religiosa do mundo diz respeito a outro mundo, não a este. Não era o caminho que Weber pretendesse tomar para enfrentar o destino de sua época, embora não condenasse aqueles que o escolhessem. Se for possível alguma salvação, que seja neste mundo, não importando como seja interpretada. É uma das coisas que a arte pode proporcionar. Depois de servir às religiões ornamentando-as, embelezando-as em seus rituais, a arte terá encontrado seus próprios valores e não estará obrigada aos valores religiosos. Ela terá a sua própria esfera que não será explicada nem justificada pelos valores de outras. E se, apesar disso, continua possível a relação harmoniosa entre ética religiosa e arte, não impede que certas mudanças tenham indicado outros rumos.

O desenvolvimento do intelectualismo

e da racionalização da vida modifica essa situação. Nessas condições, a arte torna-se um cosmo de valores independentes, percebidos de forma cada vez mais consciente, que existem por si mesmos. A arte assume a função de uma salvação neste mundo, não importa como isto possa ser interpretado. Proporciona uma *salvação* das rotinas da vida cotidiana, e especialmente das crescentes pressões do racionalismo teórico e prático. (Weber, 1974: XIII, 391) (itálicos do autor)

Por sua vez, o amor sexual, *maior força irracional da vida*, poderá proporcionar sentimento de salvação semelhante. Separado culturalmente em suas partes, amor e sexo, de modo mais extremado a partir do momento em que regulamentaram as relações sexuais em favor do casamento, foram se reencontrar, sem nunca terem se afastado de fato, quando, em culturas intelectualistas, *a esfera erótica colidiu com o traço inevitavelmente ascético do homem especialista vocacional*. Sob essa tensão, *a vida sexual especificamente extraconjugal, que havia sido afastada das coisas cotidianas, pôde surgir como o único laço que ainda ligava o homem à fonte natural de toda vida*. De forma consciente, o amante, que *reinterpreta e glorifica a*

animalidade pura da relação, sabe-se livre das frias mãos ósseas das ordens racionais, tão completamente quanto da banalidade da rotina cotidiana. (Weber, 1974: XIII, 393-399)

Assim, mesmo dizendo que *raramente a vida oferece um valor em forma pura*, (1974: XIII, 400) Weber indica nas esferas estética e erótica a possibilidade de existirem valores em si mesmos próprios da arte e do amor, não determinados e sem relações necessárias, além de conflitantes com valores religiosos como alternativas de fuga, que podem devolver aos homens, embora não em termos absolutos e dentro de um número inesgotável de limites, a consciência de que podem escolher o próprio destino e, sobretudo, encantar o mundo.

Mas é preciso destacar que, além do modo no qual aparece nesse ensaio, o direito ao valor em si mesmo pode ser encontrado em diversos temas e das mais variadas maneiras na obra de Weber devido à grande importância que tem para os seus argumentos. Se não chegou a receber um texto específico e nem mesmo alguma advertência a respeito e a despeito dessa importância, isso, porém, não impede que seja aqui proposto para interpretação de uma provável intenção entre tantas outras da obra de um autor que, como os sujeitos de ações e relações

sociais, levou em consideração a conduta de outros envolvidos em suas ações de cientista, de professor e de escritor, no caso, os demais professores, os seus alunos e os seus leitores, e, certamente, desejou que o compreendessem orientados pelo que considerava serem os meios científicos.

Na trajetória de afirmação desse encantamento que, em rigor, correspondeu também à luta por liberdade de pensamento no mais amplo sentido, a importância dos valores em si mesmos e, mais ainda, a impossibilidade de serem compreendidos, foram destacados também em *A Ciência como Vocação*, texto inconcluso no qual a ciência, que tanto pode esclarecer, explicar e orientar, não pode esclarecer nem explicar a si mesma a sua existência, isto é, os motivos de seus sujeitos se dedicarem a algo que *na realidade jamais chega, e jamais pode chegar ao fim* (Weber, 1974: V, 164). Se a prática científica pode ser compreendida pela vocação de seus sujeitos, essa vocação é incompreensível, e faz parte de um mundo que Weber não desejou que fosse desencantado.

E é exatamente nesse ponto que a ciência que desencantou o mundo admitirá, por meio de Weber, o mistério e a magia que sua prática traz em si como realidades inseparáveis de sua existência.

Isso porque, embora sob o imperativo da demonstração racional ou empírica, a ciência não pode se demonstrar como valor em si mesmo ou ser uma evidência contra os demais valores *enquanto a vida continuar imanente e for interpretada em seus próprios termos*. Como todos os valores de todas as esferas, os seus conhecerão *apenas a luta incessante desses deuses entre si*. E como essa *luta jamais chega a uma conclusão final, é necessária uma escolha decisiva* (Weber, 1974: V, 179) que, devemos insistir, caberá, individualmente, aos sujeitos, por motivos que são insondáveis para a construção de tipos ideais e inacessíveis a explicações racionais. O mundo, naquilo que diz respeito às ações e relações humanas, não terá perdido o encantamento. Cuida-se, no entanto, que *as crescentes pressões do racionalismo teórico e prático* e as ciências sociais que falaram dos componentes extra-individuais não façam os homens sacrificarem o intelecto e fugirem em busca de proteção e consolo sobrenaturais. Neles próprios, obedecendo às suas vocações, com arte, com erotismo ou com insondável força interior será possível enfrentar como homem o destino de qualquer época.

Porém, a liberdade concedida aos valores de serem criados, de existirem e se justificarem por si mesmos, tão impor-

tante contra a impessoalização da vida prática e da ciência, encontrou em Weber uma esfera em que não lhe foi possível concedê-la: a esfera política. Sem dúvida, terá falado mais alto o seu senso de responsabilidade, que vem a ser levar em consideração as possíveis conseqüências dos nossos atos nos outros indivíduos. Se é possível falar do direito de alguém fazer da prática capitalista de usar dinheiro para ganhar mais dinheiro um valor em si mesmo, de tratar como independentes os valores estéticos, de buscar o amor sexual em forma pura, de dedicar-se apaixonadamente à ciência, que não tem fim nem pode ter, ou de agir de acordo com valores que não fazem sentido para ninguém mais do que para si mesmo, já não será possível quando esse direito for cogitado em favor do meio específico da política: a violência.

De fato, seria de alta periculosidade o caráter libertário da obra de Weber se fundamentasse sem restrições a liberdade política, no sentido de cada um ter o direito de usar de violência a seu próprio prazer e critério. Por isso, em *A Política como Vocação*, fala do político vocacional antes de tudo como um servidor, como alguém que tem uma causa, ou se oferece em favor de uma causa, e busca legitimidade, consentimento. Não será alguém que deva ser consentido se usar o meio específico da política em seu favor, seja por vaidade, seja sem objetivo e de maneira irresponsável. É o que permite a Weber combinar dois extremos, duas coisas antagônicas, rivais, em rigor, inconciliáveis: ética e política, embora com isso pareça trair seu princípio de não julgar valores uns pelos outros.

A meu ver, constitui uma demonstração de fraqueza querer negar as tensões existentes entre a ética e a política. (Weber, 1979: 137)

Porém, justificando-se por considerar que a ação política esteja intimamente ligada à tragédia (Weber, 1974: IV, 140), a combinação desses extremos se faz possível a partir do momento em que Weber trata a política, tal como o seu meio específico, a violência, também como um meio, não como um fim em si mesmo. Desse modo, contraria nossas corriqueiras e vulgares avaliações de que o uso da violência tem como fim a conquista do *poder*, a conquista política como um fim em si mesmo, embora possamos falar de quem pense e faça assim. Weber considera que as associações políticas, especialmente o Estado moderno, são meios. Assim como a disciplina e seu ramo mais racional, a burocracia, as associações políticas são armas impessoais *à disposição de qualquer força que pretenda seus serviços e saiba como promovê-los.* (Weber, 1974: X, 293) Por serem meios, a princípio, não têm valores em si, ainda que se considere que possam ser desejadas por si mesmas: a burocracia por um asceta vocacional e o Estado por alguém que deseje o *poder pelo poder*.

Talvez por isso a combinação entre ética e política trabalhada por Weber venha a ser um exercício especulativo em busca da medida próximo à qual seria eticamente aceitável o emprego da violência. Acontece que esse problema não tem resposta; não encontra a justa medida, seja considerando-se a *ética dos fins últi-*

mos ou a *ética da responsabilidade*. Não é um problema científico por mais que Weber tente conduzi-lo com metódica objetividade. É uma questão que deve ser entregue a quem tem a política como vocação, mas no sentido há pouco referido de servir, de oferecer. Isso porque, na esfera política, como em outras, cabe à ciência problematizar, criticar, calcular, indicar, apenas porque lhe pertencem os meios específicos para isso, mas sem impor escolhas ou decisões, resignando-se se não for ouvida ou atendida. (Cohn, 1979: 149) Escolhas e decisões devem caber aos homens, sem relações necessárias e sem determinações, como ela mesma, no caso especial da Sociologia compreensiva, que terá sido criada para fundamentar que assim seja em todas as esferas de valores.

Enfim, vale dizer que nossa exposição, embora correndo esse risco em caso de má interpretação, não terá comprometido Weber com qualquer homem absoluto, metafísico. São muitas as indicações em seus textos da historicidade da cultura e das inesgotáveis influências recíprocas entre a realidade cultural e os homens. Sua intenção de preservá-los de relações necessárias e determinações não pode ser confundida com qualquer tentativa de separá-los idealmente da realidade cultural em que vivem para encontrar o bom selvagem em forma pura. Seus textos falam em favor de devolver aos homens a consciência de que a realidade cultural é da responsabilidade deles em todos os aspectos em que possa ser considerada. Ao contrário da natureza, que não governam e de onde retiraram as entidades so-

brenaturais, a realidade cultural, nela incluídas as sociedades, é realidade humana, demasiado humana, por isso razão de ser da sua Sociologia encantada.

BIBLIOGRAFIA

Bendix, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Tradução de Elisabeth Hanna e José Viegas Filho. Brasília, Ed. UnB, 1986.

Cohn, Gabriel(org). *Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática, volume 13, 1979.

_____. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1979.

Nietzsche, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. Tradução de Mário da Silva. São Paulo, Circulo do Livro S.A.

Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de M. Irene e J. Tamás Szmrecsányi. 3ª edição. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1979.

_____. *Economía y Sociedad*. Tradução para o espanhol de J. Medina Echavarría e outros. 2ª edição em espanhol. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. 3ª edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

_____. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Tradução de Carlos Grifo Babo. Lisboa, Editorial Presença. 3ª edição. 1979.

LIA CIOMAR MACEDO DE FARIA

Doutora em Educação/UFRJ / Profa.da Faculdade de Educação da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PROPed/UERJ

SILVIO CLAUDIO SOUZA

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH/UERJ
Coordenador de Prática de Ensino V (UERJ/Cederj)

A UTOPIA REPUBLICANA DE DARCY RIBEIRO

**POR UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA NECESSÁRIA**





A história é feita pelos homens não como desejam, mas como decidem fazê-la, a partir das condições materiais e culturais que encontram; é um espaço aberto, cujos destinos continuam a ser decididos pela luta social, política e cultural entre os homens, individual e coletivamente.

Emir Sader (2000, p.11)

Introdução

Para iniciar gostaríamos de reconhecer a dificuldade de falarmos de um tempo histórico próximo como é o da nova estruturação do mundo do trabalho, das políticas neoliberais, da globalização econômico-financeira e do papel da universidade pública no contexto da atual sociedade. Dentre esses aspectos, a questão relacionada à educação pública universitária e ao processo de privatização do ensino, principalmente nas últimas décadas, nos fazem questionar que tipo de sociedade estamos construindo e qual educação será ainda possível.

Por outro lado, acompanhando as transformações pelas quais passa o mundo em função dos processos ditos “globais” e as mudanças curriculares para atender “certas” demandas do mundo do trabalho, entendemos que é vital a recuperação de teóricos brasileiros e latino-americanos para compreender e aprofundar os debates sobre outra alternativa de mundo, ou melhor, se “um outro mundo é possível”.

Sendo assim, o momento é extremamente oportuno (e sempre será) para pensarmos uma educação integradora na América Latina, bem como a valorização

dos intelectuais que lutaram (e lutam) para a construção da *nação latino-americana*, ou melhor dizendo, a “*Pátria Grande*”. Se faz necessário investigar os meandros das contradições do projeto neoliberal, aprofundando o ideário republicano de diversos intelectuais, dentre os quais destacamos Darcy Ribeiro, quando pensa a Universidade Pública em sua radicalidade e, principalmente, em sua função social. Desta forma, entendemos que apesar dos ventos (neo) liberais estarem (ainda) fortes, o ressignificado da democracia está em disputa e o espaço educacional se apresenta mais uma vez, como espaço importante para a luta democrática.

A utopia latino-americana de Darcy Ribeiro.

Gostaria de ficar na memória das pessoas pedindo que sejam mais brasileiras. (Darcy Ribeiro, 1997)

Para tratarmos do tema proposto apresentaremos agora um breve histórico sobre o percurso intelectual de Darcy Ribeiro (1922-1997). Sua trajetória acadêmica iniciou-se na Faculdade de Medicina (1939), abandonando-a (1943) para

iniciar a Escola de Sociologia e Política (SP), graduando-se em 1946. Em 1947 ingressou no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), travando contato com o marechal Cândido Rondon, então presidente do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Nos anos seguintes, seus estudos etnológicos levaram-no a viver longos períodos entre comunidades indígenas.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, em outubro de 1955, para a presidência da República, Darcy Ribeiro foi convidado a colaborar na elaboração das diretrizes para o setor educacional do governo, trabalhando com Anísio Teixeira. Na época, deixou a direção da seção de estudos do SPI e passou a integrar o corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

A seguir, designado por Anísio Teixeira dirigiu, em 1957, a divisão de estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao Ministério da Educação. Em 1959, por decreto presidencial, Darcy foi encarregado de planejar a Universidade de Brasília (UnB), quando reforçou a utopia de transformar a educação, por meio de uma reflexão pedagógica, que partisse de um projeto de nação, desenvolvendo

universidades públicas comprometidas com o processo democrático e a justiça social.

Em 1961, com a inauguração da UnB, foi nomeado seu primeiro reitor. No ano seguinte (1962) assumiu o Ministério da Educação e Cultura, deixando a reitoria e sendo substituído por Anísio Teixeira. Em janeiro de 1963, por ocasião do retorno do país ao regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República.

Após esse breve relato biográfico, iremos destacar o pensamento republicano de Darcy Ribeiro para a América Latina e em especial, para a Universidade Pública. Ao questionar a legitimidade dos discursos oficiais e, investigar a memória desse intelectual, se problematiza a genealogia da educação republicana e, principalmente, o mito da educação pública para todos.

A visão de educação republicana de Darcy pressupõe aspectos ligados às bases do desenvolvimento democrático da nação, seu discurso “a educação é um instrumento de revolução”, tem como idéia-força a edificação do autoconhecimento nacional. Assim, demonstra uma preocupação central na reorganização do

Estado brasileiro, buscando a identidade nacional e denunciando o sistema de dominação existente em nosso país.

É importante lembrar que os estados nacionais sofreram muitas transformações que sacudiram o nosso país e a América Latina nos últimos quarenta anos. Podemos destacar a volta dos militares aos quartéis, pelo estabelecimento gradativo de uma “sociedade democrática”, as crescentes dificuldades enfrentadas por quase todos os países da região no que se refere aos respectivos balanços de pagamento e à amortização de seus empréstimos externos, entre outras. Se acrescentarmos a tal cenário a globalização econômico-financeira e a “mundialização da cultura”, bem como o desenvolvimento das ciências da informação e a crise dos *Welfare States*, veremos que as instituições universitárias latino-americanas foram profundamente afetadas por essas transformações estruturais.

A partir da década de 50 surge na América Latina um fenômeno novo que modificará as condições estruturais da universidade. Durante as décadas passadas deu-se de maneira quase imperceptível a passagem da universidade de elite tradicional, para um sistema mais diferenciado de composição acadêmica e in-

teresses diversificados, desmonopolizando as instituições que oferecem formação superior e os setores sociais que constituem sua demanda. O presente processo de crescimento institucional caracteriza-se basicamente pela ampliação da oferta institucional principalmente no setor privado e diversificação dos setores sociais atendidos.

Portanto, o que se observa é que a oferta nas universidades latino-americanas realiza-se por meio do aumento da base institucional, da “massificação” e da expansão do corpo docente. O contexto que estamos observando, no conjunto da região, apresenta algumas particularidades ligadas ao país de origem, no que se refere às orientações e estratégias que os diferentes atores e grupos sociais utilizaram em cada situação nacional. Vale dizer que a emergência dos modernos sistemas de educação superior foi relativamente simultânea e semelhante em seus traços gerais.

Entretanto, as particularidades nacionais aparecem na medida em que se apresentam as variações dos componentes do sistema de produção capitalista, dadas pelas mudanças socioeconômicas após a II Guerra Mundial: modernização do aparelho produtivo, urbanização desenfre-

da, crescimento da oferta da educação básica, emergência dos setores médios, cultura de massas etc.

Na contramão da atual realidade, uma exceção merece destaque foi a experiência da UnB que concebida com a intenção de se tornar a melhor universidade da América Latina, pretendia gerar uma comunidade de pesquisadores capazes de diagnosticar problemas e oferecer soluções à sociedade brasileira. Segundo Darcy Ribeiro, a UnB tinha posição em que nela nenhuma pessoa fosse discriminada por convicções políticas ou religiosas. Ele pensava uma universidade que tivesse a capacidade de criar e, principalmente, transformar as estruturas sociais:

A Universidade de que precisamos, antes de existir como um fato no mundo das coisas deve existir como projeto, uma utopia, no mundo das idéias. Nossa tarefa, pois, consiste em definir as linhas básicas deste projeto utópico, cuja formulação deverá ser suficientemente clara e atraente para poder atuar como força mobilizadora na luta pela reforma da estrutura vigente. (1991, p.172)

No ideário republicano proposto por

Darcy se recupera a questão gramsciana sobre as estruturas, onde a classe dominante elabora os fundamentos e os objetivos de como manter e expandir o seu domínio, enquanto as classes dominadas dependendo das condições objetivas podem (e devem) elaborar concepções que questionam os fundamentos e os objetivos traçados pela classe dominante. Como afirma Gramsci:

O conceito de homem não é um conceito abstrato, a-histórico; pelo contrário, é um conceito concreto. Nesta concepção o homem não se define por uma natureza humana dada, universal, mas como um devir histórico que se faz, se produz pelo trabalho. A pergunta concreta, histórica, que põe adequadamente a apreensão do conceito de homem não é, pois, o que é o homem, mas como é produzido o homem. O homem concreto é concebido, então, como uma síntese das relações sociais que ele estabelece na produção de sua existência. (1978, p.38)

Logo, os homens produzem idéias/representações pelas quais procuram compreender e explicar sua própria vida individual, social, suas relações com a natu-

reza e com o sobrenatural. Tais idéias/representações tenderão a esconder dos homens o modo real pelo qual suas relações sociais foram produzidas, assim como, a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.

Hoje, a América Latina possui centenas de universidades, elas vão desde enormes organizações com muitas faculdades e dezenas de milhares de estudantes, cobrindo quase todos os campos do saber moderno, até modestas aglomerações de precaríssimas escolas auto-designadas universidades. Apesar desta diversidade de dimensões e complexidade, todas se inscrevem no mesmo quadro estrutural básico, melhor ou pior cristalizado aqui ou ali, mas configurando essencialmente o mesmo modelo. Logo, é importante prestarmos atenção no alerta dado por Darcy Ribeiro quanto ao futuro das universidades:

As universidades que atuarem como simples guardiãs do saber tradicional só poderão sobreviver enquanto suas sociedades se mantiverem estagnadas. Entretanto, quando estas começarem a mudar, a universidade também se verá desafiada a alterar suas formas para servir às novas forças sociais. Se

não o fizer provocará o florescimento do novo saber fora de seu perímetro acabando assaltada e desfigurada pelos mais capazes de expressá-lo. (1991, p.173)

Para que a universidade contribuísse com o saber necessário à construção de uma nação democrática, Darcy Ribeiro (1991) pensava uma estrutura universitária que desempenhasse as funções de prover um corpo explícito de alternativas e opções para a renovação de seus órgãos, atuando como referência para o diagnóstico e a crítica das estruturas vigentes, que avaliasse a eficácia e importância de cada projeto parcial de mudança que a universidade se dispusesse realizar e que fizesse a contraposição entre a universidade real e a *universidade necessária*¹, formulando um projeto específico de transição progressiva de uma a outra. E, principalmente, que fizesse uma oposição aos projetos de colonização cultural e de perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência, propondo um projeto próprio que atendesse o âmbito universitário e os pressupostos para o desenvolvimento autônomo da nação.

Não podemos deixar de destacar os estudos de Luiz Antônio Cunha(2007)

aponta que Darcy Ribeiro teve seus opositores e relembra que em maio/1963 na Câmara dos Deputados o então Reitor Darcy Ribeiro (na época reitor da UnB) ao final da sua exposição sobre os aspectos inovadores da UnB, foi questionado pelo deputado integralista Abel Rafael² da seguinte forma:

O ensino da UnB orientado pelo marxismo, ministrado por professores muito jovens, não amadurecidos em suas idéias, selecionados mais em função de suas posições ideológicas do que de sua competência [...] Para mim a filosofia se divide em dois grandes campos: o do materialismo e do espiritualismo. Então quando vejo a Unb orientada exclusivamente pelo materialismo, eu me rebelo. (CUNHA, 2007, p.99)

No calor desse debate a réplica de Darcy foi longa a favor da UnB e o trecho a seguir é uma pequena fração do seu empenho pela amplitude do ideário de universidade:

Devemos atentar, ainda, para este mundo novo dividido, para o nosso país colocado dentro de um mundo

onde ideologias, doutrinas, estão abertas, contrapostas e estão sendo discutidas. O mal seria – e este foi o mal por muito tempo – que todas as idéias que um jovem pudesse aprender, sobretudo aquelas idéias marcadas, só fossem apreendidas ou só pudessem ser discutidas nos subterrâneos... [...] O mal seria uma Universidade que proibisse a si mesma qualquer tema. (RIBEIRO, 1963, p.37-8)

Após esse pequeno exemplo sobre os discursos e as contradições, reafirmamos que os debates são necessários para o aprofundamento da discussão sobre os destinos da universidade, principalmente a universidade pública, e acreditamos que torna-se cada vez mais importante recuperarmos a utopia da *Universidade Necessária Brasileira* enquanto um projeto urgente e utopia possível.

O objetivo é romper com o círculo vicioso em que os agrônomos e veterinários servem aos latifundiários, os médicos diplomados cuidando esmeradamente da saúde das elites, os administradores, economistas, contadores defendem os interesses privados, ocupando postos de comando na estrutura de poder oligárquico, os educadores cuidam dos filhos

das camadas médias e altas, mas são incapazes de atender as classes populares, e, por fim, os engenheiros formados operaram tecnologias importadas a serviço do enriquecimento de um patronato empresarial indiferente aos problemas nacionais e sociais.

Dentro deste quadro, devemos lutar por uma nova universidade pública onde um projeto coletivo deverá ser politizado (no sentido da política enquanto deliberação coletiva) para que a universidade pública seja garantidora efetivamente da res(coisa) pública.

Destacamos, enfim, que a postura intelectual/política de Darcy sempre caminhou em direção à utopia e quando o assunto era a América Latina, seus discursos eram ainda mais apaixonados e comprometidos. Em suma, para ele, a própria América Latina sempre existiu sob o signo da utopia. Como nos diz: “Estou convencido mesmo de que a utopia tem seu sítio e lugar. É aqui”. (Ribeiro, 1986, p. 65).

Considerações finais

Nos limites deste texto, procuramos demonstrar que a América Latina se apresenta como um território propício para experiências de democratização que aportem elementos para (re)pensar o futuro e para a construção de uma nova agenda universitária. A grande diferença com relação a outras regiões do mundo é a importância que nas últimas décadas têm representado na América Latina as organizações populares e os movimentos sociais.

O que se observa é que um conjunto de forças sociais não tem se pautado pela lógica do mercado. Alguns movimentos têm plena convicção da necessidade de um Estado forte, já que percebem que este é o *locus* onde podem inscrever e fazer valer os direitos de cidadania (desde a educação básica até a educação superior), um campo político privilegiado capaz de garantir ao conjunto da população uma ampla gama de direitos civis.

Neste contexto, é importante frisar que a sociedade constrói no diálogo político e não somente na esfera do “mercado”, portanto, gravitar um torno de uma só dimensão é sacrificar o projeto de democracia. O processo político atual é contrário à democratização da sociedade e como afirma Gilberto Dupas (2003, p.11): “a democracia passa a ser ameaçada em duas frentes principais: o individualismo extremo, que abandona a vida social aos aparelhos de gestão e aos mecanismos de mercado; e a desagregação das sociedades política e civil”.

Logo, entendemos que o Estado não atua de forma neutra, pelo contrário ele tem agido historicamente como um Estado de Classes. O que se constata quanto à questão das greves, onde o Estado tem assumido sistematicamente os interesses da classe patronal com a privatização intencional do ensino superior (atualmente no Brasil temos mais de 70% do ensino superior concentrado na esfera privada). Tal política do ensino superior vem sendo implementada pelo Conselho Nacional de Educação que patrocinou, através de sucessivas autorizações e reconhecimentos, este processo de privatização.

Para finalizar, acreditamos que o pro-

cesso democrático requer um debate público vigoroso, obviamente que o amplo acesso à informação é importante, mas sozinho não é garantidor da conquista de direitos iguais e maior justiça social.

Portanto, as utopias republicanas de Darcy Ribeiro – *Universidade necessária* e a *Pátria Grande* podem inspirar a luta pela democratização da educação superior no Brasil como trilhas que visualizam no horizonte perspectivas para a educação em meio à complexidade da sociedade pós-moderna, onde a “desrepublicanização” do Estado e a consequente fragilização dos ideais democráticos, vem esvaziando os sentidos e significados da universidade pública brasileira.

Referencias Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BOMENY, Helena. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CLACSO. Reinventar a universidade pública: noventa anos após a reforma de Córdoba. Encarte Clacso. Le Monde Diplomatique. São Paulo: Ano 2, nr. 18, Janeiro/2009.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2ªed. São Paulo: EdUNESP, 2007.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2000.

GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE MOS, Maria T. Toríbio. América Latina em discussão: Congresso América 92. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1994.

PETRAS, James. Armadilha Neoliberal e alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. América Latina: A pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. Testemunho. São Paulo: Siciliano, 1997.

_____. A Universidade de Brasília na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

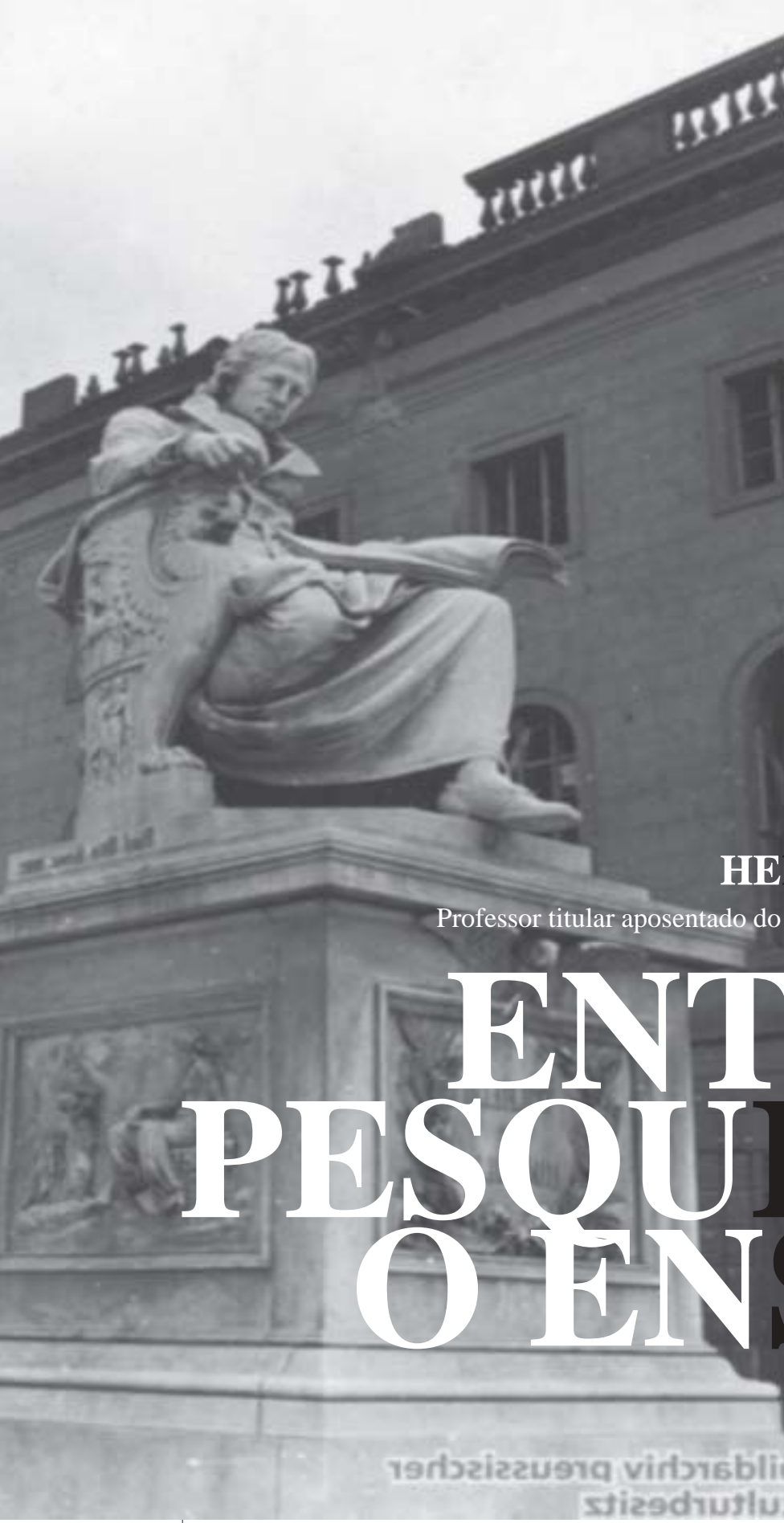
SADER, Emir e GENTILI, Pablo. (Orgs). Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. Educação e Universidade. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1988.

NOTAS

¹ A *Universidade Necessária* trata-se de um dos livros de Darcy Ribeiro que faz uma análise crítica dos problemas com que se defronta a América Latina no campo da educação superior. Essa obra traça um quadro da evolução histórica da idéia de universidade, mostrando o papel e a função por ela desempenhados como instrumento de aceleração do desenvolvimento nacional.

² Autor do pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a respeito da UnB.



Estátua de Wilhelm von Humboldt
(1946) Fonte Web: [http://
germanhistorydocs.ghi-dc.org](http://germanhistorydocs.ghi-dc.org)

HELMUTH KRÜGER

Professor titular aposentado do Instituto de Psicologia da UERJ

ENTRE A PESQUISA E O ENSINO

Há duzentos anos surgiu a primeira universidade moderna, na qual foi enfatizada a relação ensino-pesquisa. Trata-se da Universidade de Berlim, concebida por Wilhelm von Humboldt (1767 – 1835) e delineada no relatório intitulado *Sobre a Organização Interna e Externa das Instituições Científicas Superiores de Berlim*, de autoria desse filósofo, lingüista e diplomata prussiano. Alguns importantes intelectuais alemães, que lhe eram próximos, emprestaram sua colaboração tanto no planejamento quanto na execução desse projeto de criação de uma universidade de subordinação estatal, destacando-se dentre eles o teólogo Friedrich Schleiermacher (1768 – 1834) e o filósofo Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814), este último nomeado Reitor da nascente universidade. Para comporem os quadros docentes, como o registrou Ellwein (1992, pp. 149 – 152), foram escolhidos, convidados e nomeados professores de outras universidades, conhecidos por seu elevado desempenho científico e humanístico.

Em 1810, bem antes da Reunificação Alemã, que ocorreu em 1871, a criação da Universidade de Berlim atendia aos objetivos da Prússia, notadamente quanto à formação da camada dirigente, ao mesmo tempo em que servia ao desen-

volvimento da cultura, da economia e da sociedade, pois ia se tornando cada vez mais intensa e, portanto, mais significativa, a interação entre a ciência e a indústria. Na realidade, a considerar o contexto histórico, essa Universidade foi herdeira das concepções filosóficas do Iluminismo do século XVIII, bem como do nacionalismo alemão, exacerbado entre jovens alemães no final da ocupação napoleônica. Sob este aspecto, uma das obras mais significativas daquele tempo foi a de Fichte (1808/1977), que assumiu o papel de porta-voz da nação. No início do século XIX, as universidades alemãs observavam as antigas tradições universitárias, organizando-se em torno das faculdades de filosofia, direito e medicina. As ciências ficavam inseridas na primeira.

O princípio condutor da Universidade de Berlim era o da formação de uma comunidade de professores e estudantes. Nessa comunidade, só poderiam ensinar docentes que tivessem algo de novo e oriundo da investigação pessoal a oferecer aos estudantes, que seriam mais seus colaboradores no estudo e na pesquisa, do que alunos submetidos à orientação de mestres. No projeto dessa Universidade foram estabelecidas duas condições, admitidas como necessárias ao bom êxito do empreendimento: liberdade (*Freiheit*)

e solidão (*Einsamkeit*), esta última também pode ser entendida como isolamento. Professores seriam os melhores juízes para decidir quanto ao que investigar, podendo dispor de ampla liberdade na escolha de seus temas e problemas de estudo e de pesquisa. Devendo-se acrescentar que desde a seleção dos tópicos de interesse científico ou tecnológico até a realização do processo investigativo, entendia-se que os docentes, para o bem do estudo e da pesquisa, deveriam ficar distantes das pressões políticas.

A liberdade intelectual dos professores teria como contrapartida moral o bom uso da autonomia que lhes era concedida, autonomia que deveria servir ao propósito de realização de projetos científicos teoricamente fecundos e socialmente úteis. Neste particular, com a institucionalização da Universidade de Berlim, houve uma mudança

no curso histórico das universidades, que eram submetidas, no passado, em matéria de conhecimento objetivo, ao controle institucional da Igreja e de poderes laicos. Na verdade, arrisca-se ao se apostar na liberdade, pois, desde logo, uma vez afastadas as travas doutrinárias e ideológicas, navega-se no mar revolto da crítica, que certamente produzirá ten-

tativas de superação de visões de realidade derrotadas diante dos fatos. Contudo, essa é a marcha possível da humanidade, quando lhe é garantida ou foi por ela mesma conquistada o direito ao pensar autônomo. A liberdade é, por conseguinte, a condição indispensável ao desenvolvimento científico, e essa liberdade é assegurada em sociedades democráticas.

A idéia de solidão era presente no Romantismo e no Idealismo, correntes de pensamento bem próximas uma da outra, muito difundidas e culturalmente assimiladas na Europa no século XIX. Na perspectiva do Idealismo, é na solidão do espírito criador que emergem obras de arte e de pensamento, as quais, sendo objetivamente manifestadas, inundam a sociedade, nela estabelecendo crenças e valores coletivamente compartilhados. Desta maneira, idéias e obras estéticas surgiram da experiência subjetiva do artista, do estudioso e do filósofo. A solidão seria, então, a fonte e o celeiro das teorias científicas, que dinamizariam, depois de anunciadas, a atividade dos grupos de pesquisa, esperando-se que esse processo viesse a produzir na consciência dos estudantes as regras e a convicção necessárias ao profícuo trabalho científico, um trabalho que fosse não apenas a continui-

dade do já iniciado, mas, que pudesse ir além dele, superando o já atingido no plano do conhecimento.

Em razão das mudanças operadas no mundo feito de cultura e de civilização nos últimos dois séculos, o modelo da Universidade de Berlim posto em prática no semestre de 1809/1810, revela-se, sob diversos aspectos, superado. Em um de seus textos sobre a universidade contemporânea, Habermas (1993) reflete sobre a transformação a que a idéia de universidade vem sofrendo depois de 1810 na Alemanha. Tomando como ponto de partida a crítica aos resíduos idealistas identificados no discurso proferido por Karl Jaspers (1883 – 1969) em 1945, por ocasião de seu retorno à cátedra na Universidade de Heidelberg, Jürgen Habermas desenrola um amplo argumento visando à demonstração de que o ideal da Universidade de Berlim, tomado em sua totalidade, é incompatível com o momento atual, caracterizado pelos múltiplos compromissos externos das universidades, pela contínua multiplicação das especialidades científicas e profissionais, bem como pelo incremento exponencial do número de estudantes.

Mas, permanece o essencial, que é o valor atribuído aos estudos teóricos e às

pesquisas empíricas, quando originais, cabendo observar que a originalidade depende de uma feliz combinação de atributos pessoais e condições institucionais, lamentavelmente, nem sempre disponíveis ou conciliáveis entre si. Num texto analítico, Gadamer (1988), ao se referir à antiga Universidade de Berlim, lembrou que nela foi tentada a passagem da *doctrina* para a ciência, ele queria dizer, a transição para a ciência que ainda está para ser desenvolvida, conforme Wilhelm von Humboldt havia desejado. Este é um ponto alto daquele projeto, válido para as universidades contemporâneas, muito distintas quando comparadas entre si, mas que não podem deixar de porfiar no sentido da ampliação do horizonte de nosso saber, que provavelmente não será atendido de modo completo, pois continua sendo limitado e frágil o conhecimento que nos é disponível e vasto o universo por conhecer.

As universidades, por atuarem sob distintas condições de tempo e de lugar, redefinem seus objetivos e reorganizam-se, como sistemas abertos que de fato são e não podem deixar de ser, de modo a buscar a melhor adequação possível à realidade objetiva na qual se encontram a funcionar. Estabelecem estruturas e ob-

servam uma dinâmica que é peculiar a cada uma delas, procurando cumprir metas subsumidas por objetivos institucionalmente estabelecidos. O nosso mundo é outro, comparado ao da Europa dos séculos passados. Há demandas e há expectativas, subordinadas ao entendimento de que as universidades são centros de ensino e aprendizagem, além de serem instituições comprometidas com o objetivo de produzir conhecimentos novos, buscando através deles o desenvolvimento de tecnologias úteis, visando, em última instância, segundo uma visão ética, à promoção do bem estar coletivo. É o que ainda se espera, tanto de universidades quanto dos demais departamentos e institutos de pesquisa, públicos e empresariais privados, embora haja sobejas razões para o fomento do pessimismo quanto ao sentido comercialmente interessado do trabalho neles realizado.

A perda de ideais é o mais grave sinal de decadência de qualquer instituição. Sem ideais endossados por professores, estudantes e funcionários, as universidades perdem sua identidade, têm enfraquecida sua coesão interna e vêm falecer a melhor justificativa para sua existência, uma existência de longa história, descrita por vários autores, sendo

Verger (1990) um deles. A universidade deve ser a concretização de um modelo de vida coletiva, em cuja base devem ser instalados valores e crenças coerentes com o objetivo de desenvolvimento humano, social e cultural. Sem esses ingredientes, as universidades tornam-se estruturas burocratizadas, sujeitas aos controles externos, cada vez mais rigorosos e detalhados, ficando à mercê dos interesses e regras do mercado, atendendo a uma clientela volúvel quanto aos seus interesses particulares, os quais, em conjunto, constituem um grande fator de efeito desestabilizador, deixando as universidades desorientadas e incapacitadas de prever o seu próprio futuro.

É grande a variedade de estudos teóricos e pesquisas, básicas e aplicadas, assim como são múltiplos os métodos e técnicas mediante os quais as obras literárias e artísticas ganham um formato objetivo, tornando-se dessa maneira tangíveis. Em princípio, todas essas expressões da inteligência e do talento podem ser fomentadas, através de incentivos pessoais e concessão de recursos materiais e de oferta de pessoal especializado para o apoio técnico. Entretanto, há que se levar em sua devida conta as características de cada universidade, pois, são elas

que estabelecem a fronteira entre o possível e o provavelmente inalcançável. Há dois aspectos preliminares a considerar neste ponto: os limites internos e externos de fomento disponíveis e, em segundo lugar, a experiência, o conhecimento e a disponibilidade de docentes motivados para o estudo e a pesquisa. Pode-se ir um pouco além dos limites do institucionalmente possível, estabelecendo-se um desafio que compensa aceitar, tendo em vista os possíveis benefícios que podem resultar da ousadia, mas dentro de parâmetros razoáveis.

Em particular, considerando-se válidas as observações anteriores, torna-se mais provável um superior desempenho científico e tecnológico no caso de apoio a grupos de pesquisa já organizados na universidade, já familiarizados com temas e problemas de investigação bem definidos. Esses grupos de pesquisa, quando são produtivos e institucionalmente apoiados, estabelecem linhas de pesquisa que podem estender seus ramos aos cursos de graduação e pós-graduação, atraindo professores e estudantes para os tópicos de pesquisa em discussão. Esta seria uma linha de atuação institucional mais realista, com maior probabilidade de sucesso do que a escolha errática ou oportu-

nista, sendo esta caracterizada pela busca e tentativa de obtenção de recursos postos em oferta através de programas de apoio engendrados em órgãos de fomento, desconsiderando o histórico das anteriores realizações institucionais. Na sua essência, todas as experiências criativas resultam da confluência de variáveis distintas, sendo a persistência aplicada na investigação de um assunto ou na criação de uma obra uma das mais importantes. A persistência é um dos atributos de grupos de pesquisa estáveis.

De outro lado, deve-se observar que a originalidade nas ciências, humanidades e artes não é algo que acontece a qualquer hora ou momento. Tornou-se muito conhecida a tese de Kuhn (1970), que distingue a ciência normal da revolução científica, sendo esta resultante de significativa mudança teórica, metodológica ou nos pressupostos metafísicos das ciências. O número de eventos que podem ser contabilizados como revolução científica é, obviamente, muitíssimo menor do que o quantitativo de pesquisas científicas dela originadas. A mais praticada é a ciência normal, que não põe em cheque os aspectos fundamentais do modelo teórico tomado como referência, antes, a ciência normal presta um serviço ao

paradigma que lhe dá existência, configurando-o com maior precisão e clareza, ampliando o número de hipóteses que desse paradigma podem ser deduzidas, contribuindo em sua defesa diante de críticas que lhe venham a ser assestadas.

O desenvolvimento da ciência normal tanto pode ser positivo quanto negativo, sem que com isto seja declarada uma contradição. A ciência normal presta um serviço à ciência e à sociedade, elevando a validade das hipóteses derivadas da teoria através de testes empíricos, contribuindo assim na dilatação das possibilidades de sua utilização prática, através da tecnologia. No entanto, a intransigência na defesa da teoria acolhida, reação reveladora da limitada competência crítica de quem assim se posiciona, constitui um obstáculo às tentativas de superação do estágio de conhecimento já alcançado. A ciência, assim como a filosofia e as artes, são possibilidades abertas à obtenção de conhecimento, cada qual com suas propriedades específicas, mas, ainda que possa vir a ser um incômodo, essas expressões da criação humana vem sofrendo contínuas mudanças. Os temas podem ser os mesmos, mas o conhecimento que sobre eles é obtido não tem a garantia de perenidade. Esta é a lição que

se extrai da história das ciências.

Por isso, a considerar os possíveis resultados positivos da prática da ciência normal, não há inconveniente e nem se pratica algum mal em exercitá-la. Embora não possam ser racionalmente justificadas expectativas otimistas quanto ao desenvolvimento qualitativo das ciências segundo esse modelo, ele pode ser útil à sociedade e, no âmbito da pesquisa institucionalizada em universidades, a ciência normal favorece a formulação de metas realistas de pesquisa a atingir. Um importante objetivo a ser desenvolvido e aceito em alguns grupos de pesquisa seria a tentativa de refutação das hipóteses deduzidas de uma teoria, buscando, desta forma, a delimitação de seu campo de aplicação. Esta direção na pesquisa estaria de acordo com a proposta de Popper (1972), de ampla aplicação às ciências. De acordo com essa visão filosófica, teorias que resistem à refutação são provenientes de pseudociências. Assim, contribuir no traçado dos limites de generalização de hipóteses científicas é um trabalho científico relevante.

Na pesquisa universitária, é desejável que se organize uma lista de prioridades, sem que tal iniciativa venha a desestimular pesquisadores em atividade,

que podem se encontrar ocupados com um trabalho que lhes seja importante e no qual conseguem distinguir aspectos tão positivos a ponto de manter-se continuamente estimulados e ocupados com ele. Contudo, no planejamento dos recursos disponíveis de fomento, não há como deixar de considerar prioridades, em atenção aos múltiplos compromissos da universidade com os cursos de graduação e pós-graduação, ao interesse de fortalecimento de relações interinstitucionais, ao atendimento de demandas e necessidades sociais e ao encaminhamento institucional visando ao alcance de objetivos futuros. No fundo, há que se buscar uma condição de equilíbrio de modo a não comprometer a desejável e quanto possível harmonia ou coesão institucional.

A pesquisa e, cabe acrescentar, o estudo, que é de natureza teórica, são pré-requisitos ao exercício do magistério, qualquer que seja o nível de ensino considerado. A educação formal é sempre baseada no ensino planejado, sendo este um entendimento que atravessa o tempo e percorre diferentes sociedades. Neste pressuposto fica incluído o pressuposto de que a qualidade do trabalho a ser realizado no magistério depende da formação dos docentes. O argumento em ques-

tão é muito antigo. Era condição de sobrevivência profissional e intelectual de qualquer docente na universidade medieval, uma vez que a matrícula em cursos era decidida pelos próprios estudantes, aos quais recaía a responsabilidade de escolher e remunerar direta e pessoalmente o mestre. Portanto, para lecionar, ainda que sob a restrição da regra do *magister dixit*, que obrigava a todos, mestres e estudantes, manifestar sua submissão aos pensadores tomados como referência para fins doutrinários, era necessário que o mestre gozasse de prestígio junto aos estudantes, que fosse por eles reconhecido como alguém capaz de elevá-los ao nível intelectual almejado.

A premissa da necessidade do preparo pessoal do docente foi ressaltado na proposta de criação da Universidade de Berlim. A principal diferença a destacar entre a Idade Média e o projeto dessa universidade alemã é a de que, segundo esse projeto, o ensino universitário deveria ter seu fundamento na investigação conduzida sob a responsabilidade do docente e não em argumentos baseados na mera autoridade pessoal de autores consagrados ou enaltecidos por alguma razão. O princípio ressaltado por Wilhelm von Humboldt continua sendo válido. A

considerar a velocidade do aumento do número de universidades e escolas superiores e o escasso tempo para o amadurecimento intelectual dos professores universitários, que em idade muito jovem assumem a responsabilidade da docência, talvez fosse oportuno lembrar e, até mesmo acentuar, o argumento de que o ensino superior demanda independência intelectual, competência para a análise crítica e persistência no estudo e na pesquisa.

Nota-se desde logo a competência e a originalidade do mestre, quando disserta, demonstra, exemplifica, critica, dialoga, debate e orienta. Docentes qualificados conseguem estabelecer uma relação empática com seus estudantes, sem utilizar recursos vulgares de linguagem e de exibição pessoal. Na base de uma autêntica e séria relação pedagógica situam-se dois valores: o reconhecimento da verdade objetiva; e, o respeito, que desejavelmente deve ser mútuo, na relação com seus estudantes. A coerência entre o que se declara e os fatos é uma relação a ser reconhecida como válida e, se houver continuidade na busca de sua manutenção para além da experiência de profissional, então ela passará a constituir um padrão estável de honestidade

pessoal. Quanto ao respeito ao próximo, a condição preliminar a atender é a aceitação das diferenças no pensar, no sentir e no agir. Aceitar é mais do que tolerar; aceitar significa acolher, sem restrição e julgamento, ao passo que tolerar significar simplesmente aquiescer, para não estabelecer condições favoráveis ao conflito.

A aceitação do outro favorece a ocorrência de uma relação pedagógica, que pode ter grande significado para o estudante, assim como para o docente. Trata-se do encontro (*Begegnung*), idéia que já não está tão mais em moda citar, concebida por Martin Buber (1977). Na educação, esse encontro poderia ser referido como pedagógico. Trata-se de uma experiência incomum, mas que pode suceder e, quando acontece, os que dela participam experimentam profundas mudanças, principalmente ao nível das motivações, crenças, valores e, conseqüentemente, padrões de comportamento. O encontro pedagógico altera sob diversos aspectos a vida de estudantes, uma vez que dele decorrem tomadas de decisão quanto ao futuro pessoal e profissional, bem como a obtenção de consciência menos nebulosa dos compromissos éticos e sociais que deverão ser assu-

midos de modo a concretizar o ideal de vida em processo de configuração.

O ensino universitário não se confunde com instrução. Instruímos quando o objetivo educacional a atingir demandar tão somente a transmissão de um conjunto logicamente organizado de informações combinado a algumas habilidades cognitivas e instrumentais, necessário ao desempenho de algumas tarefas previamente delineadas. Em tal situação, caberá ao aluno realizar a aprendizagem requerida, observando com o maior rigor possível regras e sequências operacionais pertinentes ao programa de instrução que lhe for ministrado. Na universidade, tais programas podem ser eventualmente oferecidos, porquanto em diversos momentos será necessário aos estudantes obter proficiência no uso de técnicas, aparelhos e instrumentos. Porém, a experiência de instrução se distingue do ensino universitário, pois, este, apoiado em estudos e pesquisas, dos quais os estudantes desejavelmente deveriam participar, tem um escopo maior. Na universidade, o ensino deve ser o quanto possível participativo, sem que com isso os professores devam abdicar de sua responsabilidade de planejar e conduzir o processo formativo de futuros profissionais.

A essência do ensino universitário é a transmissão sistemática e controlada de cultura especializada, combinada ao incentivo à assimilação crítica desse legado, de modo a assegurar a possibilidade de superação dessa mesma cultura, se novas idéias vierem a surgir e puderem ser avaliados como sendo de valor mais elevado do que as vigentes. Em coerência com essa abertura crítica, é oportuno observar que na dinâmica mesma do ensino-aprendizagem deve sempre existir um espaço para o debate e a refutação. A instalação de um ambiente livre e favorável ao exercício da crítica de idéias nem sempre é possível. Há vários fatores que podem inibir estudantes e professores, deixando-os menos dispostos a expressar argumentos que contraditem ou possam colocar em dúvida o pretense conhecimento posto em pauta. Porém, é forçoso reconhecer que o debate é um método muito útil na busca da verdade. O debate favorece a sobrevivência das boas idéias e leva ao desaparecimento das de má qualidade epistemológica, conforme Popper (1987) reiteradamente observou. Do ponto de vista dos estudantes, a experiência universitária por eles usufruída terá sido bem sucedida se, ao cabo dela, os estudantes tomarem a verdade objetiva como

critério para a avaliação do conhecimento e, ao mesmo tempo, puderem se distanciar das formas dogmáticas e intolerantes de pensamento e ação.

Aos professores cabe agir com muita prudência na relação ensino-aprendizagem, a fim de prevenir a formação de especialistas de limitada visão cultural. Por certo, não há como evitar e nem mesmo é desejável interromper a especialização, dado que é desta forma que o conhecimento em todas as áreas vem sendo desenvolvido e canalizado. Kocka (1987, p. 7)) foi muito judicioso ao observar que é diminuto o número de disciplinas científicas, que seriam aproximadamente 30, quando comparado ao quantitativo de especializações ou subdisciplinas, que ele estimou poder estar em torno de 4.000. Algumas dessas subdisciplinas dão origem a cursos de universitários, estabelecendo profissões. E tudo isto acontece porque cada delas tende a se tornar teórica e metodologicamente cada vez mais sofisticada, exigindo de seus especialistas muito tempo e dedicação para o alcance de um nível superior de qualificação científica e profissional. Um dos efeitos possíveis efeitos negativos da formação especializada é o desenvolvimento de uma cultura subjetiva muito acanhada, dificultando ao estudante a obtenção de uma visão do conjunto da ciência em que sua especialidade fica inserida. A especialização é inevitável, porém, conviria limitar na medida do possível a ocorrência desta forma muito particular de alienação do especialista, que ignora o que se passa fora do estreito setor de seu interesse profissional. Pode-se tentar reduzir ou inibir essa visão acanhada da ciência e da tecnologia mediante a mobilização

de recursos pessoais e pedagógicos colocados ao alcance dos professores.

A ética no ensino e na pesquisa não pode ser negligenciada. A rigor, é um assunto que deve ser considerado com a devida seriedade e competência em todos os momentos da vida universitária. Em estudos e pesquisas, dilemas e conflitos éticos são vivenciados por professores e estudantes desde a seleção do problema a investigar até o possível aproveitamento social dos resultados dos estudos e pesquisas empreendidos. Questões éticas instalam-se em todas as etapas previstas para a concretização do projeto, tido como relevante. São de fato problemas éticos e não simplesmente morais, pois, se as ciências são orientadas na perspectiva da obtenção de conhecimento amplamente generalizável, não condicionado pelas limitações de tempo e de lugar, como Merton (1970, cap. 18) de modo acertado observou, então as questões relacionadas ao certo e ao errado, ao justo e ao injusto, que não são suficientemente tratadas ao nível da moral, pois esta, ao contrário da ética, tem sua validade restrita à coletividade humana que lhe deu origem. A ética, por sua vez, é racionalmente desenvolvida, funciona com base na crítica e busca validade em território cultural que vai além da sociedade em que seja desenvolvida e praticada. Neste sentido, observe-se que Hans Jonas (1979), ao analisar os riscos crescentes para a própria sobrevivência da humanidade devido ao emprego imprevidente ou calculadamente perverso dos meios oriundos do vertiginoso desenvolvimento científico e tecnológico ora em curso, propôs uma ética baseada no princípio responsabilidade, cuja obser-

vância poderia obstar tais usos nefastos.

Ensino e pesquisa estão interligados, sendo desejável que seu desenvolvimento ocorra de maneira equilibrada. O estabelecimento e a manutenção da harmonia entre ambos os pólos do trabalho docente é desejável por duas razões: a pesquisa realizada pelo professor, pelo grupo de pesquisa do qual seja membro ou por outros autores, fornece idéias, teorias e técnicas corroboradas ou em vias de submissão à testagem empírica, que garantem a atualidade da matéria ensinada; e, o ensino, desde que conduzido em ambiente favorável à livre discussão, no qual a análise crítica seja incentivada, facilita a delimitação da importância dos conteúdos postos em discussão, além de contribuir na identificação de eventuais erros ou lacunas em teorias, métodos e técnicas tornados conhecidos em sala de aula. Portanto, não é razoável desprestigiar a atividade de ensino, pela concessão, por exemplo, de maior soma de prestígio a pesquisadores. Este é um dos erros mais graves cometidos em universidades. É fácil concluir que a promoção artificial de superior status social a pesquisadores irá incidir negativamente no ensino, nele promovendo consequências indesejáveis, dentre as quais, a falta de motivação para a docência é uma das mais notáveis. De outro lado, esse direcionamento distorcido das atividades universitárias subtrai dos estudantes a possibilidade de se confrontarem com modelos sociais, que constituem importantes referências para a autoavaliação e a tomada de decisão quanto ao futuro em direção ao qual poderão caminhar.

Referências

- BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.
- ELLWEIN, Thomas. *Die deutsche Universität*. Frankfurt: Hain, 1992.
- FICHTE, Johann Gottlieb. *Discursos a la nación alemana*. Madrid: Editora Nacional, 1977.
- GADAMER, Hans-Georg. Die Idee der Universität – gestern, heute, morgen. In: EIGEN, Manfred, GADAMER, Hans-Georg, HABERMAS, Jürgen, LEPENIES, Wolf, LÜBBE, Hermann e MEYER-ABICH, Klaus Michael. *Die Idee der Universität. Versuch einer Standortbestimmung*. Berlin: Springer-Verlag, 1988. pp. 1-22.
- HABERMAS, Jürgen. A idéia da universidade. Processos de aprendizagem. Lisboa: *Colóquio Educação e Sociedade*, n. 3, julho de 1993. pp. 35 – 66.
- JONAS, Hans. *Das Prinzip Verantwortung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.
- KOCKA, Jürgen (ed.). *Interdisziplinarität*. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.
- KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- MERTON, Robert King. *Sociologia: Teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora UNB, 1972.
- POPPER, Karl. *Sociedade aberta, universo aberto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- VERGER, Jacques. *As universidades na Idade Média*. São Paulo: UNESP, 1990.



LUCIENE PIMENTEL DA SILVA

Ph.D. Hidrologia, Professora Adjunto do Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente da Faculdade de Engenharia, Coordenadora Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental

ENCHENTES URBANAS: GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS ÁGUAS PLUVIAIS E, O DESENVOLVIMENTO E DESENHO URBANÍSTICO DE BAIXO IMPACTO

Fonte: Jornal O Globo 07 de abril de 2010



Introdução

As enchentes urbanas trazem riscos e impactos de toda ordem para todos que habitam as cidades. No contexto atual, 80% da população brasileira habita em cidades, o que torna o problema ainda mais grave. Historicamente, o excesso de chuvas é visto como um problema, e a engenharia vem desenvolvendo técnicas e metodologias, que geralmente buscam o afastamento das águas pluviais por meio do assentamento de dutos e canais, direcionando os excessos da precipitação para corpos hídricos. No entanto, a situa-

ção pela qual passou o Estado do Rio de Janeiro durante as chuvas excepcionais que ocorreram em abril e também o Estado de São Paulo no início do ano de 2010, trazem um questionamento natural sobre a acertividade das estratégias de controle de enchentes urbanas que têm sido historicamente implementadas.

A Mudança de Paradigma na Gestão Sustentável das Águas Pluviais

As enchentes são ocorrências naturais durante o período chuvoso, em que o es-

coamento dos rios, aumentado, eventualmente extravaza de seu leito, provocando alagamentos. No contexto urbano, este fenômeno cíclico e até certo ponto natural, é agravado pela potencialização das velocidades e volumes de escoamento, promovidos pela estratégia histórica adotada no desenvolvimento urbano que implica na impermeabilização das superfícies¹. A estratégia da infra-estrutura de drenagem urbana que tem sido aplicada, implica no assentamento de calhas nas coberturas e telhados e, sarjetas² ao longo das vias, que recebem as águas pluviais. As águas que escoam pelas sarjetas convergem para as bocas-de-lobo, popularmente chamados de bueiros e, destes para as galerias de águas pluviais. Estas, por sua vez, direcionam as águas pluviais para um corpo hídrico, por exemplo a Baía de Guanabara, região oceânica, ou mesmo, a Lagoa Rodrigo de Freitas. Esta estratégia para a gestão das águas pluviais é a implantada na maioria das cidades ou na maior parte delas. Claro que fazem parte da ocupação urbana, áreas de lazer, parques e jardins, que permitem a infiltração das águas pluviais, cumprindo uma etapa natural do ciclo hidrológico. No entanto, com a pressão do crescimento da população urbana e suas funções,

aumenta a necessidade de construções, seja para moradia, ou destinadas ao desenvolvimento econômico, como comércio e indústrias, assim como a ampliação das vias de acesso para os deslocamentos. Desta forma, estas áreas “livres” das cidades vão ficando reduzidas. Adicionalmente, até mesmo áreas de risco ambiental, como as margens inundáveis dos rios, regiões costeiras de baixada e encostas sofrem ocupação. A dinâmica desta ocupação é extraordinária. Contribuem ainda para a ocupação destas áreas, as indefinições fundiárias. O poder público não tem conseguido eficácia no controle da ocupação ou mesmo, se é que é possível, da ampliação e implantação da infra-estrutura urbana necessária. Embora, não seja o enfoque central deste texto, chama-se atenção, neste contexto, para as necessidades também crescentes de ampliação da infra-estrutura de abastecimento de água, destinação de efluentes líquidos e sanitários, assim como destinação de resíduos sólidos. Diante deste cenário, a população, individualmente, ou em sub-conjuntos do coletivo, procura resolver seus problemas, seja de moradia, seja da infra-estrutura.

A idéia de que o excesso de chuvas é um “problema” tem sido cada vez mais

questionada pela comunidade que pensa sobre desenvolvimento sustentável no contexto da gestão das águas urbanas (*Pimentel da Silva et al., 2008a*), implicando na quebra de um paradigma. De fato, há hoje outra estratégia em construção que pensa que os tais excessos pluviiais podem ser úteis e aproveitados, ao invés de descartados junto com poluentes ou tratados como um problema. Esta nova estratégia procura aproveitar as águas pluviais localmente. Há diferentes estruturas propostas para esta finalidade, reconhecidas atualmente como medidas compensatórias³. Estas estruturas, que atuam localmente, são reservatórios de águas pluviais, telhados verdes, pavimentos permeáveis e trincheiras de infiltração.

As águas armazenadas em reservatórios de águas pluviais podem ser aproveitadas em usos secundários como, lavagem de pavimentos e vias públicas ou descarga de efluentes sanitários. A reservação e aproveitamento das águas pluviais, contribuem também para a priorização do uso da água tratada em usos mais nobres, onde sua aplicação é imprescindível, contribuindo para a conservação da água no meio urbano⁴.

Os telhados verdes ou a vegetação de telhados pode promover a retenção das

águas pluviais. Além disso, os efluentes destes telhados podem ser reciclados na irrigação dos mesmos. A vegetação dos telhados têm impacto na minimização dos efeitos de ilha de calor nas cidades, na climatização do ambiente interno, contribuindo para a otimização dos gastos com energia (*Oliveira, Pimentel da Silva & Mary, 2009*).

Já os pavimentos permeáveis (*Melo, 2008*) e as trincheiras de infiltração, além de contribuírem para a diminuição do escoamento superficial, promovem o restabelecimento dos níveis freáticos⁵, impactados nas regiões urbanas pela impermeabilização das superfícies que impede a infiltração das águas pluviais. A Figura 1 apresenta as iniciativas de demonstração e experimentação do Projeto UERJ/HIDROCIDADES (*Pimentel da Silva et al., 2008b*) de algumas destas estruturas. Adicionalmente, este ideário, contribui para a promoção da conscientização sócio-ambiental, já que quando aplicados no próprio lote, evidencia e materializa a participação de cada um no controle das enchentes. Estas medidas têm impacto também no controle da poluição. Não há em geral no país instalações que promovam o tratamento das águas pluviais antes de seu descarte

final em corpos hídricos. A água serve de transporte para resíduos e retendo-a nos lotes representa uma forma de conservar a água nas áreas urbanizadas.

Estas medidas, entre outras fazem parte de um ideário ainda mais amplo, que constituem as fundações e premissas do “Desenvolvimento e Desenho Urbanístico de Baixo Impacto” (DDUBI).

Desenvolvimento e Desenho Urbanístico de Baixo Impacto

Este termo tem por origem, a expressão em inglês “*Low Impact Urban Design and Development (LIUDD)*”⁶. Tem sido empregado com sucesso, tanto em áreas em desenvolvimento, quanto no re-desenho de bairros já consolidados na cidade de Portland nos Estados Unidos, em Melbourne na Austrália e Auckland na Nova Zelândia, entre outros (*van Roon, 2007*). O DDUBI propõe a descentralização da infra-estrutura urbana que passa a ser dimensionada com base no ciclo hidrológico e nos recursos hídricos disponíveis nas bacias hidrográficas⁷, no restabelecimento da vegetação nativa, oportunizando áreas de infiltração, e retorno à medida do possível, dos ecossistemas naturais. A infra-estrutura é dimensionada localmente. O que era visto como problema (águas pluviais e escoamentos superficiais) transforma-se em fonte de recursos. De acordo com o DDUBI, os princípios básicos a partir do qual as estratégias de desenvolvimento devem ser formuladas caso a caso podem ser resumidos em: (i) Trabalhar com a natureza e não contra ela; (ii) Minimizar o uso de energia e de materiais; (iii) Gerenciar as águas pluviais de maneira a imitar a natureza; (iv) Criar conexões entre áreas e pessoas; (v) Trazer a nature-

za de volta às áreas urbanas; (vi) Buscar soluções descentralizadas para a infraestrutura urbana. O DDUBI oportuniza um melhor aproveitamento dos recursos naturais e está sintonizado com os princípios da sustentabilidade. A consolidação deste modelo, no entanto, requer a remoção de importantes barreiras, culturais, mudanças nas políticas públicas, legislação e Instituições, assim como do sistema de gestão atual de infra-estrutura urbana. As estruturas envolvidas no DDUBI, como as apresentadas neste texto, telhados verdes, aproveitamento das águas pluviais, entre outras, via de regra implicam em manutenção, uso de novos materiais e métodos construtivos, nem sempre do conhecimento geral da população. Além disso, também pressupõe participação e integração das comunidades atendidas. Para que o DDUBI tenha sucesso é preciso a quebra desse paradigma.



Figura 1. Unidade experimental-demonstrativa do telhado verde e aproveitamento de águas pluviais (ao fundo) do projeto HIDROCIDADES desenvolvido pela UERJ com apoio do CNPq e da FAPERJ e, pavimento permeável de blocos vazados na Escola Municipal Teófilo Moreira da Costa, Jacarepaguá (*Pimentel da Silva et al., 2008b*).

Considerações Finais

Tratar os excessos pluviais como recurso e não como problema exige uma quebra de paradigma. Isso envolve a forma como as cidades e seu crescimento são planejados, assim como a interação dos indivíduos que a habitam. Envolve a gestão das águas pluviais com vistas ao desenvolvimento sustentável, preservando e conservando as mesmas de forma distribuída e descentralizada. Apresenta também novas oportunidades no contexto da valoração dos recursos naturais e de técnicas construtivas. Não se espera que a quebra deste paradigma substitua as formas já consolidadas de planejar as cidades, mas sim que se apresente como uma nova estratégia que contribui para a otimização dos investimentos públicos em infraestrutura, sobretudo para as áreas em expansão da cidade, onde acredita-se que um desenvolvimento mais sustentável ainda seja possível.

Referências

MELO, L. de D. *Pavimentos Permeáveis como Contribuição para o Controle de Enchentes Urbanas: Dimensionamento de Pavimento Permeável para o Pátio de Estacionamento da UERJ – Edifício Professor Paulo de Carvalho – Faculdade de Odontologia e Enfermagem*. Projeto Final de Graduação DESMA/FEN/UERJ, 2008.

OLIVEIRA, E. W. N. de, PIMENTEL DA SILVA, L.; MARY, W. *Telhados Verdes em Habitações de Interesse Social e Retenção das Águas Pluviais para Drenagem Urbana Sustentável*. XVIII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Campo Grande. 2009.

PIMENTEL DA SILVA, L. *et al.* *HIDROCIDADES – Métodos não-convencionais na conservação da água em bacias peri-urbanas*. VIII Encontro Nacional de Águas Urbanas. Rio de Janeiro. 2008a.

PIMENTEL DA SILVA, L. *et al.*, *HIDROCIDADES - Cities, Quality of Life and Water Resources: Integrated Water Resources Management and Urban Planning for Low-Land Region of Jacarepaguá, Rio de Janeiro, Brazil*. 11th International Conference on Urban Drainage. Edimburgo. 2008b.

VAN ROON, M.R. Water localisation and reclamation: Steps toward Low Impact Urban Design and Development. *Journal of Environmental Management*, 83, pp. 437-447. 2007.

¹ Superfícies impermeáveis não permitem a infiltração das águas pluviais e recarga dos reservatórios naturais de águas subterrâneas, aumentando os volumes a serem escoados pela rede de drenagem pluvial. As superfícies impermeáveis consistem nas vias pavimentadas, telhados e coberturas das construções.

² Sarjetas são estruturas de drenagem em forma de calha assentadas entre a calçada e a rua.

³ Medidas compensatórias em drenagem urbana – buscam equilibrar com estruturas de reservação ou infiltração os impactos nos escoamentos causados pela impermeabilização associada ao desenvolvimento urbano.

⁴ Embora pouco difundido, já há legislação municipal que obriga áreas construídas de mais de 500 m² de projeção de telhados, a construção de reservatórios de águas pluviais.

⁵ Associados aos reservatórios naturais de águas subterrâneas.

⁶ O LIUDD também é referenciado como ‘Water Sensitive’ Design and Development Techniques.

⁷ Bacia hidrográfica é uma área de captação natural da água da precipitação que faz convergir os escoamentos por uma única saída, seu exutório. É delimitada topograficamente e é formada por um curso d’água principal, que geralmente lhe dá o nome, e seus afluentes, fazendo toda a precipitação convergir para o exutório.





PEDRO IVO CANESSO GUIMARÃES

Professor do Departamento de Química Orgânica
do Instituto de Química da UERJ

CARLOS MAGNO ROCHA RIBEIRO

Professor do Departamento de Química
Orgânica do Instituto de Química da UFF

**A CONTRIBUIÇÃO DAS
UNIVERSIDADES FLUMINENSES
NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA**

**QUÍMICA
NOVA NA
ESCOLA**

Introdução

A química está presente em nosso mundo mesmo antes do surgimento do homem e o acompanha através de sua história. Ao longo dos anos, essa área do saber evoluiu, passando de meros conhecimentos práticos e da alquimia para uma ciência com uma metodologia definida, capaz de explicar o comportamento do átomo e de várias substâncias. Uma de suas principais características é ser uma ciência essencialmente experimental, que estuda a natureza e desenvolve novos produtos tecnológicos, como fármacos, plásticos e borrachas, tecidos e etc. O mundo moderno depende do conhecimento químico, que a cada dia contribui mais para a melhoria da qualidade de vida do homem.

A química faz parte do nosso cotidiano e seu conhecimento é essencial para a formação de cidadãos conscientes e participativos em nossa sociedade. Logo, a química lecionada no Ensino Fundamental (9º ano) e principalmente no Ensino Médio, deve ser uma ferramenta que possibilite o aluno a ter um maior senso crítico. Como menciona Chassot (1995):

A Química é também uma linguagem.

Assim, o ensino de Química deve ser um facilitador da leitura do mundo. Ensina-se química, então, para permitir que o cidadão possa interagir melhor com o mundo”.

Nos últimos anos, novas metodologias de ensino de química têm surgido para estimular o aprendizado dessa ciência, além de aproximá-la do dia a dia dos alunos. Muitas dessas metodologias propõem atividades interdisciplinares, integrando a química com as demais disciplinas do ensino médio, como sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC (Guimarães, 2007).

Atualmente no Brasil, diversos grupos de pesquisa em educação de universidades públicas e privadas, bem como entidades como a Sociedade Brasileira de Química (SBQ) têm se dedicado a estudar e divulgar a educação em química. A SBQ possui uma forte *Divisão de Ensino de Química* que promove e estimula discussões, palestras e encontros regionais e nacionais sobre ensino e educação em química, onde vários temas e metodologias de ensino são propostas, bem como são debatidos os principais problemas do ensino da química em nosso país (Guimarães, 2007).

Uma das mais significativas publicações periódicas em química, em língua portuguesa, é a *Revista Química Nova* da SBQ, que incentiva e divulga a pesquisa dessa ciência no Brasil. Desde 1980, esse periódico possui uma seção voltada para a educação em química. Ao longo desses anos, essa seção tem apresentado artigos relevantes sob estudos em educação e ensino de química realizadas em nosso país (SBQ, 2010). A qualidade e importância do material publicado nessa seção, bem como a ação dinâmica da Divisão de Ensino de Química da SBQ, levaram a criação, em 1995, de uma revista especializada em educação em química: a *Revista Química Nova na Escola* (QNEsc).

Nesse trabalho é mostrada a participação das instituições de nível superior fluminenses na difusão do ensino de química através da Revista Química Nova na Escola da Sociedade Brasileira de Química.

A Revista Química Nova na Escola

A revista QNEsc, em uma década e meia, se tornou a principal publicação periódica brasileira sobre ensino de química,

sendo também uma referência latino e ibero-americana nessa área (SBQ).

O corpo editorial da revista é composto por professores universitários, sócios da SBQ, que atuam na área de educação em química em suas instituições de origem. Os artigos submetidos à revista são avaliados por assessores que trabalham com ensino de química nas universidades ou no ensino médio, que dão seus pareceres baseados nas normas editoriais da QNEsc e da SBQ.

Desde sua criação até a número 26, em 2007, a revista QNEsc manteve uma publicação semestral interrupta. Entretanto, a partir de 2008 sua publicação passou a ser trimestral devido ao seu crescimento e ao elevado número de artigos nacionais e mesmo internacionais submetidos a sua avaliação (SBQ, 2010).

Esta revista é dividida nas seguintes seções: Química e Sociedade (*QS*), Educação em Química e Multimídia (*EQM*), Espaço Aberto (*EA*), Conceitos Científicos em Destaque (*CCD*), História da Química (*HQ*), Atualidades em Química (*AQ*), Relatos em Sala de Aula (*RSA*), Pesquisa em Ensino de Química (*PEQ*), O Aluno em Foco (*AF*), Experimentação no Ensino de Química (*EEQ*), Elemento Químico (*EQ*), Artigos Isolados (*AI*),

Olimpíada Científica SBQ (*OC*), Ensino de Química (*EnQ*) e Eventos (*Ev*). Cada seção é dedicada a um assunto específico que mostra as principais pesquisas, novas metodologias no ensino de química e o relato de experiências dos professores de química do ensino médio, além de propor experimentos de simples execução em sala de aula, na sua maioria,

com materiais alternativos (SBQ, 2010; SBQ 1995-2010). A Tabela 1 mostra o número de artigos publicados na revista QNEsc por seção de 1995 a fevereiro de 2010.

Desde 2001, também tem sido publicado pela Divisão de Ensino de Química da SBQ os *Cadernos Temáticos da Revista Química Nova na Escola*. Até o

Seção da QNEsc	Número de artigos	Participação na revista (%)
EEQ	80	20,83
RSA	54	14,06
QS	40	10,42
PEQ	38	9,90
HQ	30	7,81
CCD	29	7,55
AQ	27	7,03
EQ	23	5,99
EA	21	5,47
AF	18	4,69
EQM	15	3,91
AI	6	1,56
OC	1	0,26
EnQ	1	0,26
Ev	1	0,26
Total:	384	

Tabela 1 – Distribuição dos artigos por seção da revista QNEsc de 1995 a fevereiro de 2010 (SBQ, 2010)

momento foram lançados 7 cadernos, com um total de 36 artigos, que abordam temas de interesse da química e em especial os que podem ser usados como motivadores para o ensino de química, como: química ambiental, novos materiais, química de fármacos, estrutura da matéria: uma visão molecular, química inorgânica e medicina e representação estrutural em química.

A Participação das Instituições de Ensino Superior Fluminenses nas Publicações da Revista Química Nova na Escola

A química do Estado do Rio de Janeiro é uma das mais ativas e importantes do Brasil, se destacando tanto na área acadêmica como industrial. Nesse estado estão localizadas importantes instituições de ensino superior que oferecem cursos de graduação em química (industrial, licenciatura e bacharelado) e em engenharia química, além de pós-graduação nessas áreas. As universidades públicas fluminenses que oferecem esses cursos são: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Dentre as privadas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é a que mais tem contribuído na formação de profissionais da química em nível de graduação e pós-graduação.

Na maioria dessas universidades existem grupos de pesquisa que atuam no desenvolvimento de novas metodologias para o ensino de química e na formação dos alunos de licenciatura em química. Vários desses grupos apresentam uma produção significativa e tem divulgado alguns dos seus resultados na revista QNEsc ao longo desses 15 anos.

Nesse período, os autores fluminenses publicaram 43 artigos, o que corresponde a 11,20% do total de artigos da revista. Das 35 revistas QNEsc lançadas, 25 revistas (71,43%) apresentam artigos de professores e/ou pesquisadores do Estado do Rio de Janeiro. Em 9 artigos fluminenses (20,93%) houve a co-autoria, ou seja, a participação de mais de uma instituição de nível superior do Rio de Janeiro. Já em 5 artigos (11,63%) verificou-se a co-autoria com pesquisadores e/ou professores que trabalham em insti-

<i>Estado</i>	<i>Número de artigos</i>	<i>Porcentagem por estado (%)*</i>
São Paulo (SP)	172	43,00
Minas Gerais (MG)	64	16,00
Rio de Janeiro (RJ)	43	10,75
Rio Grande do Sul (RS)	32	8,00
Distrito Federal (DF)	22	5,50
Bahia (BA)	16	4,00
Paraná (PR)	14	3,50
Santa Catarina (SC)	11	2,75
Pernambuco (PE)	8	2,00
Goiás (GO)	8	2,00
Rondônia (RO)	6	1,50
Mato Grosso do Sul (MS)	2	0,50
Paraíba (PB)	1	0,25
Roraima (RR)	1	0,25
Outros estados	0	0,00
Total:	400	

Tabela 2 – Distribuição dos artigos publicados na revista QNEsc pelos estados da federação onde os autores atuam.

* O número total de artigos por estado é maior que o número total de artigos publicados na revista QNEsc, pois existem artigos escritos em parceria (co-autoria) entre autores de mais de um estado.

tuições de outros estados.

Em comparação com os outros estados da federação, o Rio de Janeiro é o terceiro estado que mais contribuiu com artigos publicados na revista QNEsc, sendo apenas superado por Minas Gerais e São Paulo, como pode ser observado na Tabela 2.

Esse comportamento quanto à distribuição das publicações na QNEsc por estados pode ser explicado pela participação efetiva de pesquisadores e professores que atuam, principalmente, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, em atividades relacionadas ao ensino de química, nas reuniões nacionais e regionais da SBQ e em iniciativas realiza-

das pela Divisão de Ensino de Química da SBQ. Nesses estados existem alguns grupos de pesquisa em educação química consolidados, que há alguns anos desenvolvem vários estudos nessa área, inclusive gerando publicações de livros sobre o assunto.

Na Tabela 3 é possível verificar que a Região Sudeste contribuiu com quase 70% dos artigos publicados na revista QNEsc, o que já era de se esperar, pois é a região do Brasil que apresenta a maior produtividade científica em química. Esses resultados indicam a necessidade de incentivar o desenvolvimento de pesquisa e de atividades sobre ensino de química, principalmente, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste do nosso país.

Tabela 3 – Distribuição dos artigos publicados na revista QNEsc pela região do país onde os autores atuam.

* O número total de artigos por estado é maior que o número total de artigos publicados na revista QNEsc, pois existem artigos escritos em parceria (co-autoria) entre autores de mais de um estado.

<i>Estado</i>	<i>Número de artigos</i>	<i>Porcentagem por região do país (%)*</i>
Região Sudeste	279	69,75
Região Sul	57	14,25
Região Centro-oeste	32	8,00
Região Nordeste	25	6,25
Região Norte	7	1,75
Total:	400	

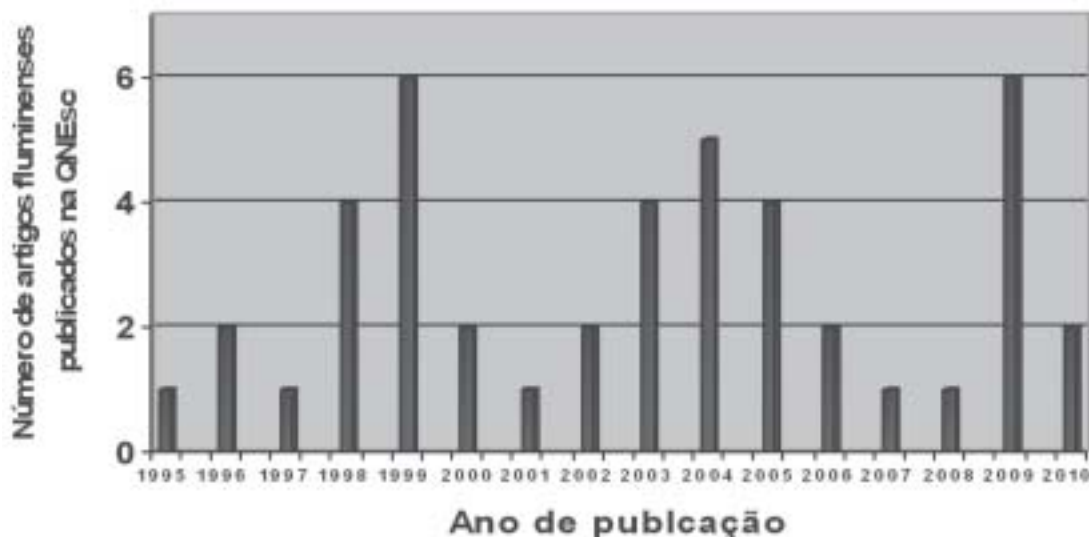


Figura 1 – Número de artigos fluminenses publicados na revista QNEsc de 1995 a fevereiro de 2010 (SBQ, 2010)

A Figura 1 mostra o número de artigos fluminenses publicadas por ano na revista QNEsc.

Desde seu primeiro ano, a revista QNEsc tem publicado artigos fluminenses. Essas publicações têm apresentado um comportamento senoidal com uma média de 2,5 artigos por ano.

Como pode ser observado na Figura 2, as seções da revista com um maior número de artigos fluminense são: Experimentação no Ensino de Química (*EEQ*), Conceitos Científicos em Destaque (*CCD*) e Relatos em Sala de Aula (*RSA*). Cinco seções não têm nenhum artigo do Rio de Janeiro (Ev, EnQ, OC, AF, AI).

A Figura 3 mostra a distribuição dos artigos publicados na revista QNEsc por autores que atuam no Estado do Rio de Janeiro de 1995 a fevereiro de 2010 em função da sua instituição de nível superior.

Como pode ser verificado, a UERJ apresenta um papel de destaque entre as universidades públicas e privadas fluminenses com 34,69% dos trabalhos publicados na revista QNEsc, seguido da UFRJ com 30,61%, da UFF com 12,24% e da UENF com 6,12%. As universidades públicas contribuíram com 69,49% das publicações contra 13,56% das particulares e 16,95% de outras instituições que atuam no estado. Todas as publicações das universidades privadas foram realizadas em parceria com as públicas. Essas universidades privadas, com exceção da PUC-Rio, não possuem cursos de graduação em química, o que provavelmente explica a sua baixa participação na área do ensino de química. Nesses resultados foram considerados as publicações por instituição independente da co-autoria entre elas.

Ao se consultar as revistas verificou-se que a

maioria dos trabalhos publicados são de professores do Departamento de Química Orgânica do Instituto de Química (IQ/UERJ) e do Departamento de Ciências da Natureza do Colégio de Aplicação Fernando R. da Silveira (CAp/UERJ). Isto se deve a interação entre os docentes desses dois departamentos, que orientam em conjunto, alunos de Iniciação a Docência, Iniciação Científica e Monografia de Graduação no desenvolvimento de novas metodologias para o ensino de química. Muitas dessas metodologias são testadas no CAp/UERJ, onde os alunos-mestres podem verificar sua eficiência.

Outro fator que colaborou para o destaque da UERJ nas publicações da revista QNEsc é a política da universidade que incentiva e apoia atividades e publicações na área de educação, como por exemplo, os trabalhos realizados pela Departamento de Extensão (DEPEXT/SR-3/UERJ) e pela Faculdade de Educação. Ao longo dos anos, o DEPEXT tem incentivado programas, projetos e cursos em educação de vários setores, institutos e faculdades da UERJ, permitindo o aprimoramento do corpo docente e discente da universidade. Já a Faculdade de Educação tem contribuído, de forma significativa, na formação profissional dos alunos de Licenciatura em Química da UERJ, que em muitos casos, desenvolveram trabalhos e participaram como co-autores de alguns dos artigos publicados na revista QNEsc. Essa política tem gerado bons frutos, pois a maioria dos artigos publicados em diversas revistas por professores da UERJ é na área de ensino.

Nos *Cadernos Temáticos* da revista QNEsc,

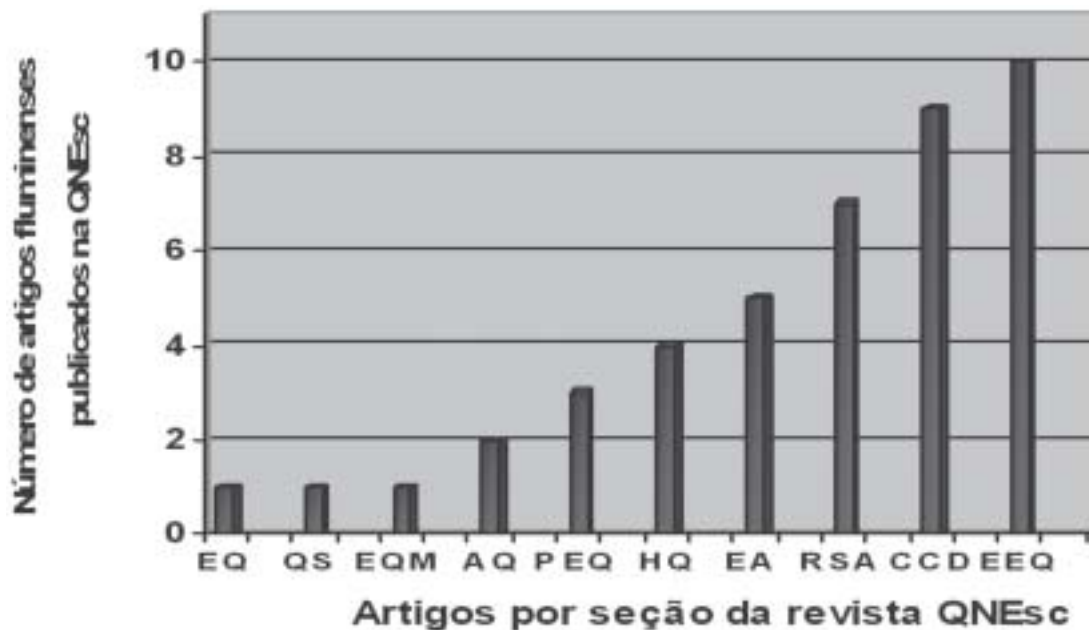


Figura 2 – Número de artigos fluminenses publicados por seção na revista QNEsc de 1995 a fevereiro de 2010 (SBQ, 2010)

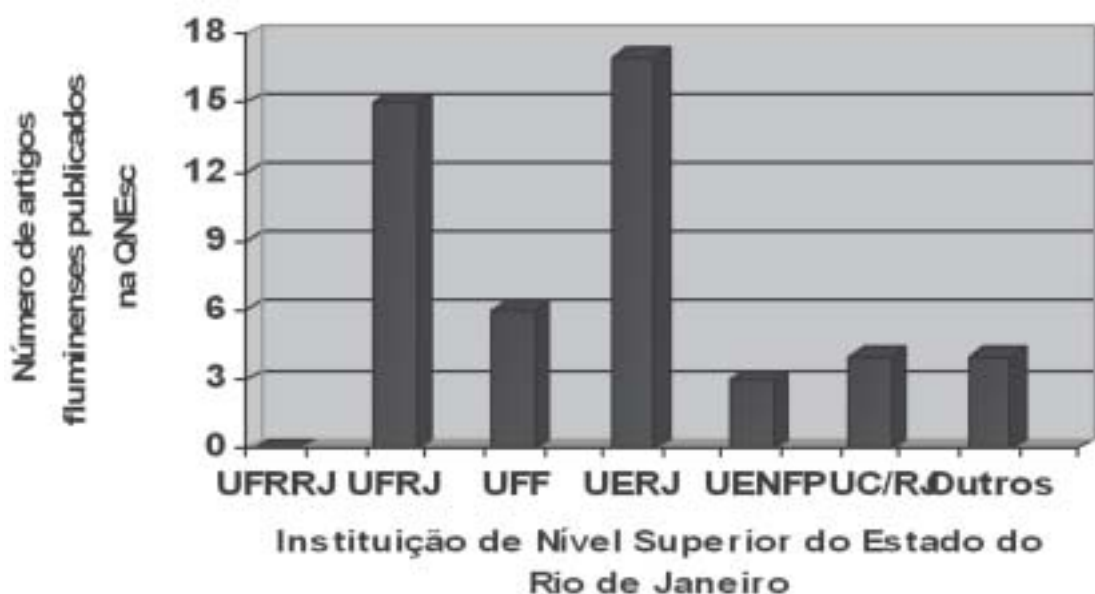


Figura 3 – Número de artigos fluminenses publicados por instituição na revista QNEsc de 1995 a fevereiro de 2010 (SBQ, 2010)

somente 5 artigos (13,89%) são de autoria de professores fluminenses. A maioria desses artigos (4) foi publicada no 3º Caderno Temático (2001), cujo tema era: Química de Fármacos, uma das áreas de pesquisa em química de maior atuação no Estado do Rio de Janeiro, com destaque para os estudos realizados no Núcleo de Pesquisa em Produtos Naturais (NPPN) e Faculdade de Farmácia (FF) da UFRJ.

Considerações Finais

Em função dos dados apresentados é possível afirmar que as universidades fluminenses possuem uma participação modesta nas publicações da revista QNEsc, em comparação com o Estado de São Paulo, mas significativa em relação aos estados de outras regiões do país. Verifica-se também que a contribuição da UERJ foi a mais significativa entre as das universidades fluminenses. Isto se

deve ao trabalho sério dessa universidade na formação dos licenciados em química e a parceria harmoniosa entre diferentes institutos envolvidos nesse processo.

Referências Bibliográficas:

- CHASSOT, A. **Catalisando transformações na educação**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 1993.
- GUIMARÃES, P. I. C. A contribuição da educação na melhoria da imagem da química. **Informativo CRQ III**, p. 9, fev. 2007.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA. **Química Nova na Escola**, n. 1 ao 32, 1995-2010.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2010. Apresenta informações sobre a SBQ. Disponível em: <www.s bq.org.br> Acesso em: 16 mai. 2010.

ANA LUCIA LOPES DE LACERDA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),

Mestrado em Engenharia Ambiental

ELMO RODRIGUES DA SILVA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),

Doutorado Multidisciplinar em Meio Ambiente

e Mestrado em Engenharia Ambiental

INTRODUÇÃO

A implementação de práticas mais sustentáveis do ponto de vista sócio-ambiental pelas organizações é uma demanda crescente da sociedade. Atualmente, os consumidores têm estado cada vez mais atentos e exigentes quanto à qualidade de produtos e serviços prestados. No caso particular dos estabelecimentos que trabalham com a produção de alimentos, além dos cuidados básicos com higiene na manipulação, acondicionamento e preparo dos alimentos, eles devem estar comprometidos com o manejo correto dos resíduos e com as condições adequadas de saúde do trabalhador e de segurança do ambiente de trabalho.

No caso das universidades, essas devem estar permanentemente atentas sobre seus ambientes de trabalho, em particular, de suas cantinas e restaurantes. Tais estabelecimentos devem funcionar em conformidade legal e normativa com relação às condições ambientais e de segurança, sobretudo a partir da Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - RDC nº. 216 de 15 de setembro de 2004, a qual dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (BRASIL, 2004). Contudo, nem sempre é o que se observa nesses locais.

Esse artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2007 que resultou em uma dissertação de mestrado em Engenharia Ambiental de um dos autores, a qual tinha por objetivo avaliar as condições ambientais e de segurança do trabalho nas cantinas do *Campus* Gover-



nador Francisco Negrão de Lima da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, localizado no bairro Maracanã.

Nesse *Campus* circulam diariamente entre 15 a 20 mil pessoas e por sua história e importância para a sociedade, a UERJ tem grande responsabilidade social e ambiental a cumprir.

A concessão de uso dos espaços físicos da UERJ é de responsabilidade da Prefeitura dos *Campi*, órgão interno pertencente à administração central da universidade. No Pavilhão estudado existiam cinco cantinas em funcionamento estabelecidas por contrato, após terem passado por um processo de licitação, além das cantinas exploradas pelos diversos Centros Acadêmicos (CA).

A relevância deste trabalho está em contribuir com o desenvolvimento de métodos de avaliação integrados de saúde do trabalhador, condições ambientais e de segurança em estabelecimentos alimentícios de Instituições de Ensino e Pesquisa.

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E DE SEGURANÇA DE CANTINAS DA UERJ

2. OBJETIVOS

2.1. Geral: Avaliar as condições gerais de segurança do trabalho e ambientais nas cantinas do *Campus* de uma Instituição de Ensino Superior localizada no Rio de Janeiro.

2.2. Específicos:

- Levantar os principais aspectos e problemas de segurança (equipamentos, instalações e condições de trabalho) e ambientais (água, energia, resíduos) que envolvem o funcionamento de cada cantina selecionada para o estudo;
- Selecionar a legislação e normas vigentes pertinentes ao tema;
- Avaliar a situação atual e comparar os resultados entre as diversas cantinas;
- Propor recomendações a serem encaminhadas aos responsáveis pelo serviço.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em dez cantinas no período de agosto de 2006 a setembro de 2007: cinco tinham concen-

são oficial e cinco eram exploradas pelos Centros Acadêmicos. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizados: revisão bibliográfica sobre o tema; registro fotográfico do trabalho de campo; análise dos contratos de permissão de uso das cantinas, identificando pontos a serem melhorados para futuras licitações a fim de contribuir para melhoria da prestação de serviços à comunidade universitária; levantamento nas cantinas utilizando *check list* elaborado com base na legislação técnica da área: Resolução da ANVISA - RDC nº. 216 de 15 de setembro de 2004, e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho NR 6, NR 8, NR 10, NR 17 e NR 23 (BRASIL, 2007) e outras publicações (SOUZA; ARAUJO & BENITO, 1998; SISSINO & OLIVEIRA, 2002; CARDOSO, R. C. V. *et al.*, 2005; GENTA, T. M. S., 2005; MOREIRA, M. S., 2001; MOURA, L. A. A., 2000; PROTESTE, 2002; UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2007).

O *check list* foi preenchido através de observações no local e informações prestadas pelo proprietário e/ou pelo gerente responsável pelo estabelecimento. Não foram feitas entrevistas sobre a percepção dos trabalhadores relativa ao tema.

A pesquisa contemplou para cada cantina, 61 quesitos distribuídos entre doze categorias, a saber: 1. Edificação, instalações, equipamentos, móveis e utensílios; 2. Higienização de instalações, equipamentos; 3. Controle de pragas; 4. Abastecimento de água; 5. Manipuladores; 6. Matéria prima; 7. Preparação do alimento; 8. Exposição ao consumo do alimento preparado; 9. Cuidados relacionados com a eletricidade; 10. Prevenção de incêndio; 11. Manuseio e descarte de resíduos; 12. Saúde e segurança do trabalhador.

Para o preenchimento dos 61 quesitos foram usadas as seguintes nomenclaturas: (C) – “Conforme” ao atendimento ao item observado; (NC) – “Não Conforme” ao não atendimento ao item observado; NS – “Não Satisfatório” e NA – “Não se Aplica” ao item não pertinente. Após o preenchimento dos quesitos, os resultados foram consolidados para cada uma das doze categorias estudadas na forma de tabelas comparativas, onde foram apresentados os percentuais de cantinas que estão em conformidade ou não com as normas.

Posteriormente foram realizadas tabelas com os percentuais de conformidade ou não dos 61 quesitos pesquisados para

cada uma das doze categorias.

Os resultados foram avaliados a partir das tabelas comparativas dos dados, as quais permitiram identificar os problemas e realizar as recomendações a fim de melhorar os aspectos considerados negativos para cada cantina e colaborar com a instituição na formulação de uma política específica para o setor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cantinas oficiais da UERJ foram idealizadas, a princípio, para funcionar como lanchonetes e servir lanches rápidos, porém com o crescimento da universidade e as novas demandas dos usuários, e algumas delas passaram a servir também refeições. Foram surgindo diversas outras cantinas não oficiais espalhadas pelos andares, as quais são exploradas pelos Centros Acadêmicos das Unidades. Em geral, muitas adaptações precisaram ser feitas nesses estabelecimentos como, por exemplo, nas instalações elétricas, nas tubulações de água e esgoto, etc. Atualmente, em todas as cantinas, a cozinha para preparo dos alimentos e o local para armazená-los funciona no espaço que antes estava reservado para depósito.

O Instituto de Nutrição da UERJ colabora com a Prefeitura dos *Campi* ao realizar visitas de inspeção nas cantinas e avaliar alguns aspectos de qualidade indicando as principais falhas, e posteriormente o envio de solicitação de atendimento por parte da Prefeitura junto aos estabelecimentos (no caso os oficiais).

Dentre os aspectos estudados destacam-se alguns que precisam ser melhorados: todos os estabelecimentos não possuem luminárias protegidas contra quedas e explosões instaladas, localizadas sobre a área de preparação do alimento. Todos eles não estão em conformidade no que diz respeito à existência de barreiras físicas contra o acesso de pragas nas áreas de manipulação e preparação. Em todos eles, o piso do ambiente de trabalho é limpo diariamente e todos os pisos são laváveis, embora 60% deles apresentem defeitos estruturais. 50% não possuem paredes laváveis. 100% das cantinas não atendem a resolução RDC 216/2004 e não possuem lavatório exclusivo para higiene das mãos na área de manipulação de alimentos. As janelas são encontradas apenas nas cantinas do bloco C, onde 50% possuem luz natural. 70% das cantinas não possuem ventiladores na área de manipulação, e esses ambientes são muito quentes.

No que se referem às categorias: cuidados relacionados com a eletricidade; prevenção de incêndio e saúde e segurança do trabalhador; observa-se o desconhecimento das normas, provavelmente por não haver informações e/ou avaliações por parte da Instituição junto aos estabelecimentos e, portanto os resultados indicam alto índice de não conformidade nessas categorias.

Apenas 10% das cantinas possuem carteira de controle de saúde dos manipuladores e quase metade não fornecem uniformes adequados aos trabalhadores e não possuem cabelos protegidos. Na maioria das cantinas, os manipuladores de alimentos não utilizam luvas descartáveis. Os utensílios para consumo dos alimentos são lavados com água e detergente, mas os mesmos não passam por um processo de esterilização. Na maior parte a forma de armazenamento dos alimentos não está dentro da conformidade e não se tem as informações necessárias sobre os alimentos congelados.

A maioria conecta mais de um aparelho em uma mesma tomada e não possuem extintores de incêndio em locais visíveis e de fácil acesso e falta treinamento aos funcionários em caso de incêndio e acidentes.

Os trabalhadores não são orientados quanto ao descarte de diferentes resíduos e não existem recipientes seguros para o descarte de vidros quebrados. O descarte do óleo vegetal é inadequado em quase metade das cantinas.

Em relação à saúde e segurança do trabalhador, os resultados demonstram que não há o mapa de riscos. Elas não possuem material de primeiros socorros disponível e em local de fácil acesso, nem realizam monitoramento da saúde do trabalhador e não fazem registro de eventuais acidentes de trabalho.

Os resultados encontrados devem ser objeto de reflexão e estudos complementares para que, através de um programa de gestão ambiental e de segurança desses espaços e com isso se possa dar um salto de qualidade nos serviços prestados por tais estabelecimentos alimentícios na universidade.

CONCLUSÕES

Ao avaliar as dez cantinas que servem alimentos na UERJ, no campus estudado, a partir do levantamento dos principais aspectos de segurança e ambientais de tais estabelecimentos, foram observadas situações adequadas e outras fora de conformidade legal. Os resultados encontrados indicam que algumas recomenda-

ções para melhorias nessas cantinas já haviam sido feitas pelo Instituto de Nutrição, mas não foram realizadas.

Dentre as categorias estudadas, algumas delas apresentaram altos índices de não conformidade com as normas, não atendendo, sobretudo, a resolução RDC 216/2004 da ANVISA. Os principais problemas identificados foram: ausência em todas as cantinas de lavatório exclusivo para higiene das mãos na área de manipulação; não existência de filtros nas torneiras em quase metade dos estabelecimentos; a maioria não possui ventiladores na área de manipulação, e esses ambientes são normalmente muito quentes; ausência de profissional especializado para fazer a limpeza dos equipamentos e manutenção periódica nos aparelhos elétricos; a maioria não possui barreiras físicas para prevenir o acesso de pragas na área de manipulação; falta ou uso inadequado de equipamentos de segurança individual e coletivos; falta de treinamento e capacitação dos funcionários, dentre outros.

Apesar de ser evidente a necessidade de melhoria em muitos dos aspectos estudados, percebe-se haver o conhecimento e atendimento a alguns itens normativos por parte de alguns responsáveis pelas cantinas, tais como: piso limpo diariamente, controle de vetores e área de exposição do alimento preparado em con-

dições higiênico-sanitárias razoáveis.

Dentre as recomendações sugeridas, uma das mais importantes é a criação de um serviço especializado pela UERJ para realizar a fiscalização permanente e regular das condições sanitárias, ambientais e de segurança dessas cantinas.

A pesquisa realizada atendeu aos seus objetivos iniciais. Para estudos futuros, sugere-se: avaliar as demais cantinas não estudadas;; avaliar melhor as condições das instalações elétricas, hidráulicas; dos sistemas de ventilação e exaustão; realizar estudo laboratorial de amostras dos alimentos e dos utensílios utilizados no consumo dos mesmos; avaliar melhor o manipulador (anti-sepsia das mãos por parte dos funcionários antes da confecção do alimento), bem como o tempo da exposição à temperatura ambiente do produto perecível antes de seu preparo; os cuidados no descongelamento dos alimentos; as condições de tempo e temperatura dos alimentos já cozidos, para que não favoreçam a multiplicação microbiana; o processo de resfriamento realizado de forma a minimizar o risco de contaminação cruzada e a permanência do mesmo em temperaturas que favoreçam a multiplicação microbiana; realizar uma pesquisa de opinião e de comportamento

dos usuários sobre a qualidade dos serviços fornecidos por essas cantinas.

Observa-se uma preocupação incipiente em algumas universidades brasileiras com relação aos problemas ambientais, não só quanto ao aspecto educativo, mas também na promoção de ações mais sustentáveis. Neste sentido, espera-se que esse estudo venha a contribuir com a criação e aplicação de instrumentos que auxiliem na melhoria da prestação dos serviços de alimentação em universidades.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Resolução RDC 216 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em <<http://e-legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=12546>>. Acesso em: 14/04/2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, MTE. 2007. Consulta ao *site* Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em: 14/04/2009.

CARDOSO, R.C.V. *et al.* **Unidades de Alimentação e nutrição nos campi da Universidade Federal da Bahia: um**

arteecultura

NOEL ROSA, POETA DA CIDADE

O poeta da Vila pode não ter sido o único a registrar de maneira lírica as virtudes e as desvirtudes da cidade febril de São Sebastião do Rio de Janeiro do início do século passado. Mas não restam dúvidas de que sua maneira particular de ler a cidade e de compor sobre o cotidiano e a realidade social de seu tempo é parte fundamental para compreender porque seu nome perdurou no imaginário da cultura popular por tantos anos enquanto tantos outros foram esquecidos. Original, crítico e acima de tudo irreverente, Noel Rosa tornou-se símbolo de boemia e de música popular de alta qualidade. Sua obra ultrapassou os morros e os bares cariocas - onde escreveu grande parte de suas composições, e nacionalizou-se.

Fez do poeta de Vila Isabel um mito nacional dentro da história da música brasileira.

No centenário de seu nascimento (11 de dezembro de 1910), proliferaram seminários, debates, eventos musicais em sua homenagem. Nesta edição especial dos 30 anos da Advir, a Advir traz uma entrevista com o colunista de cultura João Maximo, autor juntamente com Carlos Didier da mais conceituada biografia sobre o compositor, *Noel Rosa - Uma Biografia* (de 1990).

ta de



Advir: Qual foi a inspiração para fazer uma biografia sobre o Noel Rosa?

JM: Há 67 anos moro em Vila Isabel. Quando eu fui pra lá menino, com sete anos, o Noel Rosa já era um nome constantemente repetido por pessoas do bairro, como um

artista de rádio que era na época. Esse mito acompanhou toda a minha geração de garotos em Vila Isabel. Em 1950 foi lançado pela Continental um álbum pioneiro, coisa que não se fazia no Brasil, com três discos em que a Aracy de Almeida, a grande

interprete dele, cantava seis músicas do Noel. Eu já tinha, por herança de uma tia que morreu, alguns álbuns muito antigos de Noel Rosa cantando Francisco Alves e Mário Reis. Mas havia apenas uns poucos discos. Esse álbum foi revelador não para mim, mas para geração de garotos (eu tinha 15 anos) nessa época. O sucesso foi tão grande que logo saiu o segundo volume com mais três discos, mais seis músicas. Então o que era apenas um nome passou a ser responsável por uma obra. Até então, a gente conhecia só aquelas 12 músicas e uma ou outra que a gente ouvia eventualmente no rádio como “Pastorinhas” ou, “Palpite Infeliz”. Embora não tocássemos nada, não cantássemos, éramos todos muito musicais do ponto de vista de consumidores e curtidores de música. Sempre tive muito interesse por música, via os filmes musicais americanos e achava maravilhoso. Até hoje eu tenho uma coleção muito grande de discos, de filmes, esse negócio todo. Sempre fui um leitor voraz de biografias, principalmente biografia de músicos, músicos americanos, músicos franceses. Tenho até hoje uma biblioteca muito grande de biografias. Quando saiu a segunda edição da biografia do Almirante, a primeira foi com o Jacy Pacheco que era primo do Noel, um amigo que me ajudou muito na feitura do livro, eu como leitor de biografias fiquei desapon-



tado. Veja só, foram ótimos porque antes não tinham nada. Eram pesquisadores, cada um a sua maneira, cada um com suas qualidades, mas eu queria saber mais. Eu queria saber, por exemplo, como um cara aos 26 anos de vida tem uma vida passional tão intensa e dolorosa. A explicação do defeito do queixo me incomodava muito, eu achava simplista dizer: - *ah, coitado, por isso ele não podia comer e por isso ficou tuberculoso*. Achava que essa dedução era muito simplista para explicar a personagem

Advir: Como foi o processo de pesquisa e produção da biografia que você e Didier escreveram?

Tenho um amigo psiquiatra que quando falei que estava com vontade de fazer um livro sobre Noel Rosa me disse assim: - *olha, você jamais vai conhecer nenhuma personagem que não conheceu ao vivo, que não faz parte da sua convivência, se você não estudar para dar ao leitor o local e o tempo em que ele viveu. Você tem que mostrar como era a casa do Noel Rosa, como era o Rio de Janeiro de 1910 a 1937, o que era um garoto como ele estudando num colégio beneditino, um colégio religioso, que influências que ele sofreu desse local...*

E eu então cheguei a essa conclusão para responder, por exemplo, até que ponto aqui-

lo do queixo afetou a vida dele. Tive que investigar qual tipo de lesão ele sofreu na hora do parto e toda essa questão sobre o crescimento da mandíbula até descobrir que o fórceps rachou o osso ainda em formação no local do crescimento de um dos lados. Resultado, ele teve um crescimento perfeito de um lado e o outro não, isso provocou uma

Fui apresentado pelo Sergio Cabral ao Carlos Didier no exato dia em que Noel faria 70 anos, 11 de dezembro de 1980, num show na Praça Barão de Drummond perto da minha casa, em Vila Isabel.

deformação na boca que afetou ele. Ele era um cara caracteristicamente feio por causa desse defeito.

Quando resolvi fazer a biografia tinha esse conselho, e comecei a me perguntar como era o local onde ele vivia, se era pobre ou não ou porque Noel falava tanto em “prestalista”, em dinheiro, em falta de dinheiro e em fome. Ele era obsessivo como a questão do empréstimo... Por isso, eu tive que penetrar na vida dele, ir a fundo à família,

conhecer parentes, pegar cartas, saber sobre o suicídio da avó, do pai do bisavô, da linhagem de suicídios e ver até que ponto isso poderia o ter afetado. E no meio dessa história veio um parceiro. Quando consultei Sergio Cabral pai se achava que dava para dizer mais alguma coisa sobre Noel Rosa, ele disse: - *Mas como não há?! Claro que há, isso vai ser ótimo! Eu tenho aqui um rapaz, 20 anos mais moço que eu, estudante de engenharia e também músico, cantor, que tem um comovedor interesse pelo Noel Rosa. Você deveria fazer esse livro com ele.*

Fui apresentado pelo Sergio Cabral ao Carlos Didier no exato dia em que Noel faria 70 anos, 11 de dezembro de 1980, num show na Praça Barão de Drummond perto da minha casa, em Vila Isabel. Ele hesitou um pouco no início, pois achava que nada teria mais a se dizer depois da biografia do Almirante. Eu disse - *não, eu discordo porque eu não sei nem como eram as várias músicas que Noel Rosa fez para o cinema*. E ele concordou e como tem um espírito de pesquisa muito grande aproveitou o período de férias na faculdade, eu também tirei férias no JB onde trabalhava, e então nós fizemos uma espécie de compromisso de pesquisar um mês, se a gente não descobrisse nada é porque não tinha

nada para descobrir mesmo. A gente se dividiu, a parte musical ficou mais com ele. Como tinha muita gente viva, eu pessoalmente entrevistei uns dez colegas de banco de colégio de Noel. Eu ali eu tive logo a confirmação do mito, porque se você me perguntasse se lembro dos meus colegas de primário, não lembraria e me considero uma pessoa de razoável memória, mas os dez lembravam-se dos mesmos fatos, mudando um pouco detalhes, do que ele [Noel] fez no colégio. Ele marcou a vida dessas pessoas.

Depois, tive oportunidade de ouvir o Mário Reis em três entrevistas longas, foram histórias incríveis. Em um mês, chegamos à conclusão de que havia muito caminhos a seguir e começamos uma jornada de oito anos de pesquisa. Várias pessoas, em especial jornalistas, me ligam perguntando por que o livro não vai ser reeditado.

Advir: E por que não será?

Porque nós não somos mais parceiros e o livro não pode ter uma reimpressão. Ele precisaria ser mexido, reduzido um pouco, ser corrigido porque pessoas nos escreveram esclarecendo coisas, às vezes simples, por exemplo, nós dizemos no livro que quando ele comprou um Chevrolet do Francisco Alves ele batizou o carro de Pavão, aí um senhor

da época me escreveu uma carta explicando que na verdade *pavão* era um substantivo comum que se dava aquele tipo de Chevrolet. Enfim, para mim só teria sentido se nós de novo sentássemos lado a lado para conversar, falar, trocar idéias, discutir para botar no papel um novo livro corrigido. Como nós separamos nossos caminhos pessoais e profissionais, contra a

Quando o Noel Rosa chega, a música popular brasileira estava dividida; de um lado, a música romântica cantada por Dick Farney, por Lúcio Alves, pela Eliseth [Cardoso], Doris Monteiro e aqueles cantores bem românticos.

minha vontade, porque eu gosto muito do Didier, mas ele resolveu seguir outro caminho, e isso não é possível, eu me recuso que ele saia simplesmente como uma reimpressão como queriam.

Advir: É facilmente compreensível que Noel Rosa tenha se tornado o poeta da Vila pela relação que tinha com o bairro dedicando tantas composições

ao registro de seu cotidiano e personagens, mas como ele se tornou uma figura nacional da música brasileira celebrada até os dias atuais?

A comemoração dos 100 anos do nascimento [de Noel] está tendo uma repercussão e uma presença na imprensa e até em centros culturais que nenhum dos compositores da estatura dele como Ary Barroso, Lamartine Babo ou o próprio João de Barros teve até agora. A explicação do mito começa pelo nome e personagem que era no bairro, mas vai além. Quando o Noel Rosa chega, a música popular brasileira estava dividida, de um lado a música romântica cantada por Dick Farney, por Lúcio Alves, pela Eliseth [Cardoso], Doris Monteiro e aqueles cantores bem românticos. Um grupo muito influenciado pelo bolero e pela música americana, tanto que alguns estudiosos, principalmente os mais antigos, chamavam isso de *sambolero* porque não era

samba nem bolero. Tinha uma batida rítmica muito mais lenta, melhor para dançar, para namorar.. Até porque se dançava em clube ou em casas de família onde se afastavam mesas da sala deixando um pequeno espaço para dançar. O bolero era ideal para esses bailes de amigos, para pouco espaço, para dançar apertadinho. A minha geração de ado-

lescentes cantava essas músicas para namorada, dava o disco deles de presente para as namoradas até porque, na época, era muito caro, custavam 20 mil réis um disco, a gente fazia economia para comprar.

Do outro lado, disputando, o samba que era muito agitado. Nesse momento, há uma espécie de grito na música popular. Pesquisadores mais saudosistas liderados pelo Lúcio Rangel buscaram reagir recuperando músicas do passado, um samba mais puro, de raiz, como costumavam chamar. Trouxeram de volta o choro do Pixinguinha, Noel já tinha sido reabilitado pelo disco de Aracy de Almeida, mas outros como Ismael Silva foram todos recuperados. O Ary Barroso voltou a gravar, o Lamartine Babo também. Houve ali uma reação da velha guarda.

Quando vem a Bossa Nova, essa reação é praticamente esmagada porque as coisas soavam de maneira muito antagônica. Quem era da bossa nova era combatido pela bossa velha e quem era da bossa velha era combatido pela bossa nova, mas Noel permanece. O pessoal da bossa nova achava o Noel original, achava que ele era meio contra a estética do seu tempo, que tinha coisas inovadoras principalmente nas letras, nas músicas e tal.

Advir: *O que poderia ser considerado como inovador na obra dele?*



A música popular pré-Noel, sem querer dizer nenhum outro tenha feito igual, o Lamartine Babo era outro cronista genial, mas em geral o compositor popular da época tinha uma postura muito curiosa porque ele achava que no carnaval valia tudo: “mexer” com a política, homem fantasiado de mulher, mulher fantasiada de homem, piadas,

anedotas etc. Mas no meio do ano esses compositores não tratavam do dia-a-dia, do cotidiano, do homem comum ou do operário de fábrica. As mulheres eram por assim dizer enaltecidas, seus cabelos eram *feitos de seda*, seus olhos eram *o mar*, seus lábios *uma jóia de coral*, os dentes eram *pérolas*. O Lamartine não fazia essas coisas, mas o com-

positor comum tinha uma atitude carnavalesca, anedótica, de um crônico quando fazia música para cantar no carnaval, geralmente de brincadeira, nada muito sério, ninguém ia fazer uma música de dor de cotovelo no carnaval, não era a hora. A dor de cotovelo era para o meio do ano, aí o compositor mudava. Com o Noel, muitas músicas até foram lançadas pelas gravadoras no seu catálogo de Carnaval, mas não eram carnavalescas. Ele não fazia música para o Carnaval porque achava que o lumpen, o malandro, a mulher da vida, o homossexual, o bandido, o facínora, esses personagens que você via a toda hora pela rua, eram “cantáveis” a qualquer hora. Eu acho que a grande importância dele na letra é essa, ele cria uma escola de líricos que para resumir seria o seguinte: se o tema é bom e se é bem feito, você pode cantar qualquer coisa. Hoje que se faz letra sobre o que se quer, sobre o que você achar legal, bacana e tal não quer dizer nada. Mas Noel está falando de coisas como *fome* em 1930.

Advir: *Há que coloque a parceria dele com compositores negros de favelas como um elemento de ruptura também, já que era um sujeito branco e de classe média, outros contestam dizendo que não era bem assim e que isso se reflete em letras até racista como “Feitiço da vila”, de 1935. Que te parecem essas análises?*

Noel Rosa foi o primeiro branco de classe média com passagem pela Universidade, ainda que muito breve, que se associou a doze ou treze parceiros negros de morros, nos primeiros anos da carreira, quando as parcerias raciais não existiam na música popular brasileira. Compôs com Cartola, Ismael Silva e essa turma toda.

Aí vem aquela história que eu chamo de *sociologês anacrônico* porque esquece a lição que meu amigo neuropsiquiatra deu: você precisa conhecer a época e o lugar do “feitiço da vila” para pensar sobre o que ele chama por “feitiço decente”. Quem viveu na época sabia do medo que se tinha das macumbas de encruzilhadas. Lembro que quando era menino a gente nem chegava perto e muitas vezes havia dinheiro ali. Às vezes tinha um mais saidinho queria mexer, mas o restante dizia para não meter a mão que podia cair, pegar lepra, isso e aquilo. Tinha-se medo porque aquilo era posto na encruzilhada contra alguém, para tirar a mulher do outro, para matar o marido, para tirar a amante etc. Era um negócio feito para o mal. Então tendo nome de princesa se transformou num samba que tem um feitiço que prende a gente se refere a um feitiço decente porque ele era um cara ligado a estas comunidades negras, nunca teria uma atitude racial como alguns afirmam.

A mesma coisa pode ser dita do Noel em relação ao anti-semitismo. Veja, não é certo, mas ele faz referências negativas em relação aos judeus. Nessa época não existia a expressão politicamente correta e equivocadamente ele usa “judeu” como adjetivo ou substantivo referente ao *homem da prestação*. Podia ser turco ou japonês, mas era o cara da prestação era sempre “judeu”. Isso é uma coisa errada, que vem do peso católico sobre a cultura da época. Ele podia ser um rebelde no colégio, mas teve uma formação católica, foi batizado, crismado e era de família era católica. Presta atenção, está errado, mas você tem que entender o contexto, era uma família que vivia na pindaíba, cheia de dívidas e nessa época judeu era isso, errado que fosse...

O Noel Rosa hoje, com o machismo dele, seria insustentável, indefensável. Ele era muito machista, como eram todos os homens de 1935. Eu me lembro de quando entrevistei uma das namoradas dele, a Fina, em Cabo Frio, ela começou a contar como foi o começo do namoro dela com o Noel, uma jovem que acompanhava o relato dizia: *-Mas eu não acredito, como a senhora se submeteu a isso?!* E ela respondeu *- Meus filhos, aquilo era outra época...*

Já disseram que ele era homófobo, mas o Noel fez o primeiro samba gay da músi-

ca popular brasileira, o primeiro samba em que o homossexual era tratado com simpatia, que é o “*Mulato Bamba*”, um samba admirável onde ele trata esse personagem que a polícia perseguia com a maior dignidade. Então você tem que entrar na época, eu não posso analisar hoje isso.

Advir: *Onde e de que maneira Noel começa a ser Noel Rosa?*

Na escola, Noel começou com as paródias obscenas e com o hino nacional, ele adorava. Ele tinha ali entre quinze e dezesseis anos. Há até essas especulações do meu parceiro [Didier] de que ele “Com que roupa”, que foi o primeiro sucesso dele, pode ter começado com uma paródia do hino nacional. A letra casa com o ritmo e você pode cantar ela toda como o hino nacional. O maestro Orneles, que era meu vizinho, foi quem passou essa música para pauta e chamou a atenção de que o primeiro verso era parecido. É uma especulação do Didier, que ele usou o primeiro verso era pra deixar claro que era uma coisa sobre o *Brasil de Tanga*, como ele chamava.

Mas ele começa mesmo ali nas serenatas em Vila Isabel onde ele aprende a tocar violão. Isso foi uma coisa complicada, eu conheci uns dez pro-

fessores de violão que diziam que tinham ensinado Noel a tocar. Melhor dizer então ele aprendeu violão com violonistas do bairro.

Advir: *Você avalia que a obra dele está integralmente revelada?*

Que eu saiba, sim. Tem umas duas ou três músicas que eu não consegui. Recuperamos as letras com o caderno do Noel e levantamos cer-

Quando o Noel Rosa chega, a música popular brasileira estava dividida; de um lado, a música romântica cantada por Dick Farney, por Lúcio Alves, pela Eliseth [Cardoso], Doris Monteiro e aqueles cantores bem românticos.


ca de 250 delas. Mas há melodias perdidas, por exemplo, da música “Uma noite a beira mar” que ele fez para o filme “*Cidade Mulher*”. A melodia é do José Maria de Abreu, um compositor romântico muito conhecido, é uma canção. Não é samba, nem marcha, nem nada, ele classifica com can-

ção. Pois bem, foi lançada no filme e cantada no filme. Todas as outras quatro canções do filme a gente conhece porque foram gravadas em disco, mas esta não foi.

E o filme se queimou, não existe mais o “*Cidade Mulher*”. Então, nós tínhamos a música, uma letra bonita, mas ninguém que se lembrasse ou soubesse cantar.

Até que tivemos a sorte de encontrar um aluno de violão dele, Mesquita Veiga, um advogado já falecido, reconheceu a letra dessa e mais umas sete músicas que não tínhamos a melodia. Carlos Didier e seu irmão Luis Didier recuperaram muitas melodias que só tinham em partituras, não tinham em gravação. Fomos recuperando as músicas aos poucos, juntando o que pessoas como Aracy e Moreira da Silva se lembravam, e algumas chegamos a gravar. Encontramos um parceiro dele cujo apelido era Laranja que também nos ensinou duas músicas

que eles tinham feito e não tinham sido gravadas. A obra dele já está levantada tanto quanto possível, hoje é difícil porque os contemporâneos de Noel eram todos mais velhos do que ele - ele era muito jovem, muito precoce-, e já foram embora. Não há mais quem se lembre das coisas.



A CRIMINALIZAÇÃO DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS E SINDICAIS
E A CAMPANHA PELA VERDADE E
PELA MEMÓRIA HISTÓRICA.

MARCELO CHALRÉO
Conselheiro e Vice-Presidente da
Comissão de Direitos Humanos da
Ordem dos Advogados do Brasil,
Seção do Rio de Janeiro.

Em princípio pode parecer estranho que, em um evento voltado para discutir o Direito do Trabalho e a Seguridade Social, haja a inserção do tema deste artigo. Penso, porém, que, ao contrário do que possa aparentar à primeira vista, há fortes razões históricas, morais e sociais para essa abordagem, sobretudo na América Latina e no Caribe.

É sabido que, com algumas exceções, viemos nós, latino-americanos de um modo geral, de um longo período ditatorial e autoritário, cujas práticas mais evidentes se fizeram sentir até a década de 80 ou 90 do século passado.

Não é menos sabido que essa triste era vitimou – por morte, desaparecimento, tortura, banimento, exílio e outras formas persecutórias – milhares e milhares de nossos concidadãos. Até hoje vagam por nossas pátrias vítimas e familiares dos vitimados, tentando, com maior ou menor apoio público ou privado, recompor-se desse nefasto período da nossa História.

Essa história é, infelizmente, comum a muitos de nós, cidadãos de países onde os aparatos repressivos se associaram na atroz busca de aperfeiçoamento dos métodos e mecanismos de repres-

são e violência.

A cada semana, mês ou ano, surgem informações sobre as barbaridades praticadas, com absoluto e total menoscabo pelos direitos humanos, com absoluto desprezo àquilo que a Humanidade construiu como patamar minimamente civilizatório para a realização da cidadania.

Devido ao ocorrido, temos hoje a absoluta necessidade de saber, com clareza e transparência, o que aconteceu nesses tenebrosos anos, em todos os países, sem exceção. Temos o direito, como bem histórico inalienável, de passar a limpo esse passado lamentavelmente comum a muitos de nós. Queremos saber quem e por que torturou, quem e por que matou, quem e por que prendeu, estuprou, “desapareceu” com recém-nascidos e com homens e mulheres. Enfim, queremos exercer o direito à verdade e à memória.

Fornecer essas informações se impõe, por óbvio, ao Estado, como um dever de apresentar aos seus concidadãos – os que viveram e os que não viveram esses terríveis anos – uma História que não se apresente como farsa e que informe, com toda a cruzeza, o que aconteceu e como aconteceu.

Não nos move o desejo de retaliação, nem vemos tal exigência como retrocesso aos tempos passados.

Não nos move o desejo de instrumentalizar mecanismos de reparação econômica e financeira, como se esses fossem suficientes para calar a História e pôr um ponto final, como se estivéssemos apenas diante de mais uma contenda jurídico-administrativa. Se é certo que reparações dessa natureza são obrigações inexoráveis dos Estados, não é menos certo

VERDADE MEMÓRIA

que apenas elas não nos satisfazem e não nos conformam.

O conhecimento da verdade, da memória e da História é uma forma de prevenir e evitar que tais ocorrências voltem a nos assombrar e a fazer parte do nosso cotidiano, moldando uma nova cultura, cidadã e civilizatória.

A Resolução 60/147 da ONU afirma, a propósito do tema reparação por danos em face das violações às leis internacionais humanitárias, que também se desdobra na obrigação de os Estados criarem normas e tomarem medidas, de natureza legislativa e administrativa, voltadas para a prevenção de violações dos direitos humanos, criando instrumentos de investigação dessas ocorrências, bem como de responsabilização dos agentes envolvidos.

A construção da norma internacional anteriormente citada não é obra do acaso, mas sim da experiência e da vivência.

É evidente que a ausência de uma cultura de respeito aos direitos humanos, a banalização da violência e a complacência com a prática da tortura, ainda presente no dia-a-dia das práticas policiais e militares em nossos Estados, decorrem de uma formação autoritária e anticidadã, em que o outro, elemento das classes excluídas (o grupo perigoso), é visto como quem precisa ser combatido e vencido.

Essa cultura, que perpassa nossas sociedades de modo horizontal e vertical, é fruto da falta de encontro efetivo e real com nosso passado, do acobertamento da verdade e da memória. O desconhecimento não permite que a sociedade se vacine, criando anticorpos que a livrem do autoritarismo e dos modelos autocráticos de gestão e administração. Isso se espalha para o universo das relações sociais e do trabalho.

No particular, cabe uma denúncia quanto ao comportamento evasivo, fugidio e de negações do governo brasileiro, que ainda se recusa a, de modo cabal e efetivo, trazer à luz os arquivos da recente ditadura militar brasileira (de 1964 a 1985), pondo ao co-

nhecimento da sociedade o que efetivamente se passou nessas lúgubres décadas, bem como os responsáveis pelos atos de barbárie praticados, como política de Estado. Esse comportamento, atípico em uma real democracia, precisa ser comunicado em todos os fóruns nacionais e internacionais, modo a se repelir essa conduta claramente antidemocrática e não humanitária.

Assim, práticas próprias ao fascismo continuam presentes em muitas das ações, do comportamento e das normas legais e administrativas em nossos Estados. É preciso combatê-las sem tréguas! É preciso combatê-las conhecendo nosso passado, resgatando a nossa memória, de modo a dizer aos homens e mulheres de hoje e de amanhã que nós não toleramos mais essa aberração.

Não exagero quando trato de fascismo presente ainda hoje nessas nefastas e recentes práticas anticidadãs, típicos crimes de lesa-humanidade. Não exagero, pois a criminalização dos movimentos sociais, sindicais e assemelhados é uma realidade.

As ações e práticas antissindicais se mostram cada vez mais articuladas e organizadas, revelando que os agentes do capital têm intercambiado – como fizeram nos tempos ditatoriais – experiências e modelos de repressão e perseguição.

Leis antigreves ou que não asseguram plenamente o exercício desse direito aos que apenas dispõem de sua força de trabalho são uma realidade transnacional, como frequentemente temos notícia.

A negação de uma garantia mínima no emprego, salvo no caso de um justo motivo à dispensa, insere-se como modelo adotado por todos os Estados, com raras exceções, em detrimento dos trabalhadores-cidadãos.

Práticas persecutórias, cada vez mais e mais sofisticadas também são exemplo de que nos encontramos muito longe de construir

um patamar mínimo de respeito à cidadania e de garantia do direito ao trabalho inclusivo e socialmente respeitado.

A negação do trabalho como elemento de inclusão social é uma realidade. Continuamos sob a égide do firmado por Michel Foucault: “A função de transformação do corpo em força de trabalho responde à função de transformação do tempo em tempo de trabalho”. E só!

O mesmo se pode dizer com relação à luta dos trabalhadores pela terra, por um modelo de produção que não seja o do asfixiante e oligopólico agronegócio. Não nos é estranha essa luta, inclusive pelo conhecimento e pela convivência com companheiros camponeses, advogados, religiosos e outros que continuam – com risco de vida – enfrentando o latifúndio e seus braços armados, às vezes militares ou paramilitares.

O direito a terra e a uma produção voltada para as reais necessidades alimentares dos povos continua a ser um objetivo ainda inalcançado na maior parte dos países, em inequívoco atentado ao comezinho direito à própria vida, portanto.

É preciso, pois, construir um novo modelo: socialmente justo e ambientalmente responsável; permeado pela solidariedade individual e social, e não se olvidando, como bem lembrado neste evento, que os sistemas de Previdência e Seguridade são parte integrante dessa nova ordem cidadã e civilizatória.

Quanto mais formos às raízes da nossa História, à memória e à verdade, mais profundamente avançaremos, superando o terrível passado que não só deita sombras sobre o hoje, mas ainda se faz presente.

Afinal, conforme consignou a escritora brasileira Teresa Urban, “toda forma de violência deve ser denunciada, ontem e hoje”.